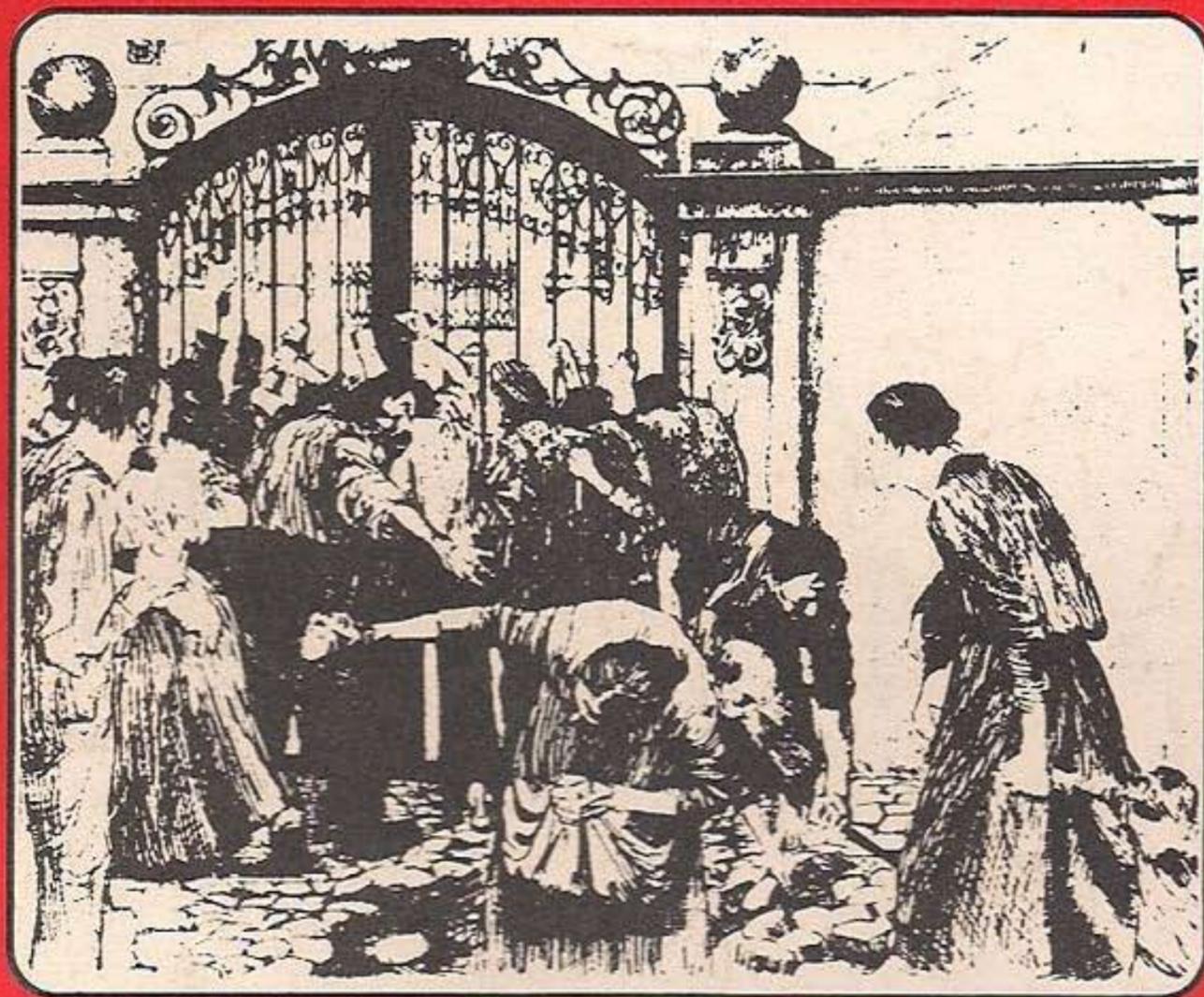


Princípios

Revista teórica, política e de informação Março/81 - Cr\$ 150,00

Teórico Marxista ou Diletante Liberal-Burguês? • Transformações Operadas na Sociedade Brasileira • Documentos Históricos: Carta de Stálin a Tito • Somente o Caminho Revolucionário Poderá Trazer a Vitória à Classe Operária Polonesa • Glória Eterna à Comuna de Paris! • As Contradições, as Classes e a Luta de Classes no Socialismo • A África se Levanta e Luta • Acerca da Atual Situação Política da Espanha • O Novo Livro de Enver Hoxha — Mais Um Golpe Demolidor no Revisionismo Contemporâneo



1

EDITORIA ANITA GARIBALDI

ÍNDICE

Teórico Marxista ou Diletante Liberal-Burguês?	3
Transformações Operadas na Sociedade Brasileira	13
Documentos Históricos: Carta de Stálin a Tito	19
Somente o Caminho Revolucionário Poderá Trazer a Vitória à Classe Operária Polonesa	23
Glória Eterna à Comuna de Paris!	28
As Contradições, as Classes e a Luta de Classes no Socialismo	29
A África se Levanta e Luta	34
Acerca da Atual Situação Política da Espanha	40
O Novo Livro de Enver Hoxha — Mais Um Golpe Demolidor no Revisionismo Contemporâneo	44

A revista Princípios é uma publicação trimestral da
Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua Beneficência Portuguesa, 44 - conj. 206 - São Paulo - SP.

Jornalista Responsável:
João Amazonas - Reg. Profissional nº 1.258, fls. 196,
livro 4, em P. Alegre, 27/8/58

Composição e Fitolito:
Editora Letra Ltda.
Rua Arthur de Azevedo, 1977 - Loja 1 - SP.
Fone: 212-5061 e 815-8993.

Impressão:
Companhia Editora Joruês
Rua Gastão da Cunha, 49 - São Paulo - SP.
Fone: 531-8900

Assinatura anual: Cr\$ 600,00 - Para o Exterior: US\$ 20 dólares

Apresentação

PRINCÍPIOS edita o seu primeiro número. Revista teórica, política e de informações variadas, aparece para satisfazer uma necessidade premente das forças sociais empenhadas na transformação progressista da nossa sociedade, tendo em vista elucidar problemas, aprofundar o conhecimento das causas e efeitos dos males que afetam a vida do povo e do país. Circulará, no início, trimestralmente. Ambiciona, porém, chegar à ser uma publicação mensal.

Neste primeiro número, apresenta materiais diversos de grande atualidade. Destaca-se a carta de Stálin (e Molotov) dirigida a Tito e Kardelj, nos idos de 1948, quando começava a grande polémica entre os marxistas-leninistas e os renegados do socialismo na Iugoslávia. Com clareza meridiana, que o passar do tempo só fez confirmar, ele percebeu os primeiros sintomas indicadores de um sério desvio oportunista e contra-revolucionário na conduta dos principais dirigentes daquele país, pressentiu aonde tal desvio poderia conduzir. Afirmou, com a convicção de quem domina a ciência social mais avançada de nossa época, que o caminho seguido pela Iugoslávia resultaria inevitavelmente na degenerescência da República Popular e na liquidação do antigo e combativo partido da classe operária. Ao mesmo tempo, apoiado numa crítica de princípios, alertava o movimento comunista mundial acerca do perigo que a posição iugoslava representava para o futuro desse movimento. Estavam em jogo conquistas históricas do proletariado.

A vida deu plena razão a Stálin e simultaneamente estigmatizou a traição dos Kruschov, Brezhnev, Togliatti, Berlinguer, Marchais, e tantos outros revisionistas que, depois do XX Congresso do PCUS, rejeitaram as decisões de 1948 do Cominform e acorreram pressurosos a penitenciar-se diante do velho servidor da reação e do imperialismo. Após a advertência de Stálin, não custou muito para que o PC da Iugoslávia fosse totalmente liquidado e em seu lugar surgisse a denominada Liga dos Comunistas, que já não era, mesmo formalmente, a vanguarda dos trabalhadores, nem a força dirigente do novo Estado, mas uma entidade anódina que servia apenas de disfarce destinado a iludir as massas. Palmilhando a trilha titista, a Iugoslávia converteu-se num centro onde impera o capitalismo burocrático em simbiose com o capital estrangeiro, ampla e livremente implantado no país, explorando milhões de trabalhadores. Sob a capa de socialismo nacional, autogestionário, Tito e seus seguidores instauraram um regime que é o oposto do socialismo, e tudo fizeram para introduzir-se sornateiramente nas hostes proletárias internacionais, posando de independentes e não-alinhados, mas na realidade como ponta de lança do imperialismo, minando o terreno sobre o qual se erguia o socialismo e solapando as bases dos partidos operários.

Neste número, PRINCÍPIOS publica ainda trabalhos que descortinam o panorama político da Polônia, da Espanha e da África, vistos sob o ângulo dos interesses das massas trabalhadoras. Eles ilustram e aprofundam o conhecimento dos leitores, dando uma visão realista do quadro mundial. Sobretudo o documento do PCD, do Daomé, chama a atenção para o desdobrar dos

acontecimentos em dezenas de países africanos depois da conquista de sua independência estatal. Para grande parte dos brasileiros, tudo que ali se expõe é novidade, à falta de maiores esclarecimentos sobre aquela região. Poucos conhecem sequer o novo mapa geográfico e político da África. No entanto, o despertar desse vasto continente e as rápidas mudanças que nele se operam apresentam imenso significado histórico nas mutações sociais por que passa o mundo.

PRINCÍPIOS tem um grande programa a realizar. O presente número dedica algum espaço às questões econômicas. Seu objetivo, porém, é tratar permanentemente do assunto, ligado em especial com a crise que se alastra em todos os países capitalistas e revisionistas, provocando gigantescos transtornos na sociedade e enormes sacrifícios aos trabalhadores das cidades e do campo. A propaganda oficial, os economistas e os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses falam da crise como de algo accidental, passageiro, cujos motivos devem ser encontrados em fatores transitórios, controláveis, irrelevantes. Mas a crise é o processo natural do desenvolvimento capitalista, polarizando sempre mais a riqueza e a miséria. Cada crise de maior envergadura estimula o avanço tecnológico desse sistema, reforça o poderio dos monopólios, bem como o do capitalismo monopolista de Estado, que se caracteriza por uma vasta socialização capitalista da produção, pelo entrelaçamento dos monopólios com o Estado e pela subordinação do aparelho do Estado burguês aos grandes monopólios. Durante a crise substituem-se as estruturas fundamentais das empresas, o que exige vultosos recursos somente disponíveis entre os mais poderosos. Assim, são liquidados os menos fortes e a concentração e a centralização do capital agigantam-se. Tal renovação, *grosso modo*, não proporciona aumento de empregos; ao contrário, utilizando métodos sofisticados, reduz a quantidade de trabalhadores enquanto cresce a da produção. O exército de reserva (os desempregados) ganha novas dimensões. Por isso, é falso pensar que, passada a crise — se acaso chegar esse momento — tudo volte à antiga situação, como apregoam os misticadores. Não. Os povos terão de conviver com índices elevados de desemprego permanente, com alto custo de vida, com impostos ainda mais pesados, com a criminalidade em ascensão, com parcelas ponderáveis de menores abandonados. Porque esses males acompanham o capitalismo, como a sombra segue o corpo. Quanto mais ele se desenvolve, maiores mazelas arrasta consigo. Precisamente por essa razão, sua existência é posta em causa. Os trabalhadores se dão conta de que esse regime não pode continuar, está superado, necessita ser substituído por outro, cujo desenvolvimento se baseia na harmonia das forças produtivas e das relações de produção.

As páginas de PRINCÍPIOS agasalharão, com um zelo particular, os trabalhos concernentes à teoria. Nas condições atuais do mundo e do nosso país, a frente teórica adquire importância sobresaliente, de primeiro plano. Os revisionistas soviéticos adulteraram princípios imortais da ciência de Marx, Engels, Lênin e Stálin, estabeleceram a confusão e criaram um ambiente de ceticismo, de renegação dos fundamentos da doutrina revolu-

cionária do proletariado. Anos depois, os eurocomunistas, enterrados até o pescoço no atoleiro do oportunismo e da mais abjeta colaboração de classes, alardearam a criação de novo e singular caminho para o socialismo, o caminho da suposta integração pacífica do capitalismo naquele regime social, sem revolução, sem ditadura do proletariado. Também os chineses entraram em cena, arvorando o estandarte cor-de-rosa do pensamento Mao Tsetung, "enriquecido" com as recentes contribuições de Deng Xiaoping e seu bando, defensores da aliança (e da integração) com os imperialistas e a reação mundial. E, em meio a essa sarabanda distorcionalista, afloram os "críticos" burgueses e pequeno-burgueses do marxismo, fantasiados de restauradores de princípios revolucionários. Todos eles orquestram a sinfonia inacabada dos ataques grosseiros ao marxismo, inimigos que são do socialismo proletário, científico e revolucionário. Desfiguram o marxismo-leninismo a partir de posições de direita e de "esquerda", isto quando não o põem simplesmente de lado.

Em tais circunstâncias, salta à vista a extraordinária importância que assume a luta teórica. É necessário, antes de tudo, ajustar as contas, definitivamente, com o revisionismo contemporâneo, em suas diferentes modalidades. Esta batalha vem sendo travada faz tempo. Mas não se pode dizer que o adversário tenha sido suficientemente desmascarado e suas idéias totalmente desacreditadas. Há muito que realizar nesse terreno para tornar mais clara e convincente a traição revisionista ao marxismo, em particular a dos soviéticos, que se esforçam por manter a fachada socialista e marxista-leninista, por trás da qual cometem crimes abomináveis, na ânsia de conseguir o domínio mundial.

De outra parte, é preciso também, ajustar contas com o reformismo, antiga e tenaz tendência de fundo pequeno-burguês no movimento operário. Não se pode vencer essa tendência apenas no campo político. Ela somente será erradicada por meio do conhecimento profundo de suas raízes e de seus fins, o que demanda apoio na teoria. O reformismo tende a manifestar-se com força no seio dos trabalhadores e igualmente na sua organização de vanguarda. Está ligado ao fato de que a revolução burguesa em nosso país vem sendo realizada paulatinamente, gradualmente, conservando, tanto na estrutura como na superestrutura, antigos entraves retrógrados, se bem que as principais tarefas democrático-burguesas não foram ainda resolvidas, nem o serão através dos métodos em curso. Em certo sentido, essas tarefas tornaram-se mais candentes com a expansão da grande propriedade territorial e com a maior penetração do capital estrangeiro. O processo gradualista ocorre, em boa parte, porque a burguesia teme as possibilidades revolucionárias da classe operária no caso de uma rutura radical com as velhas formas de dominação. Trata de contornar a revolução utilizando o reformismo para embotar a consciência de classe do proletariado.

O reformismo ganhou terreno no Brasil com a vitória do movimento armado da Aliança Liberal, em 1930. Desde então vêm sendo distribuídas migalhas aos assalariados, elaborou-se uma legislação social enganadora, fundada na conciliação de

classes, que alimenta ilusões nas conquistas parciais, na "proteção" legal aos trabalhadores, privados, na realidade, do direito elementar de livre organização. No seio da vanguarda, essa tendência refletiu-se em determinados períodos no reboquismo em relação à burguesia nacional, na resistência a uma política de classe independente, unida ao esforço de ir ao campo com o objetivo de concretizar a aliança operário-camponesa sob a direção do proletariado. As alianças no plano político dirigiam-se principalmente à pequena burguesia urbana. Notadamente desde 1957, com a adesão da maioria da vanguarda ao revisionismo kruschovista, o reformismo alcançou novas dimensões. Foram abandonadas as ressalvas opostas ao seguidismo e ao espontaneísmo. Esposou-se abertamente o gradualismo, as chamadas reformas de estrutura, os sucessivos governos democráticos e nacionalistas, desprezando-se até mesmo a palavra de ordem de reforma agrária radical, orientações estas que encontraram a resistência enérgica dos que, em 1962, reorganizaram a vanguarda proletária sob firmes alicerces marxistas-leninistas.

Lênin ligava o reformismo com a questão da hegemonia da classe operária. Para ele, o proletariado somente era revolucionário quando tinha consciência da idéia da hegemonia de sua classe. "O proletariado que tem consciência desta tarefa é um escravo que se rebela contra a escravidão. O proletariado que não adquiriu consciência da hegemonia de sua classe, ou que renega essa idéia, é um escravo que não compreende sua situação de escravo, ou no melhor dos casos, é um escravo que luta por melhorar sua condição de escravo, não, porém, para extinguir a escravidão" (*O Reformismo na Social-Democracia Russa*).

PRINCÍPIOS propõe-se a estimular o interesse pela teoria, pelo estudo sistemático dos clássicos, incentivando simultaneamente a audácia do pensamento inovador, apoiada nos princípios, pois o marxismo-leninismo não é dogma, mas um guia para a ação e a criação. Pretende fomentar, assim, a pesquisa científica, especialmente na esfera social, considerando a existência de problemas teóricos ainda não de todo esclarecidos no movimento operário brasileiro, ou que reclamam maior aprofundamento, ou, então, vinculados às transformações que se deram, nestes últimos tempos, no Brasil.

PRINCÍPIOS reservará, de igual modo, lugar a questões relativas à História, à crítica literária e artística, ao folclore, bem como a outros temas de valor cultural que possam contribuir para elevar o conhecimento veraz da nossa realidade e revelar novas perspectivas ao progresso social, às transformações que a sociedade brasileira está a exigir. Tudo focalizado, evidentemente, à luz da concepção do mundo da classe operária.

Deste modo, PRINCÍPIOS preenche uma lacuna que se fazia sentir no campo editorial. Certamente, o programa da revista é uma afirmação de propósitos. Sua realização plena será alcançada na medida em que puder superar muitas deficiências, em particular no aspecto material e humano. Ela crescerá com o desenvolvimento teórico e ideológico das forças de vanguarda e com o concurso de estudiosos dos problemas da emancipação nacional e social de nosso povo.

Teórico Marxista ou Diletante Liberal-Burguês?

João Amazonas

Com ares de grande teórico e crítico do marxismo, Nelson Levy escreveu e prefaciou *A Crise do Imperialismo e a Revolução*, por ele qualificado de ensaio em busca de "resgatar a polêmica como modo de produção (!) científico no calor do debate político-ideológico". Seu livro não faz mais do que vulgarizar problemas, em geral bastante discutidos e aclarados, embora apresente algumas variações ou comprovações no terreno econômico e financeiro, fugindo à refutação política da teoria dos três mundos e omitindo, no aspecto ideológico, a base fundamental de onde se originou tal teoria, já amplamente definida no período em que formulou suas conclusões.

Na Introdução, o autor revela-se de corpo inteiro como partidário das correntes hostis ao marxismo-leninismo, sob a capa de refutação ao dogmatismo, abraçando pontos de vista dos intelectuais pequeno-burgueses (e burgueses), carentes de perspectiva face ao tumultuado processo da luta de classes, em constante agravamento, sobretudo a partir da metade da década de 50. Nesse sentido, aproxima-se das idéias dos "marxistas renovadores" do tipo de Garaudy, Lukács e outros.

Ele vai bem longe no ataque ao marxismo, estendendo-o até aos anos de 30 e mesmo ao decênio de 20, após a morte de Lênin. Mas se perde em generalidades expostas numa linguagem empolada e vazia, de fundo liberal burguês. O marxismo, ciência da emancipação do proletariado, baseia-se numa concepção classista do mundo. Não pode ser interpretado à luz do liberalismo que, por si mesmo, é uma idealização da realidade focada sob o prisma dos interesses da burguesia, antes de sua passagem ao sistema monopolista.

ÊNFASE NO DOGMATISMO

Nelson Levy, na Introdução do livro, inicia sua cantilena de pretense restaurador do marxismo, dando ênfase ao dogmatismo, que se teria incrustado no movimento operário e o conduzido, assim como o marxismo, a deformações profundas. "O dogmatismo — assevera — provocou toda uma gama de distorções que atrofiaram o conteúdo científico e revolucionário do marxismo". Ao fazer semelhante acusação, nem é original nem diz nada de novo. Toma em suas mãos a bandeira desfraldada pelos revisionistas, velhos e novos, e pela propaganda burguesa muito bem montada e melhor acionada. Todas as variantes do revisionismo contemporâneo, de Browder a Mao Tsetung, passando por Tito, Kruschov, Togliatti e companhia, bateram sem cessar na mesma desgastada tecla do dogmatismo que, supostamente, entravara o desenvolvimento "criador" da doutrina da classe



João Amazonas

operária. Nenhum deles criou nada de notável. Ao contrário, defenderam fórmulas reacionárias de diversos matizes, dirigidas a entorpecer a consciência das massas e a adiar, por mais tempo, a vida senil do capitalismo.

Embora dizendo-se dialético, Levy cai no subjetivismo mais vulgar. Não se apóia na realidade. Se o dogmatismo, segundo seu juízo, predominou no movimento operário, deformando o marxismo por tão longo período, como explicar a construção do socialismo na União Soviética até a metade da década de 50 e o poderoso desenvolvimento dos partidos proletários nesse mesmo período? Ou essa construção e esse progresso partidário fizeram-se à margem do marxismo, inspirados no dogmatismo? Os fatos são evidentes e falam por si mesmos. A construção do socialismo e a força acrescida dos partidos da classe operária deveram-se fundamentalmente à orientação revolucionária, marxista-leninista, na qual se apoiaram. Do mesmo modo que o fracasso do socialismo na URSS, que hoje assistimos, e a decomposição daqueles partidos, resultaram das teorias "antidogmáticas", revisionistas, postas em prática pelos deturpadores da doutrina do proletariado.

Não se nega a possibilidade do surgimento do dogmatismo em certos aspectos do movimento

operário, nem a necessidade de combatê-lo. Lênin e Stálin, durante toda a sua vida, atacaram-no decididamente. Também os marxistas-leninistas do nosso tempo sempre se opuseram ao dogmatismo, que entrava o movimento revolucionário, e procuraram (e continuam procurando) identificar os fenômenos novos que surgem na vida da sociedade, interpretando-os corretamente, tendo o marxismo-leninismo como método de análise e guia para a ação. Porque o dogmatismo é característico de sistemas teóricos ultrapassados, enquanto o marxismo, crítico e revolucionário em essência, representa um conjunto de idéias transformadoras, condizentes com o progresso social e o futuro da Humanidade. Todavia, há enorme diferença entre o combate ao dogmatismo que realizaram Lênin e Stálin e realizam os marxistas-leninistas da atualidade, combate estreitamente ligado à superação de tudo que obstaculiza a revolução; e a investida "antidogmática" que fazem os portadores de tendências burguesas, os revisionistas e os "críticos" do marxismo, tentando disseminar a confusão ideológica e subverter a doutrina revolucionária da classe operária.

Será verdade, como diz Levy, que "o crescente e já longo processo de dogmatização do marxismo obstruiu seriamente a sua evolução enquanto ciência"? Ou que "a concepção do marxismo como sistema fechado, esgotado pelos clássicos, reservou a cada nova geração de teóricos unicamente a função de meros propagandistas, quando não de vulgarizadores?" Ainda aqui, o autor cai no subjetivismo e na acusação sem fundamento, na repetição do que dizem e divulgam os adversários da revolução proletária. Não houve, acaso, desenvolvimento do marxismo nestas últimas décadas? A prática, que é o critério supremo da verdade, rechassa essa afirmação. Sem falar na época em que viveu Stálin, quando o marxismo-leninismo enriqueceu-se com novas teses e conclusões, inúmeros são os problemas complexos da teoria e da prática da revolução já formulados e resolvidos. Durante e após a II Guerra elaboraram-se questões importantes como, por exemplo, a criação de amplas frentes populares antifascistas e de libertação nacional; a estreita vinculação da luta de libertação nacional com a luta pela emancipação social; a democracia popular como nova forma de Estado; a relação entre a democracia popular, sob a direção da classe operária, como órgão de poder da primeira etapa da revolução e sua passagem à etapa da ditadura do proletariado; a transição ao socialismo de países atrasados como a Albânia e outros. No âmbito internacional, também se elaboraram e concretizaram, em concordância com as novas condições, questões que têm a ver com o caráter de nossa época e de suas contradições principais, tais como a definição da estratégia atual do movimento operário. Além disto, outros grandes problemas da revolução e do socialismo se efetivaram mais ainda no processo da luta contra o revisionismo e a degenerescência burguesa: a correlação entre os fatores objetivos e subjetivos na dinâmica revolucionária; a questão das classes e da luta de classes no socialismo; a relação entre a ditadura

do proletariado e a democracia socialista; o aperfeiçoamento, por via revolucionária, das relações socialistas de produção; a prevenção do aparecimento de camadas privilegiadas nos países socialistas, etc.

São muitos os problemas elaborados ou em vias de elaboração. Não é obra de simples vulgarizadores, mas de pensadores e homens de ação, representam um avanço do marxismo-leninismo. Justamente esses homens, apoiados no movimento vivo e combativo do proletariado, desmascararam o revisionismo, desmistificaram os pretensos marxistas-leninistas "criadores" e empenharam-se na reestruturação exitosa do movimento operário e comunista mundial. É sabido que muitas outras questões demandam o devido tratamento teórico e prático. Acabarão também resolvidas. Nunca, porém, pelos renegados e adversários do marxismo ou através de polêmicas estéreis, acadêmicas, com eles.

O marxismo-leninismo se enriquece, passo a passo, generalizando a prática social. Nelson Levy desconhece as contribuições novas que ampliam o patrimônio científico da doutrina da classe operária, ou as considera de somenos valor, porque não está interessado na defesa dessa doutrina, nega suas verdades e seus êxitos. A essência de sua crítica "antidogmática" consiste na tentativa de revisão do marxismo, tarefa inglória que celebrizou os trãsfugas da revolução e do socialismo.

O MARXISMO-LENINISMO CIÊNCIA DA CLASSE OPERÁRIA

A interpretação do marxismo é assunto rigorosamente de classe, como também o seu desenvolvimento. Lênin, evidenciando as distorções burguesas do marxismo na época da II Internacional, ressaltava o real conteúdo da ciência de Marx e Engels, o seu caráter proletário revolucionário. Com esse objetivo, levantou-se contra as teses de antigos marxistas como Plekanov e Kautsky que puxavam para trás e destacavam, do marxismo, unicamente aquilo que podia ser aceito pela burguesia. Nelson Levy também puxa para trás; seu referencial crítico são pessoas que nunca assimilaram o marxismo ou o abandonaram faz tempo. Enquanto despreza a contribuição revolucionária dos autênticos marxistas, Levy exalta os deturpadores do marxismo e lamenta que os adeptos da revolução proletária não tenham mostrado maior interesse pelas "obras" das diversas correntes do pensamento burguês e pequeno-burguês. "A grande maioria das tentativas de novas contribuições à luz do marxismo (!) — diz ele — passaram a ser encaradas aprioristicamente como manifestações revisionistas". Que contribuições? Ele considera experiência válida de "criação científica" as obras de Lukács, o "marxista" que fez rasgados elogios a Kruschov, batia palmas entusiásticas ao "conjunto grandioso e múltiplo de reformas" (*Carta sobre o Stalinismo*) do XXII Congresso (kruschovista) do PCUS, que escreveu *Problemas da Coexistência Cultural* e que era membro destacado do partido revisionista da Hungria. Nelson Levy destaca, ainda,

como “as mais recentes sistematizações no terreno das ciências sociais”, a economia política burguesa keynesiana e pós-keynesiana, a sociologia burguesa alemã e norte-americana que, segundo ele, não teriam sido dissecadas sob ótica marxista. Embora reconheça que o assunto foi debatido, alega que a remissão aos clássicos em tais casos seria dogmatismo. Deplora também o afastamento de Henri Lefevre da direção de uma *História da Filosofia* organizada, no passado, pelos soviéticos. Bem conhecidas, no entanto, são as proposições antimarxistas de Lefevre, apologista do revisionismo. “Teóricos” e “teorias” desse tipo existem aos montes, muitos dos quais acionados diretamente pelos monopólios. É para eles que nos devemos voltar?

Tais elementos, da mesma maneira que Nelson Levy, falam do marxismo como “sistema fechado”, petrificado. Todos exigem que esse sistema esteja aberto ao diálogo com quaisquer espécies de correntes e pontos de vista políticos, que absorva tudo que houver de bom das correntes burguesas e pequeno-burguesas, que se aglutine com elas. Querem incorporar ecleticamente ao marxismo o que lhes parece aceitável de doutrinas ou idéias sociais antagônicas. Afastam-se, assim, do princípio de espírito de partido na ideologia e nas ciências sociais, indiscutivelmente entrelaçadas com os interesses de classe. A acusação não é nova. Já no início do século, V. I. Lênin escrevia, referindo-se a essa gente: “Dogmatismo, doutrinário, fossilização do partido, castigo inevitável pela opressão violenta do pensamento — estes são os inimigos contra os quais arremetem os campeões da ‘liberdade de crítica’, os oportunistas.” E definia com clareza e acuidade os fins perseguidos pelos representantes dessa tendência. Dizia ele: “Todo aquele que não feche deliberadamente os olhos tem de ver forçosamente que a nova tendência ‘crítica’, surgida no seio do socialismo, não é senão uma nova variedade do oportunismo. E se não julgamos os homens pelo brilho do uniforme que envergam, nem pelo sobrenome pomposo que a si mesmos se dão, senão pelos atos e tipos de propaganda que levam à prática, veremos claramente que a ‘liberdade de crítica’ é a liberdade da tendência oportunista no seio da social-democracia (do partido comunista), a liberdade de fazer da social-democracia um partido democrata de reformas, a liberdade de introduzir no socialismo idéias burguesas e elementos burgueses”. (*Que Fazer?*, pág. 362, edição espanhola).

Tentando fazer mais persuasivas suas opiniões antimarxistas, Nelson Levy menciona certas posições errôneas de alguns filósofos e cientistas soviéticos de outrora, que consideravam a cibernética como ciência burguesa falsa, absolutizavam as investigações de Pavlov e sustentavam conceitos errados de Lissenko. Isto, porém, não justifica uma atitude acrítica no que respeita à ideologia e às ciências sociais, como a sociologia, a economia política e a filosofia burguesas, ou que se procure “enriquecer” o marxismo com as idéias supostamente novas de correntes não-marxistas. Seria cair no completo alheamento das posições proletárias, do

partidismo proletário.

Em relação com isto, Levy sustenta a opinião de que as restrições (cabíveis) na atividade científica e estética teriam conduzido a “um progressivo abandono das fileiras partidárias pelos setores intelectuais”. Deixa claro, assim, que esses intelectuais saíram do partido porque não se lhes deixou fazer o que bem entendessem. Aqui, o partidismo desaparece de todo. E afloram as concepções liberal-burguesas de Mao Tsetung: que floresçam cem flores, que se desenvolva a competição entre cem escolas... A experiência ensina que os intelectuais que não conseguiram assimilar o marxismo, o estilo e o método proletário na luta de classes, tendem a largar as amarras que os prendiam à organização de vanguarda. E com isto, o Partido não se enfraquece.

Daí para chegar à concepção intelectualista burguesa, bem conhecida, que considera a intelectualidade em geral como a portadora do pensamento teórico científico, foi apenas um passo. Ele não só lastima a saída de tais intelectuais (companheiros de viagem) do Partido, como trata de justificar por uma pretensa falta de condições para o seu entrosamento partidário, o posicionamento de classe, não proletário, de tais elementos. “As dúvidas, as críticas — diz ele — ficavam embutidas por anos a fio. E quando explodiam, já explodiam, na maioria dos casos, à margem do marxismo (...) ou já mescladas a outras correntes de pensamento”. Não seria mais juto dizer que a deserção do campo marxista tinha suas raízes justamente numa posição fictícia de classe? Quando se tratam de marxistas de concepção proletária, as explosões que possam ocorrer (e ocorreram quando os partidos operários se transformaram em revisionistas) não levaram a outras correntes de pensamento, nem se embrulharam “no invólucro do ceticismo”. Continuaram a tradição marxista. A verdade é que há intelectuais proletários ou intimamente ligados à classe operária, com uma visão revolucionária do mundo, e intelectuais burgueses e pequeno-burgueses que se arvoram, em toda a parte e no curso da história, em seres excepcionais aos quais caberia fazer a lei no Partido, no Estado e na sociedade. Persistir no terreno marxista ou abandoná-lo, não é questão de condições particulares ao entrosamento de quem quer que seja, mas de concepções de classe.

INTELLECTUALISMO BURGUES

Agarrado ao intelectualismo burgues, Nelson Levy julga ter havido um entorpecimento de “contingentes inteiros de comunistas” devido a uma suposta intoxicação “pela certeza grandiloquente e triunfalista”, e assinala ser a dúvida o principal estímulo ao progresso do conhecimento. Ele se filia a uma corrente (ou a um grupo) antimarxista que resolveu pôr tudo em dúvida, erigir a dúvida no instrumento fundamental de impulsionamento do raciocínio. Em última instância, não há para ele verdades concretas, nem o “ponto de vista da vida, da prática, deve ser o

ponto de vista primeiro, fundamental, da teoria do conhecimento" (Lênin: *Materialismo e Empiocrítica*). Se tudo está posto em dúvida, nada é verdade. O reconhecimento de vitórias alcançadas (e nunca se alcança uma vitória sem falhas e deficiências secundárias), ou a certeza científica, apoiada em leis objetivas, de que tal orientação ou diretiva corresponde a determinada realidade e está fadada a obter sucesso é, por essa gente, considerada mero triunfalismo. A linha partidária, a atividade partidária e a própria organização partidária estariam sempre condicionadas por uma interrogação: "Serão justas? não serão? tenho dúvidas..." É o mesmo estribilho dos céticos que duvidam de tudo. Certamente, existe a dúvida científica que se baseia no estudo concreto de um determinado fenômeno ainda falto de comprovação. Mas o que encoraja a razão humana a conhecer o mundo, não é propriamente a dúvida, mas a indagação, a observação dos fenômenos, a experimentação, e sobretudo a possibilidade, revelada pelo materialismo dialético, de penetrar na essência das coisas, de descobrir as leis objetivas da natureza e da sociedade. Estribado na dúvida, na incerteza, levar-se-iam as forças revolucionárias à hesitação no cumprimento de suas tarefas. E, ao invés de um Partido coeso e atuante, teríamos uma legião de questionadores, perguntando a cada momento se estariam ou não no caminho certo.

Levy enfoca a ligação entre a teoria e a prática num contexto falso. Alega ter a prática existente subordinado a atividade científica. Contudo, a unidade entre a teoria e a prática expressa-se em algo de muito concreto que, no caso, é a atividade do Partido Comunista. Tal atividade não é nenhum "reino do praticismo" mas atuação consciente entre as massas visando à revolução. Através dessa atividade, comprova-se o valor das idéias que a inspiram. As vitórias na construção do socialismo, os êxitos dos partidos proletários antes da implantação do revisionismo, de onde decorrem? Do praticismo estéril? Ou efetivamente da unidade entre a teoria e a prática, uma vez que toda atividade organizada reflete determinada concepção? A industrialização da URSS, a coletivização da agricultura, a vitória na guerra contra o nazismo, a permanência da Albânia no campo socialista, a defesa do marxismo-leninismo com a conseqüente reestruturação do movimento operário mundial — tudo isto só foi possível graças a unidade entre a teoria e a prática na atividade partidária. Ou esses fenômenos não correspondem à ciência social? Também na esfera das ciências naturais registraram-se avanços notáveis, como por exemplo, o domínio da energia nuclear que comporta um conjunto de atividades científicas, domínio já bastante avançado na União Soviética nos meados da década de 50.

LUTA DE OPINIÃO À MODA SOCIAL-DEMOCRATA

Nelson Levy revela uma compreensão total-

mente errônea acerca do autêntico partido marxista-leninista. Segundo suas opiniões, tal partido, no fim de contas, não passaria de um clube em que imperam discussões e debates intermináveis, um partido aberto onde penetrem todas as ideologias, no qual coexistam "no interior de uma unidade maior" linhas antagônicas. Um partido semelhante jamais seria marxista-leninista, revolucionário, proletário, mas revisionista e social-democrata, burguês. Teríamos, queiramos ou não, o pluralismo ideológico no Partido, que o levaria fatalmente à desagregação orgânica, ao ingresso em seu seio de todo tipo de elementos burgueses, oportunistas e revisionistas.

Ele se declara explicitamente contra a unidade de pensamento no Partido e, em conseqüência, um partidário da liberdade para manifestações de diversas correntes ideológicas em seu seio. "O monopolismo de ação (...) foi estendido — afirma — ao plano das idéias, criando-se então um absurdo e surrealista monopólio do pensamento". Que monopólio? O pensamento dominante num partido operário é marxista-leninista, que não pode coexistir com qualquer outro pensamento. Grotasca e idealista é a separação que faz entre a unidade de pensamento e a unidade de ação. A unidade de ação apóia-se na unidade de pensamento. Sem tal unidade (à base do marxismo-leninismo) não há nem poderia haver unidade de ação. Buscar a unidade de ação separada da de pensamento é tão disparatado como antidialético. Repetir-se-ia a fábula do burro de Buridan, cada qual puxando para o seu lado, no esforço vão de alcançar o maço de feno.

Na história do movimento operário conhece-se a disputa entre bolcheviques e mencheviques dentro de um mesmo partido, até 1912. Apesar de alguns acordos formais, jamais foi alcançada a unidade de ação. Porque não existia a unidade de pensamento, a unidade ideológica. Os bolcheviques defendiam posições revolucionárias, enquanto os mencheviques orientavam-se para o oportunismo. É certo que os bolcheviques nunca temeram "as lutas novas e constantemente renovadas", sempre, porém, contra as teorias e os adversários do marxismo, jamais admitiram o pluralismo ideológico dentro do Partido. "A famosa liberdade de crítica (dos oportunistas) outra coisa não é — asseverou o chefe do bolchevismo — senão a liberdade de prescindir de toda teoria coerente e meditada; significa ecletismo e falta de princípios".

Isto não implica em obscurecer divergências nas hostes comunistas. A crítica e a luta de opiniões são necessárias, não negam entretanto a unidade de vontade. Realizam-se nos limites da concepção única de luta do proletariado. Ao final de uma discussão e tomada uma decisão, prevalece a unidade de vontade e de ação.

O autor de *A Crise do Imperialismo e a Revolução* não faz nenhuma distinção no caráter das contradições e das divergências no seio do Partido e do movimento comunista.

Quer simplesmente liberdade de opinião... Não obstante, há contradições (e divergências) antagônicas e não-antagônicas. Diferente é o tratamento que se dá a umas e a outras. Uma coisa são as discussões e debates entre companheiros que permanecem nas posições marxistas-leninistas. Outras coisa é quando se trata de ponto de vista completamente contrário aos interesses do proletariado. As primeiras são admissíveis e mesmo salutares, levam adiante o desenvolvimento do Partido e do movimento comunista; as segundas, se se conservam dentro do Partido e do movimento comunista, conduzem à sua destruição. Este tipo de contradições se supera com a expulsão de seus portadores do Partido.

A acusação de que foi abandonada a luta de opiniões, em consequência de uma "concepção metafísica de unidade que vigorou ou vigora ainda no interior de cada partido e do movimento comunista internacional", é totalmente inverídica, traduz, isto sim, uma abordagem metafísica do referido autor sobre esse assunto. O movimento operário registra constantes lutas de opiniões que se travam no seio de cada partido e no conjunto da organização mundial do proletariado. No período de Stálin à frente do Partido Bolchevique, e como chefe do movimento comunista internacional, verificaram-se inúmeras controvérsias girando sobre os mais diferentes temas. Ainda antes de sua morte, em *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*, ele desenvolve sólida argumentação, polemizando sobre questões teóricas e políticas de grande alcance envolvendo vários membros do Partido que, livremente, a ele se dirigiram contestando seus pontos de vista. Muito esclarecedora é também a polêmica entre Stálin e Tito, acerca de problemas fundamentais da revolução e do socialismo.

Após a instauração do revisionismo na União Soviética, quem pode desconhecer a múltipla e complexa luta de opiniões desenrolada em cada país e em escala mundial pelos marxistas-leninistas? Quem pode omitir a polêmica do PTA, Enver Hoxha à frente, com Kruschov e companhia? Os revolucionários brasileiros enfrentaram dura luta contra os revisionistas crioulos, em defesa do Partido da classe operária. Cotidianamente, em todos os Partidos, observam-se diferenças de opiniões e luta de princípios no plano ideológico e prático. O movimento comunista, em geral, não deixou de combater as correntes hostis ao marxismo-leninismo. Essas, no entanto, não são, ao que parece, lutas de opiniões para N. Levy. Ele advoga a coexistência, no mesmo partido ou movimento, de ideologias diversas, antagônicas do ponto de vista de classe, em debate permanente. No PC do Brasil, ele e seus iguais queriam campo livre ao debate entre liquidacionistas, abertos ou disfarçados, e os comunistas que defendiam e defendem a existência do seu Partido, entre os que projetavam assaltá-lo para transformar o seu caráter e os que resistiam a esse assalto. A unidade do Partido é incompatível com semelhante luta de opiniões. E se ocorre, apesar de tudo, encontra em seguida o seu desfecho inevitável. Unidade que não se baseie nos princípios não é unidade marxista-leninista. A concepção de unidade de

Nelson Levy é exatamente a que se observa entre os partidos revisionistas, sobretudo os eurocomunistas, e os partidos social-democratas. São partidos ecléticos, burgueses, onde há de tudo. Somente eles se dão ao luxo de admitir a liberdade de frações em suas fileiras porque não visam à revolução e sim ao chamado jogo democrático nos quadros do regime burguês.

Imbuído de tal concepção, volta-se também contra a III Internacional, fundada por Lênin, ainda que sem mencioná-la pelo nome. Diz que essa organização mundial da classe operária, "transformada numa entidade onipotente, onisciente, infalível e incontestável" teve influência no processo de "dogmatização" do marxismo, "vibrado um golpe mortal sobre o espírito crítico na órbita do marxismo", e conduzido "ao empirismo burguês" e a um "forte sentimento de rejeição pela teoria e pela ciência".

A natureza da sua crítica é a mesma em relação com as outras questões já apresentadas — subjetivista e liberal-burguesa. A criação do Komintern e sua atividade durante quase um quarto de século revestiram-se de significado histórico nas condições em que ele surgiu e atuou. Independentemente de alguns erros cometidos e das limitações históricas inevitáveis, representou um grande e insubstituível papel no movimento operário e comunista internacional. Ajudou a formar e a consolidar numerosos partidos proletários de tipo leninista em todo o mundo. Encarregou-se de sistematizar a experiência da luta revolucionária e a definir com justeza — coletivamente, em seus congressos, e não como um centro deificado — os caminhos para o avanço da revolução e para o fortalecimento dos partidos proletários. Ao contrário de ter matado o espírito crítico, despertou e estimulou a criatividade combativa da classe operária. Muitas de suas decisões de repercussão mundial originaram-se da experiência vivida em determinados países. A tática vitoriosa de frente única e frente popular contra o fascismo nasceu na França e na Espanha e foi generalizada no 7º Congresso da I.C. Nessa generalização incluiu-se, outrossim, a experiência brasileira da organização da Aliança Nacional Libertadora, mencionada por Dimitrov como um bom exemplo para os países dependentes. Particularmente na atividade do Komintern teve também o desmascaramento das tendências de direita e de "esquerda" que surgiram depois da morte de Lênin, sobretudo do trotsquismo e do bukarinismo. A Internacional Comunista reforçou a unidade dos operários de todo o mundo e incentivou a solidariedade entre os trabalhadores.

No período de atuação do Komintern, o movimento operário e comunista adquiriu desenvolvimento impetuoso e sem precedentes, cujos resultados se positiveram em particular na Alemanha, França, Espanha, nos países da Europa Central e Sul-Oriental, resultados que levaram aos grandes e históricos triunfos das revoluções populares numa série de países, onde em seguida, venceu o socialismo. A influência positiva do Komintern foi igualmente enorme nos partidos operários de todos os Continentes, incluindo os da América Latina.

INCONFORMISMO COM A CRÍTICA AOS REVISIONISTAS

Nelson Levy, na Introdução do seu ensaio, examina sob prisma antimarxista a posição que tomaram os marxistas-leninistas com relação ao revisionismo contemporâneo. Julga que a crítica aos renegados do socialismo partiu de posições dogmáticas, o que teria inibido "a criatividade no próprio campo do marxismo e, ironicamente, impediu um aprofundamento da crítica ao próprio revisionismo". É preciso ter acumulado muito rancor pequeno-burguês, enfatuatedo, para fazer semelhante acusação.

Sabe-se que a crítica ao revisionismo contemporâneo, quer na forma soviética, chinesa e outras, foi feita, desde os primeiros momentos, pelos marxistas-leninistas em todo o mundo. A criação dos novos partidos marxistas-leninistas é um dos principais resultados dessa crítica consequente. Tal posicionamento contra o revisionismo não surgiu dos setores intelectuais que hoje criticam o marxismo. Estes setores, em geral, o aceitaram durante muito tempo e somente o repudiaram, se é que chegaram a repudiá-lo realmente, quando o seu desmascaramento já se tornara demasiado evidente.

A denúncia do revisionismo constituiu um grande mérito histórico dos que o detectaram e o atacaram na defesa dos postulados do marxismo-leninismo. Eles não se deixaram embalar pelos argumentos falaciosos de Kruschov e seus seguidores, tentando justificar sua traição à causa do proletariado com a alegação de que existia uma nova situação no mundo, exigindo a "atualização" do marxismo. Nem tampouco com a fundamentação capenga do maoísmo a respeito da teoria dos três mundos, também alicerçada em supostas mudanças verificadas sobretudo no mundo colonial e dependente, depois da II Guerra. Demonstraram, assim, espírito crítico aguçado, capacidade de análise aprofundada de questões complexas do movimento operário, maneira de proceder radicalmente oposta ao dogmatismo. Souberam, não apenas identificar o revisionismo, como apontar seus diferentes matizes. A crítica a essa modalidade de social-democratismo ganhou profundidade nestes anos de combate sem tréguas ao revisionismo soviético, ao chamado eurocomunismo, ao titismo e, mais recentemente, ao revisionismo chinês. Nesse processo, evidenciou a transformação da URSS e da China em países social-imperialistas. Além do mais, a crítica dos marxistas-leninistas não se limitou ao revisionismo tal como surgiu; dirigiu-se também contra aquelas correntes que tentam revisar o marxismo — outra forma de revisionismo — sob o ângulo do pretense combate ao dogmatismo, combate que não visa o revisionismo, mas os fundamentos do marxismo-leninismo. Desse modo, a crítica se desenvolve em duas frentes: contra os revisionistas abertos e contra os que se disfarçam de marxistas "criadores", tal como Nelson Levy. Que a crítica dos marxistas-leninistas ao revisionismo tem sido profícua e aprofundada não há dúvida. E foi por isto que se chegou à compreensão global dos erros revisionistas do maoísmo.

Os ideólogos burgueses e revisionistas fazem grande estrepito para "comprovar" que o capita-

lismo atual não é mais o que foi caracterizado por Marx, nem também por Lênin na etapa do imperialismo. Eles falam de uma "nova" fase pós-imperialista, ou de uma "nova" sociedade pós-industrial, etc. Ninguém nega as mudanças efetuadas e os novos fenômenos surgidos no capitalismo de nossos dias, que estão ligados com o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, com a maior intervenção estatal na vida econômica dos diferentes países, com a criação de uma série de organismos internacionais como o Mercado Comum e a Europa Unida, com a ampliação das atividades das empresas multinacionais, com a substituição do velho colonialismo pelo neocolonialismo, etc. Mas estas mudanças e fenômenos não afetam em absoluto a natureza do capitalismo, as leis que o regem, nem fazem desaparecer as contradições essenciais que o corróem no interior mesmo do sistema. Não alteram os traços fundamentais do imperialismo definidos por Lênin, senão que os acentuam mais ainda.

Não é verdade, como escreve Levy, que o revisionismo "apenas há muito pouco tempo fala em 'inovação'". Parece que o autor dessa tirada desconhece totalmente os informes de Kruschov e Brezhnev e uma tonelada de artigos e ensaios soviéticos publicados desde 1956, apresentando as novas condições existentes no mundo como razões válidas para justificar mudanças substanciais na maneira de o marxismo encarar problemas importantes de nossa época. De onde surgiu a tese da "coexistência pacífica" kruschoviana? Ou as idéias sobre a pretensa possibilidade de evitar a guerra, mantendo-se o quadro atual da dominação imperialista? De onde brotou (ou serviu de pano de fundo) a concepção da passagem pacífica (por meios eleitorais) ao socialismo, imediatamente encampada pelos partidos da França, Itália e outros países? É evidente que surgiram das "inovações" revisionistas baseadas nas modificações ocorridas após a II Guerra. E assim tem sido sempre. A revisão do marxismo, desde Bernstein, aparece falsamente mesclada com a necessidade de dar solução aos problemas novos. Hoje, os "críticos" do marxismo-leninismo, estribando-se nos fenômenos novos, querem também revisar a doutrina do proletariado. Eles se apresentam de modo mais sofisticado: não falam em rever, mas em atualizar o marxismo. Que é, porém, a "atualização" do marxismo que Nelson Levy deseja? No fundo, a sua revisão, sob o pretexto de haverem surgido "novas condições" e ter-se dogmatizado a ciência de Marx, Engels, Lênin e Stálin. Para ele, o marxismo envelheceu, já não serve, tal como é, para analisar as questões "novas".

Inúmeros são os trabalhos publicados pelos marxistas-leninistas e por elementos progressistas criticando a argumentação e a caracterização dos tais fenômenos novos por parte dos ideólogos burgueses. São muitas as obras rebatendo a "inovação" kruschovista acerca da guerra, da evolução pacífica, da coexistência pacífica, das crises capitalistas (que se teriam tornado mais raras e até poderiam ser evitadas), etc. Essa crítica se fez à luz do marxismo, dos princípios fundamentais da luta de classes. O último livro

de Enver Hoxha — *Eurocomunismo é AntiComunismo*, assim como a sua obra a respeito de “A ‘Autogestão’ Iugoslava” são importantes contribuições no desenvolvimento da crítica ao revisionismo. É indispensável aprofundar ainda mais as causas do surgimento do revisionismo contemporâneo, da degenerescência burguesa dos partidos outrora comunistas e dos países ex-socialistas, assim como a crítica aos pontos de vista e posições dos revisionistas. Isto procuram fazer os autênticos marxistas-leninistas, e cada vez melhor.

O MAOÍSMO E A TEORIA DOS TRÊS MUNDOS

Na Introdução de seu livro, Levy refere-se, descontente, a certos aspectos da luta contra o maoísmo e à teoria dos três mundos até aqui realizada.

Mostra-se inconformado com a denúncia do pensamento Mao Tsetung feita pelos marxistas-leninistas. Segundo ele, o maoísmo teria sido “assimilado em bloco e acriticamente, ou no máximo, com tênues e intuitivas críticas” (...) “o pensamento de Mao Tsetung, na medida em que revela prováveis relações com o fracasso da edificação socialista na China, começa agora a ser negado tão assistematicamente quanto foi exaltado”. São claras, neste raciocínio, as restrições à crítica efetuada pelo movimento comunista mundial e, de certo modo, exprimem o pesar de que o maoísmo tenha sido negado “assistematicamente”.

Não por acaso, Nelson Levy — que diz (elogiando-se) haver-se mantido “fiel à unidade entre o materialismo histórico e dialético” ao abordar a teoria dos três mundos — tenha silenciado sobre as fontes teóricas e ideológicas (o pensamento Mao Tsetung) de onde surgiu a problemática dos três mundos, uma vez que tal “teoria” não é mera invenção de Deng Shiao-ping, nem apareceu de improviso, sem ligação no passado, em seu discurso na Assembléia da ONU, ainda em vida de Mao Tsetung. Não é também por acaso que fala só de prováveis relações do maoísmo com o fracasso do socialismo, incapaz de ver os acontecimentos da China como conseqüência direta das concepções do velho líder chinês. Esse “assistematicamente” parece induzir, de sua parte, o reconhecimento de que no pensamento de Mao Tsetung existiriam boas coisas que deveriam ser incorporadas ao marxismo. É o que pressupõe suas críticas às críticas dos que rechassaram radicalmente o ponto de vista maoísta.

Mao teve grandes méritos na revolução democrática e anti-imperialista na China, como Fidel teve êxito na revolução em Cuba, sem nunca ter sido marxista. Mao foi o fundador da República Popular da China. Não obstante, o chamado pensamento Mao Tsetung é, em essência, uma corrente antimarxista, revisionista, que se fazia passar por marxista-leninista. A luta contra o imperialismo e o revisionismo e a necessidade de levar adiante a causa da revolução, da libertação nacional dos povos e do socialismo exigem o completo desmascaramento do maoísmo. É uma questão de princípios, uma questão política, uma questão dialética. Houve

— e isto foi reconhecido por todos os marxistas-leninistas — exageros na exaltação de Mao e do maoísmo. Mas não foram tão “tênues e intuitivas” as discordâncias com a orientação chinesa e o pensamento de Mao Tsetung, antes de sua denúncia pública. Somente a “subjetividade” de Levy pode formular semelhantes asserções. O Partido do Trabalho da Albânia, assim como o Partido Comunista do Brasil, por exemplo, jamais aceitaram Mao Tsetung como clássico, nem o seu pensamento como nova etapa no desenvolvimento do marxismo-leninismo. Estas são restrições substanciais, conscientemente adotadas, apoiada nos princípios. O maoísmo nunca foi rechassado assistematicamente, mas como resultado de longa observação da prática social, da conduta do PC da China em relação com problemas de capital importância. A análise séria ao longo de vinte anos realizada por Enver Hoxha, constante dos dois grandes tomos de sua obra *Reflexões sobre a China*, comprovam essa afirmação. Inegavelmente, o conhecimento dos fenômenos, e ainda mais, dos fenômenos sociais complicados, não se pode fazer dentro de um dia. Este conhecimento passa por um processo dialético que se vincula com o próprio processo do fenômeno dado; à medida que ele evolui, também evolui o conhecimento a seu respeito.

Embora Nelson Levy se pavoneie de haver feito, em seu livro, um combate científico à mistificação trimundista, não foi conseqüente. Fugiu à caracterização da fonte dessa pretensa teoria. É esta, sem dúvida, é a questão mais importante quando se trata de ir ao fundo do trimundismo chinês. Na elaboração dessa “teoria” há determinada posição de classe. Não basta assinalar, de passagem, que “tanto a luta anti-hegemonista quanto a teoria dos três mundos em seu conjunto representam uma expressão ideológica de certas frações da burguesia dos países dependentes.” É preciso buscar na própria China as razões da postura ideológica adotada. E esta reside em que Mao Tsetung e seus colaboradores mais próximos nunca tiveram uma concepção proletária do mundo. Equivoca-se o autor do livro sobre *A crise do Imperialismo* quando afirma que “a teoria dos três mundos retira a China do campo socialista”. Pelos fatos e dados já examinados amplamente, esse país não chegou efetivamente a ingressar no caminho socialista. Não passou dos limites da etapa democrática e antiimperialista. Daí porque a “teoria” dos três mundos, como igualmente a afirmação categórica de Mao Tsetung de que a China “pertence ao terceiro mundo”, não fazem mais do que confirmar essa asserção. E se a concepção, antes predominante, exprimia a maneira de encarar o mundo da pequena burguesia e de setores da burguesia nacional, evoluiu — do que é prova a “teoria” dos três mundos e a política de “modernização” atual — para uma concepção de grande burguesia, de conotação imperialista. Neste sentido não é, como afirmou Levy, uma simples “expressão ideológica de certas frações da burguesia dos países dependentes”.

Posando de original e grande teórico, Nelson Levy diz que evitou “travar com a teoria dos três

mundos uma guerra vulgar de citações dos clássicos". Na realidade, ele absteve-se de refutar, no campo teórico e ideológico, talvez por deficiências próprias, os argumentos falsos do artigo de **Remin Ribao** ("Diário do Povo"), órgão da direção do PC Chinês. Esse artigo, que serviu de base à sua contestação, está, em boa parte, "fundamentado" em citações que deturpam os clássicos, a fim de confundir os leitores. Trata-se de assunto importante porque os revisionistas chineses buscavam, com esse trabalho, mostrar que eram marxistas-leninistas e estavam respaldados nas opiniões dos clássicos. Como desmascará-los sem revelar, em profundidade, suas deturpações de Marx, Engels, Lênin e Stálin? No período da bancarrota da II Internacional, quando Kautsky e seus adeptos distorciam o verdadeiro conteúdo do pensamento de Marx e Engels numa questão essencial como era a natureza do Estado, a fim de se contraporem à ditadura do proletariado, Lênin não vacilou em fazer longas citações dos fundadores do socialismo científico, em defesa de sua doutrina, para patentear o oportunismo de Kautsky, sua renegação da causa operária, pondo em destaque, ao mesmo tempo, a essência revolucionária do marxismo (ver *O Estado e a Revolução*, Lênin). Há, certamente, motivos que induziram Lévy a desaceitar a confrontação nesse plano com os autores do artigo de **Remin Ribao**. Não deseja defender o marxismo-leninismo apoiado nas idéias de seus criadores. Isto seria dogmatismo... E aí transparece o real significado do seu combate ao dogmatismo.

A DESCOBERTA DO JÁ DESCOBERTO

Na parte final da Introdução ao seu livro, Lévy declara que "a conclusão que me parece de maior valor, mais fundamental, foi a constatação de que a classe operária, também na grande maioria dos países neocoloniais e dependentes, está sendo posta no centro da época atual, transformando-se, portanto, no eixo da luta de emancipação nacional e social dos povos oprimidos". Diz ser essa conclusão uma **constatação devastadora** para as teses reformistas, que ainda insistem em conceber a luta antiimperialista nos limites de uma "revolução" "sob a hegemonia da burguesia".

Lévy descobriu, afinal, o que já estava descoberto faz muito tempo. Somente que, para ele, a classe operária daqueles países ainda **está sendo posta** no centro da época atual, quando é certo que ela está no centro, desde há muito. Lênin no período da III Internacional examinou muitas vezes esta questão. E Stálin também. Durante o curso da revolução na China, o Komintern martelou bastante na tecla da hegemonia do proletariado na revolução desse país, que era o maior país semicolonial do mundo. E são inúmeros os exemplos mais próximos. Em 1971, no VI Congresso do PTA, assim se expressava Enver Hoxha: "A classe operária, enquanto classe mais revolucionária da sociedade, pode e deve pôr-se à frente e dirigir não só a luta pelo socialismo, como também a luta pela democracia e a independência nacional". "Lênin — disse

ele — fundamentou isto deste há mais de meio século, o que é ainda mais certo nos dias de hoje, quando a classe operária cresceu, temperou-se, educou-se e organizou-se numa escala superior, e quando as tarefas democráticas e socialistas se aproximaram e entrelaçaram ainda mais". O Partido Comunista do Brasil, na VI Conferência, em 1966, afirmava enfaticamente: "A hegemonia na primeira etapa da revolução é problema fundamental para a classe operária. Por ser a força mais avançada da sociedade e infensa a toda a sorte de exploração, não se limita aos objetivos democráticos burgueses. Está interessada no socialismo. Tem em mira, uma vez cumpridas as tarefas democráticas e nacional-libertadoras, passar à etapa socialista, o que só se alcançará conquistando a direção do movimento". Também no artigo *Acerca da Luta Antiimperialista*, editado em 1973, afirma-se: "A questão da revolução ou do caminho pacífico está relacionada com o problema da direção do movimento antiimperialista, da força social que pode dirigi-lo com êxito. (...) Apenas o proletariado pode ser o dirigente do movimento antiimperialista. Nenhuma outra classe, na atualidade, tem interesse em levar até ao fim a luta contra a reação e o imperialismo. Unicamente o proletariado pode imprimir firmeza e consequência a esse movimento. (...) O fato de, em muitos países, o proletariado não ter ainda assumido essa posição, devido à traição do revisionismo e ao longo predomínio do reformismo, não invalida esta tese. Mais cedo ou mais tarde, romperá com o oportunismo e colocar-se-á à frente das massas populares para as levar ao triunfo". Como se vê não é de hoje que o movimento comunista aponta a direção da classe operária na luta de emancipação nacional e social dos povos oprimidos. Talvez Nelson Lévy, apesar de tudo isto, ainda acreditasse numa "revolução" nacional-democrática sob a hegemonia da burguesia. E agora chegou à conclusão de que isso não corresponde à realidade. Constatação devastadora, seguramente, para a sua maneira de pensar...



Em conclusão. Depois de assinalar que considera o seu livro como uma "participação nos debates das principais questões do nosso tempo", Lévy expressa o desejo de que esse debate um dia será "feérico e vibrante", conclamando os leitores, implicitamente, a marchar pelo caminho por ele percorrido. Porém, qual é o seu caminho? É o caminho da luta contra o marxismo-leninismo sob a máscara da luta contra o dogmatismo; do combate ao partido autêntico da classe operária, sob a estúpida alegação de que se deve acabar com o monopolismo ideológico; da investida contra o método e o estilo revolucionário do proletariado na luta de classes, tidos como estreitos e sectários; do ataque ao socialismo científico que não passaria de um amontoado de erros. É a mesma senda por onde enveredaram e se perderam no lodaçal do revisionismo os intelectuais pretenciosos, burgueses e pequeno-burgueses, que se apartaram da convivência política e ideológica com o proletariado avançado, descrentes da revolução e do comunismo.

Que faça bom proveito!

Transformações Operadas na Sociedade Brasileira

Trechos de um documento elaborado em fins de 1978

O Brasil passou por modificações importantes em sua estrutura e superestrutura no curso dos vinte anos passados, em particular no último decênio. Uma ligeira apreciação do quadro da realidade brasileira destaca alguns aspectos dessa transformação que tem sido interpretada de diferentes maneiras, seja pelo regime militar, seja pelas correntes de oposição.

RÁPIDA VISÃO DO DESENVOLVIMENTO

Segundo dados publicados pelo Banco do Brasil, a produção nacional de aço é de 11 milhões de toneladas/ano; o país produz 21.800 MW em energia elétrica; a capacidade total da construção naval atingiu o índice de 524.030 DWT; calcula-se para 1980 uma produção petroquímica de mais de 7,5 milhões de toneladas; a indústria aeronáutica (surgida em 1969) ocupava em 1976 o 6º lugar entre os produtores ocidentais. Na agricultura, o Brasil situa-se entre os primeiros grandes exportadores de produtos agrícolas; enquanto em 1972 transitavam pelos portos brasileiros 110 milhões de toneladas, em 1976, esse número chegava a 210 milhões; a expansão do comércio exterior, em 1977, exprimi-se num total de 12 bilhões de dólares, contra menos de 3 bilhões em 1970.

Estes dados, limitados a alguns ramos, refletem entretanto modificações de certo vulto na estrutura econômica do país.

Houve, sem dúvida, razoável desenvolvimento no setor industrial. É bastante assinalar que a produção de aço — elemento essencial na apreciação do desenvolvimento econômico de qualquer país — passou de 3,5 toneladas/ano, no início da década de 60, para 11 milhões em 1978, cresceu, portanto, mais de 3 vezes. A indústria não somente expandiu-se como também se diversificou. Para citar um exemplo, o país produz, anualmente, mais de um milhão de veículos, entre os quais, automóveis, ônibus, caminhões e cerca de 50 mil tratores. Muitos bens de capital já são fabricados no Brasil.

Desenvolveram-se também alguns ramos importantes da economia em mãos do Estado. Tanto no setor da siderurgia, da eletricidade e dos combustíveis como também na indústria petroquímica e no terreno das matérias primas, em bruto ou manufaturadas. Parte do desenvolvimento, o Estado concentrou na indústria militar (construção de aviões, helicópteros, carros de combate, armas pesadas e leves, etc.).

No campo, acentuou-se a penetração do

capitalismo, principalmente sob a forma da empresa agrária e pecuária de vastas dimensões. A penetração se faz conservando e ampliando a grande propriedade territorial. A linha de desenvolvimento segue, **grosso modo**, o chamado caminho prussiano, que não passa, propriamente, pela fase do parcelamento da terra. Verificou-se também certa diversificação da produção agro-pecuária. O café, embora continue sendo um dos estímulos da economia, já não é o fundamental. A produção de soja cresceu e ocupa um lugar tão ou mais importante que o café. Aumentaram também as áreas de cultura de trigo, ainda que não baste ao consumo interno e que suas safras apresentem oscilações constantes. A produção de cana-de-açúcar elevou-se bastante, hoje utilizada em grande parte na elaboração de álcool-combustível. Procura-se incrementar a produção de carne de gado, com resultados ainda pequenos. Ao mesmo tempo, caiu a produção de milho e feijão. O arroz mantém-se quase estagnado.

Como resultado dessas mudanças na infraestrutura, o Brasil é hoje apresentado por certos economistas como um país de desenvolvimento médio. Teria saído da fase do **subdesenvolvimento**, o que não corresponde inteiramente à verdade. O Brasil continua atrasado em relação aos principais países desenvolvidos, um atraso que é progressivo. Se a nossa produção de aço elevou-se de 3,5 para 11 milhões de toneladas/ano, a da União Soviética, país social-imperialista, atingiu o volume de 151 milhões de toneladas.

O MODELO ECONÔMICO

Tal desenvolvimento do Brasil enquadra-se no que a ditadura tem denominado de "O Modelo de Desenvolvimento Econômico", exaltado pelos militares e seus tecnocratas.

Que modelo é esse? E que resultados reais oferece?

Se se avalia superficialmente os números e dados estatísticos pode-se ter uma idéia falsa do desenvolvimento. Se, porém, se examina esses dados tendo em vista o seu conteúdo efetivo, identifica-se nele o sentido profundamente antinacional que encerra e os perigos que acarreta para o futuro do país. Ele conduz a sérias distorções na economia, é, antes e acima de tudo, um *Desenvolvimento Dependente*, baseado no capital estrangeiro e a seu serviço.

Os generais apregoam-no como criação original dos tecnocratas crioulos. Na verdade,

não foi elaborado no Brasil, mas fundamentalmente pelos círculos do capital financeiro internacional, para os países atrasados, dependentes. Relaciona-se com as novas formas do neocolonialismo. Aplicado em nosso país, foi apresentado, durante algum tempo, como o **modelo** a ser imitado pelos demais países do mesmo nível, em particular os da América Latina. Substituiu o fracassado programa da Aliança para o Progresso, de patente norte-americana.

O Brasil cresceu, é inegável. Mas cresceu não conforme os verdadeiros objetivos do seu progresso nacional, do fortalecimento de sua independência e tendo em conta o bem-estar de seu povo. Cresceu como um prolongamento dos interesses estrangeiros, favorecendo a espoliação em grande escala das riquezas naturais e intensificando a exploração do trabalho de milhões de brasileiros em favor das multinacionais.

A intervenção maciça dos capitais estrangeiros se faz a partir do golpe militar de 1964. Se, em 1967, os investimentos de fora eram da ordem de 3,5 bilhões de dólares, segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados (1968), em junho de 1977 já alcançavam 9,8 bilhões de dólares. Somente em 1976, cresceu 23,30%. Depois dos Estados Unidos (2.901,200 mil dólares), a Alemanha Federal é o país que tem mais investimentos diretos e reinvestimentos de suas empresas no Brasil, com 1 bilhão e 118 milhões de dólares de saldo (em 1976), seguido do Japão com 1 bilhão, 5 milhões e 900 mil dólares. Os investimentos prosseguem: ainda há pouco, os grandes produtores de vidro europeu associaram-se, BSN e Pilkinton, Plachglass A.G. e Saint Gobain (ingleses, alemães e franceses) para explorar em conjunto a indústria do vidro plano no Brasil, com um volume de inversão da ordem de 800 milhões de francos (*Le Monde*, 1/2/79). Os ganhos do capital estrangeiro são astronômicos: somente em 1976, a remessa de lucros para o exterior somou 2 bilhões e 42 milhões de dólares, segundo o presidente do INDI, Ubirajara Cabral (*O Globo*, 13/1/1978).

Baseado no capital estrangeiro, o desenvolvimento se orienta não para aquilo que mais interessa ao Brasil e sim para o que melhor convém aos monopólios alienígenas. A indústria do automóvel é um exemplo. Por que 8 ou 10 multinacionais operando nesse campo em nosso país? Será que esse ramo é o mais imediatamente necessário ao progresso do país? Decididamente, não. E, enquanto crescia a indústria do automóvel, o transporte ferroviário, marítimo e fluvial, muito mais baratos, estagnavam ou decresciam. Um país tão grande como o Brasil não pôs em marcha, neste século, nenhum plano de construção de ferrovias que mereça esse nome. A quilometragem é a mesma de 50 ou 70 anos atrás. A propalada ferrovia do aço foi praticamente abandonada. Numerosos portos brasileiros, salvo os de exportação para o estrangeiro, estão em completa decadência. E os rios atulhados ou num processo de rápida diminuição de volume de água. O transporte rodoviário é o

predominante.

O desenvolvimento do capitalismo concentra-se na região centro-sul, segundo as conveniências dos imperialistas, o que contribui para aumentar as desigualdades regionais, cada dia maiores.

A tecnologia desse **modelo** é importada, dificultando a formação de uma tecnologia nacional. Os contratos autorizados para a importação de tecnologia, somente no ano de 1977, chegavam aos 700 milhões de dólares (*O Globo*, 13/1/78). Com muita lógica, o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base, sr. Carlos Vilares, declarou: "Não adianta pensar em empresa nacional pelo simples fato de estar em mãos de brasileiros o controle acionário da empresa". E enfatizava: "É fácil controlar uma empresa através da tecnologia. E nós somos dependentes tecnologicamente" (*Jornal do Brasil*, 13/9/77).

Tal **modelo** de desenvolvimento não se limita à criação e expansão de empresas estrangeiras. O capital financeiro internacional, nomeadamente o dos Estados Unidos, tomou conta de grande parte das empresas nacionais. É ainda o sr. Vilares que afirma, contestando o presidente do BNDE, Marcos Viana, que dizia não correr perigo de ser desnacionalizado o setor de bens de capital: "Não há o que desnacionalizar, pois 50% das empresas já não são nacionais" (*Jornal do Brasil*, 13/9/77). Também o sr. Gastão Vidigal Neto, presidente da CONFAB, denunciou a ameaça de liquidação das indústrias nacionais de tubos sem costura pela empresa alemã Manesmann. Disse que as indústrias nacionais já estavam operando, face à precariedade do mercado brasileiro, com mais de 60% de ociosidade. E que a Manesmann, autorizada pelo governo a entrar nesse setor, "tem condições de fazer o **dumping** da forma que quiser e ainda de liquidar as empresas nacionais do setor em apenas seis meses". (*Jornal do Brasil*, 18/12/78). O processo de desnacionalização se dá não apenas com a transferência do controle acionário de empresas nacionais, mas também com a associação crescente do capital estrangeiro com o capital nacional em empresas já existentes, muitas das quais pagam elevadas taxas de **know-how** aos fornecedores estrangeiros de patentes ou tecnologia.

Devido aos empréstimos e financiamentos do exterior, as grandes obras em construção ficam sob o controle e servem aos interesses dos monopolistas estrangeiros. Recentemente, a usina elétrica de Itaipú fechou contrato de 700 milhões de dólares com um consórcio europeu para o fornecimento dos 18 grupos de turboalternadores. 80% dos fornecimentos serão feitos por sociedades estrangeiras implantadas no país, ou associadas a capitais nacionais. Um comentário de *Le Monde* (23/6/78), a respeito, assinalava que "o fato de que grupos europeus tenham criado, nestes últimos anos, filiais brasileiras (com a participação de capitais locais)

parece ter influenciado a escolha das autoridades de Brasília". E finaliza com esta significativa observação: "Pode-se igualmente remarcar que a maior parte das matrizes daquele consórcio tinha já constituído no Brasil, nos anos de 60, um cartel visando a eliminar as sociedades de construção elétrica de fonte puramente brasileira".

O capital estrangeiro, nos quadros do modelo econômico, acopla-se também com o setor estatal da economia, hoje, em boa parte, associado aos grandes monopólios de fora do país através dos chamados acordos de **joint-venture**. Os empreendimentos de Tucuruí e Tubarão são elucidativos. Em Tucuruí, onde se constrói uma grande usina elétrica, está presente o capital japonês que impôs a exigência do fornecimento da energia elétrica a preços inferiores ao custo da produção às usinas de alumínio, ligadas ao capital estrangeiro, em construção na região, com matéria-prima barata. Quanto ao empreendimento de Tubarão, o escândalo é ainda maior. O capital da empresa conta com a participação formal de 49% de sócios estrangeiros: a Kawasaki Steel Corporation e a Società Finanziaria (Fisinder). Mas o lucro que tais sócios obterão somente com o fornecimento obrigatório dos equipamentos para a construção da usina siderúrgica são superiores ao seu capital, ou seja, não haverá desembolso por sua parte (O Estado de S. Paulo, comentário de Paolo Andreoli). Esse acoplamento do setor estatal com os monopolistas estrangeiros se verifica em vários setores. Também a indústria militar — aviação, comunicações, armamentos, etc. — associa-se a estes monopolistas através da utilização de patentes, tecnologia e acordos de outra natureza. A Sociedade Francesa Turbomeca e a firma inglesa Rolls Royce assinaram, há pouco, um acordo com o Brasil para criar uma sociedade mista, sob o nome de Rolls-Royce/Turbomeca do Brasil S/A, para montar, testar e assegurar a manutenção dos motores de avião ou de helicópteros e de turbinas na América Latina. O primeiro passo na execução desse acordo é a construção em São Paulo da usina de turbinas Ariel destinadas à propulsão dos helicópteros franceses Ecureuil e Dauphine.

Graças a esse modelo econômico, o capital estrangeiro penetrou fundo no campo brasileiro. Antes, aí operava principalmente na área da comercialização e do financiamento, assim como no da exportação. Agora, mantendo-se nessas áreas, expandiu-se com a ocupação de vastas zonas do território nacional, onde organiza grandes empresas agro-pecuárias, explora riquezas florestais, pesquisa e se apossa de minerais, etc. É preciso considerar que, durante muito tempo, o capital estrangeiro lutou pela internacionalização da Amazônia, do que é prova o famoso plano Hudson. Encontrou forte resistência patriótica. Atualmente, venceu, com a ajuda do regime militar, todas as barreiras. O projeto Jari, no Amapá, do milionário norte-americano Ludwig, implanta-se numa superfície de mais de 1,5 milhão de hectares; a Volkswagen apossou-se de uma área de 140 mil hectares, no

Xingu, onde deverá colocar 100 mil cabeças de gado; a King's Runch, norte-americana, tomou conta de 400 mil hectares; a Brynznell Madeiras S/A, norte-americana, 400 mil; o grupo italiano Liguigás, 600 mil; um outro grupo suíço, 800 mil; e assim também a Atlas, a Shell, e outras. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, em 1970, concluiu que "os estrangeiros, na época, possuíam um total de, pelo menos, 20 milhões e 234 mil hectares de terra, somente nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão, Pará, Amazonas e Território do Amapá, obtidos por meio de compras a antigos proprietários, requisição de terras devolutas aos governos estaduais e por falsificação de documentos, com a utilização sistemática da violência".

Também penetraram no campo os grupos monopolistas da grande burguesia brasileira. Estimulados pelos incentivos fiscais, adquiriram, por compra ou por concessão, enormes áreas de terra, sobretudo na chamada Amazônia legal. A burguesia, assim, territorializa-se cada vez mais.

Outro aspecto a salientar do modelo econômico, relaciona-se com a atividade no setor dos bancos, dos financiamentos e dos empréstimos estrangeiros. Um exemplo da espoliação na esfera bancária encontra-se nos resultados obtidos pelo segundo grande banco norte-americano, o Citicorp, no Brasil, em 1977. 20% de seus lucros totais em todo o mundo foram conseguidos em nosso país, de acordo com o seu informe aos acionistas. Em relação a 1976, elevaram-se de 54 milhões de dólares para 74 milhões. Mas é na esfera dos empréstimos — que redundam em dívida externa — onde se faz sentir mais pesadamente essa espoliação estrangeira. Os grandes bancos internacionais são os principais fornecedores dos créditos e empréstimos onerosos ao governo e às empresas particulares. As dívidas do país já atingem mais de 40 bilhões de dólares. Os emprestadores recolhem anualmente vultosas somas de juros e "amortizações" de dívidas. E enquanto aumenta a dívida, mais aumenta a sobre-taxa de juros que são fixos apenas para 30% do endividamento. Os restantes 70% são de juros reajustáveis. De 6,5% que eram, até há pouco tempo, passou para mais de 10%, quase o dobro. Isto acarreta pesado ônus à nação.

Este tipo de desenvolvimento, apoiado no modelo econômico, outra coisa não é que o crescimento acelerado da espoliação e da dependência do Brasil. Beneficia largamente o capital estrangeiro, as multinacionais. E, em parte, ao capitalismo monopolista brasileiro associado ao capital de fora. Só residualmente beneficia outros setores menores da burguesia.

Num primeiro momento, essa inversão maciça de capitais, de empréstimos e financiamentos estrangeiros, produz uma melhoria artificial na situação econômica e financeira do país e uma falsa aparência de prosperidade. Abrem-se fábricas, ativiza-se a economia,

entraram dólares, etc. Em nosso país, esse primeiro momento, que durou pouco, era denominado de "o milagre brasileiro". Gerou euforia e alimentou ilusões. Mas seus resultados, a médio prazo (que é o que hoje começamos a viver) e a longo prazo, são catastróficos e trazem as mais graves conseqüências.

Tal modelo determina o endividamento inevitável e perigoso do país. A dívida, que andava pela casa dos 3 bilhões de dólares, em 1964, agora alcança a cifra de 42 bilhões de dólares. E calcula-se que até 1980 chegará a 60 bilhões. As dívidas resultam, em boa parte, dos grandes déficits do balanço de pagamento, da necessidade de recursos para pagar dívidas e juros de dívidas, da importação de bens, insumos e tecnologia necessários à atividade econômica da qual o imperialismo é o principal beneficiário.

Tal modelo obriga que a maior parte da produção se oriente para a exportação, em busca de divisas (para pagar dívidas, juros, transferências de lucros para o exterior, cobrir déficits do balanço de pagamentos, etc.). Não é acidental que no Brasil, hoje, o que tenha importância e peso no conjunto da produção seja aquilo que serve à exportação: soja, café, minerais e certos manufaturados vendidos abaixo do custo, fortemente subsidiados.

Tal modelo produz inevitavelmente a inflação. Para garantir o pagamento de dívidas, o governo necessita aumentar sempre mais as reservas cambiais. E para elevá-las apossa-se das divisas em dólares dos empréstimos e financiamentos feitos por empresas particulares, pagando-as em cruzeiros, o que faz emitindo soma vultosa de papel moeda.

Resumindo. Esse modelo econômico somente pode funcionar atraindo mais e mais capitais estrangeiros (portanto, com a venda do país e a brutal exploração do trabalho do seu povo); aumentando mais e mais o endividamento externo (portanto, transformando a nação em vassalão em contribuinte permanente e forçado, dos bancos internacionais); e subordinando mais e mais a produção à exportação (portanto, privilegiando os produtos que se convertem em divisas e negligenciando os de consumo interno: hoje o Brasil já importa milho, feijão, batata e até mesmo algodão). E um modelo que provoca sério agravamento da situação do país e da vida da sua população, que deforma profundamente a economia nacional. Eis alguns fatos: o nível da inflação progride rapidamente; elevam-se os déficits da balança comercial; as dívidas aumentam sem parar, seu crescimento bruto em 1978 foi de 10 bilhões de dólares; o nível de investimentos da economia, ou seja, a formação bruta do capital fixo, teve, em 1977, um crescimento negativo (3,3%); as dívidas públicas multiplicam-se: quase todos os Estados consideram-se em regime de pré-falência ou mesmo de falência. A crise se acentua: a taxa média de crescimento da produção industrial caiu de valores em torno de 15% ao ano, no triênio 1971/73, para 5,5% ao ano no triênio 75/77 (*Jornal do Brasil*, 15/12/78). É

de se esperar agravamento maior da crise nos próximos anos. No plano social, as conseqüências são espantosas. Agravou-se seriamente as condições de vida do povo, as desigualdades sociais tornaram-se mais chocantes. O número de menores abandonados é imenso, assim como o da população eternamente flagelada do Nordeste. Milhões de brasileiros habitam favelas desumanas. A criminalidade cresce e se alastra.

OS GRUPOS MONOPOLISTAS DA BURGUESIA

Ao examinar as transformações verificadas no Brasil, sobressai também a evolução da burguesia brasileira no sentido monopolista. Simultaneamente com o avanço do capital estrangeiro no país, acelerou-se o processo de concentração do capital, ampliando, fortalecendo e formando poderosos grupos monopolistas.

São já numerosos os grupos existentes. Cada um deles é uma potência industrial ou financeira que também opera no campo das matérias-primas, da produção agro-pecuária, do comércio, do setor imobiliário, florestal, transportes, etc. A criação desses grupos, num país relativamente atrasado como o Brasil, se deu mediante a concentração da produção em mãos de alguns grandes capitalistas; através também da associação de empreendimentos nacionais com o capital estrangeiro; e também por meio da orientação econômica e financeira do governo, estimulando e ajudando o aparecimento e desenvolvimento desses grupos.

No setor dos bancos, a concentração é forte. De algumas centenas, no início dos anos 60, ficaram reduzidos a cerca de 70, com capacidade financeira ainda maior que as centenas antes existentes. Os cinco maiores bancos privados aumentaram sua parcela de depósitos de 39 para 44%, e a de empréstimos de 29 para 38%, entre 1970/77, do total dos bancos. A maior concentração — segundo o prof. Adroaldo Moura da Silva — ocorreu muito mais pela expansão dos bancos privados do que pela dos estatais.

Citaremos, como exemplo, três tipos, de certo modo diferentes, de grupos monopolistas. Um, voltado fundamentalmente para a indústria; outro, predominantemente na área bancária; e um terceiro, diretamente associado ao capital estrangeiro, com maior atividade no setor agrícola e de exportação.

O Grupo Votorantin, que se diz inteiramente nacional, controla 35 a 40% da produção de cimento, e agrupa indústrias de alumínio, metalúrgicas, têxteis, nitroquímicas, de papel e papelão, usinas de açúcar, agro-industriais, florestais, empresas comerciais e de mineração. Possui, ainda, 23,2% das ações do *holding* que controla o Banco Comércio e Indústria de São Paulo e tem assento no Conselho de Administração do Banco Mercantil de São Paulo. O total das vendas desse grupo, em 1976, era da ordem de 5,2 bilhões de cruzeiros.

O Grupo Bradesco é sobretudo uma potência financeira. Possui no país mais de mil agências bancárias, ultrapassado apenas pelo Banco do Brasil, com 1.200 agências. Participa ao mesmo tempo de outros vários empreendimentos: na Nitrocarbono que integra o Polo Petroquímico do Nordeste; na Pronor — Produtos Orgânicos S/A; na Isocianatos do Brasil S/A (associado ao grupo Du Pont de Nemours and Co); nos consórcios Sul-América e Atlântica-Boa Vista (os dois maiores grupos seguradores brasileiros). Participa de inúmeros Projetos agro-pecuários e de empresas de reflorestamento, tais como a Floresta Chapadão, a Floresta Monte Carmelo e a Arbominas Reflorestamento, Ltda. Investe, ainda, no setor de mini-computadores (Sharp e Cobra). Seu capital social, em 1977, era de Cr\$ 2,5 bilhões.

O Grupo Marcelino Martins & E. Johnson tem larga esfera de atuação. Há pouco associou-se à firma Magma Exportação e Importação S/A (organização brasileira que conta com a participação de E D & F Man, de Londres). Opera na área financeira, associado ao Irving Trust, de Nova York, ao Crédit Lyonnais, de Paris e ao Banco Francês e Brasileiro, sendo o Banco de Investimento Credibando S/A a sua principal companhia no setor bancário. Na indústria, esse conglomerado possui a Fábrica de Café Solúvel Vigor e controla, em associação com o grupo francês Lafarge, a Companhia de Louças Sanitária do Sul. A Magma, que agora se inclui no grupo Marcelino Martins, é um dos principais vendedores de açúcar brasileiro. Abriu caminho para o demerara nacional no mercado chinês, fez vários negócios para a Rússia e fornece o açúcar consumido pela refinaria Tate & Lyle, da Grã Bretanha. Magma possui ainda três fazendas no Estado do Rio de Janeiro e associou-se ao grupo empresarial dos banqueiros portugueses Espírito Santo e à Refinaria Tate & Lyle para criar uma das maiores fazendas de café na Bahia, onde já foram plantados mais de 2 milhões de cafeeiros.

O processo de desenvolvimento dos grupos monopolistas da grande burguesia modifica de algum modo a estrutura do capitalismo nacional. Essas modificações têm sérias implicações no caráter mesmo da economia brasileira, que começa a apresentar certos traços imperialistas, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência do país ao capital financeiro internacional.

IMPORTANTES INDICAÇÕES DA ATUAL REALIDADE

Do exame das transformações operadas, assim como da aplicação do modelo econômico, surgem importantes indicações para as forças políticas democráticas ou de vanguarda em atuação no cenário nacional.

A primeira **indicação** refere-se à maior e mais grave subordinação da economia do país ao capital estrangeiro, em consequência da qual aumenta a influência dos monopólios alienígenas em todos os aspectos da vida do país. Eles

têm em suas mãos as principais alavancas de comando da economia e das finanças, que manejam segundo os seus interesses. Apesar do desenvolvimento capitalista do Brasil, operado nestes últimos anos, a nação brasileira é atualmente mais dependente do que em qualquer outro período da sua história desde 1822. Os governantes brasileiros submetem-se, direta ou indiretamente, às exigências dos monopólios e dos banqueiros imperialistas. Embora em questões secundárias Brasília possa tomar posição aparentemente independente, nos assuntos de maior relevância enquadra-se nos esquemas ditados pelos monopólios. A espoliação do Brasil por parte do capital financeiro internacional não tem precedentes. A nação é explorada em seu conjunto por esse capital como uma colônia de novo tipo. Agrava-se, assim, a contradição entre a maioria da nação, escravizada, e o imperialismo, opressor e explorador, em particular dos Estados Unidos.

A segunda **indicação** diz respeito à classe operária. Numericamente, ela cresceu e se desenvolveu tecnicamente. Hoje, o país conta com cerca de 8 milhões de operários, mais do dobro do período anterior a 1964. Somente em São Paulo, há perto de um milhão de metalúrgicos e afins. O proletariado trabalha em grandes empresas, algumas com dezenas de milhares de trabalhadores, o que contribuirá para o desenvolvimento de sua consciência, organização e espírito de luta. A classe operária cresceu não apenas nas cidades, mas também no campo, onde existem outros muitos milhões de assalariados agrícolas em atividade. Seu peso específico, enquanto classe social, elevou-se consideravelmente no seio da sociedade brasileira. Juntamente com os trabalhadores de outros ramos de atividade, formam já a maioria da nação. A contradição entre o capital e o trabalho estendeu-se amplamente e aprofundou-se, contradição que somente pode ser resolvida com o socialismo.

A terceira **indicação** liga-se ao campo. Com o avanço do capitalismo nas áreas rurais, tornou-se ainda mais sério o problema das grandes massas do interior, sem terra e sem meios de subsistência. Ao mesmo tempo, que o capitalismo progride no campo, vai-se reduzindo a superfície de terras devolutas, usadas pela grande massa de posseiros, agora expulsos de muitos dos lugares que ocupam. Além disso, o capitalismo começa a empregar mais máquinas nas fainas agrícolas, o que dispensa boa parte da mão-de-obra, e desenvolve certos tipos de cultura, como a da soja, que não necessita de muitos trabalhadores. Em consequência, aumenta o exodo rural, tornando mais tensa a questão social nas cidades. A penetração do capitalismo no campo não liquida certas formas atrasadas de relações de produção. Mantém-se o sistema de parceria, inclusive a prestação de serviços gratuitos aos fazendeiros, o arrendamento pago em espécie, a pequena e média produção individual, etc. Mas essas formas estão ainda mais submetidas aos grandes proprietários. Assim, agrava-se também a contradição entre os latifundiários, aburguesados ou não, e a

grande massa de camponeses desprovida de terra; entre os pequenos e médios produtores e os grandes empresários rurais que os exploram; entre os assalariados e semi-proletários, de um lado, e a burguesia do campo, de outro. Ganha maior força a reivindicação da reforma agrária.

A terceira **indicação** tem a ver com o deslocamento de influência e poderio no seio das classes dominantes. A força principal passa a ser a dos grupos monopolistas da burguesia e a dos latifundiários aburguesados. O fortalecimento dos grupos monopolistas da burguesia, boa parte associados ao capital estrangeiro, não significa que tenham desaparecido de todo as contradições com a dominação imperialista. Tomam formas diversas e atenuam-se em muitos casos. A burguesia pretende um desenvolvimento do capitalismo brasileiro que lhe garanta maiores vantagens, sem prescindir, entretanto, da colaboração e participação do capital estrangeiro, por ela considerada indispensável ao progresso do país.

A quarta **indicação** é a que se refere à pequena-burguesia. O desenvolvimento do

capitalismo trouxe algumas alterações no conjunto dessa camada social, que cresceu ainda mais no país. Uma parte arruina-se e vê-se forçada ao trabalho assalariado. Outra parte integra-se na faixa de profissionais qualificados, cujos salários são relativamente altos, isto porque o capitalismo moderno, exigindo certa capacitação técnica dos produtores, foi buscá-la entre a pequena-burguesia, com maior nível cultural. Destacou-se também do seio do proletariado uma parcela de trabalhadores mais capaz e melhor remunerada, que, por sua mentalidade e condições de vida torna-se pequeno-burguesa, constituindo uma espécie de aristocracia operária. Nas profissões liberais — médicos, advogados, engenheiros, químicos, professores, etc., — acentuou-se a tendência ao salariedade. A maior parte desse setor perdeu a relativa independência profissional que desfrutava, e passou a viver profissionalmente como assalariada de órgãos estatais, pára-estatais, e de empresas privadas.

Tais são algumas das principais indicações que fornece o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil.

DÍVIDA EXTERNA

Em 1980, a dívida externa bruta do país chegou a 62 bilhões de dólares.

TAXAS DE JUROS DE DÍVIDAS

"Quem obteve um empréstimo, há alguns anos, está pagando (em 1979) juros em dólares de aproximadamente 17 a 18% anuais. (Balanço Financeiro, da **Gazeta Mercantil**)

AÇO

A produção de aço, em 1979, foi de 13,8 milhões de toneladas. Calcula-se que em 1980 alcançará 15 milhões de toneladas.

(**BANAS, Especial**)

PNEUMÁTICOS

No primeiro trimestre de 1980, o Brasil produziu 5.836.153 unidades de pneumáticos.

A matéria-prima (borracha natural) a ser consumida durante 1980 atingirá 86 mil toneladas, a maior parte importada. Custará ao país aproximadamente 75 milhões de dólares.

(**Conjuntura Econômica**)

AS DEZ MAIORES

Por lucro líquido, as dez maiores empresas no Brasil, são:

- Mercedes-Benz
- Souza Cruz
- Shell do Brasil
- Volkswagen
- Sucocítrico Cutrale S/A
- Varig S/A
- Citrosuco Paulista S/A
- Pirelli S/A
- Esso Brasileira de Petróleo
- Mendes Júnior

(**BANAS, Especial**)

EXPORTAÇÃO/ IMPORTAÇÃO

Em 1979, as exportações totais chegaram a 15 bilhões de dólares.

As importações, até outubro do mesmo ano, já superavam em mais de 1 bilhão de dólares, o total dos doze meses de 1978.

(**Conjuntura Econômica**)

OLIGOPÓLIO

"O peso dos grandes conglomerados privados também pode ser avaliado pela presença quase oligopolística em importantes segmentos da intermediação financeira. Os dez maiores (bancos) detinham 69,1% do saldo total dos aceites cambiais; participavam de 45,3% na área dos

depósitos à vista; 61,7% dos depósitos a prazo, 30,2% dos depósitos de poupança; e 46,5% das agências bancárias. Responderam ainda por 75,1% da arrecadação total de prêmios de seguros." (Em 1979)

(**Balanço Financeiro da Gazeta Mercantil**).

Carta de Stálin a Tito

Aos camaradas Tito e Kardelj
Ao Comitê Central do
Partido Comunista Iugoslavo

Recebemos vossa resposta e o informe sobre a decisão da sessão plenária do Comitê Central do PCI de 13 de abril de 1948, assinada pelos camaradas Tito e Kardelj.

Lamentavelmente, estes documentos, e em particular o que traz a assinatura dos camaradas Tito e Kardelj, não somente não representam nenhum progresso em relação aos documentos precedentes dos iugoslavos, mas ao contrário, complicam ainda mais as coisas e agravam o conflito.

A atenção é sobretudo atraída pelo tom dos documentos, que não pode ser qualificado de outra maneira que de exageradamente ambicioso. Não se vê nessas peças o desejo de pôr a verdade a claro, de confessar honestamente suas faltas, de reconhecer a necessidade de liquidar seus erros. Os camaradas iugoslavos não aceitam a crítica como marxistas, mas como pequeno-burgueses, ou seja, tomam-na como um ultrage que diminui o prestígio do CC do PCI e que atinge a ambição dos dirigentes iugoslavos.

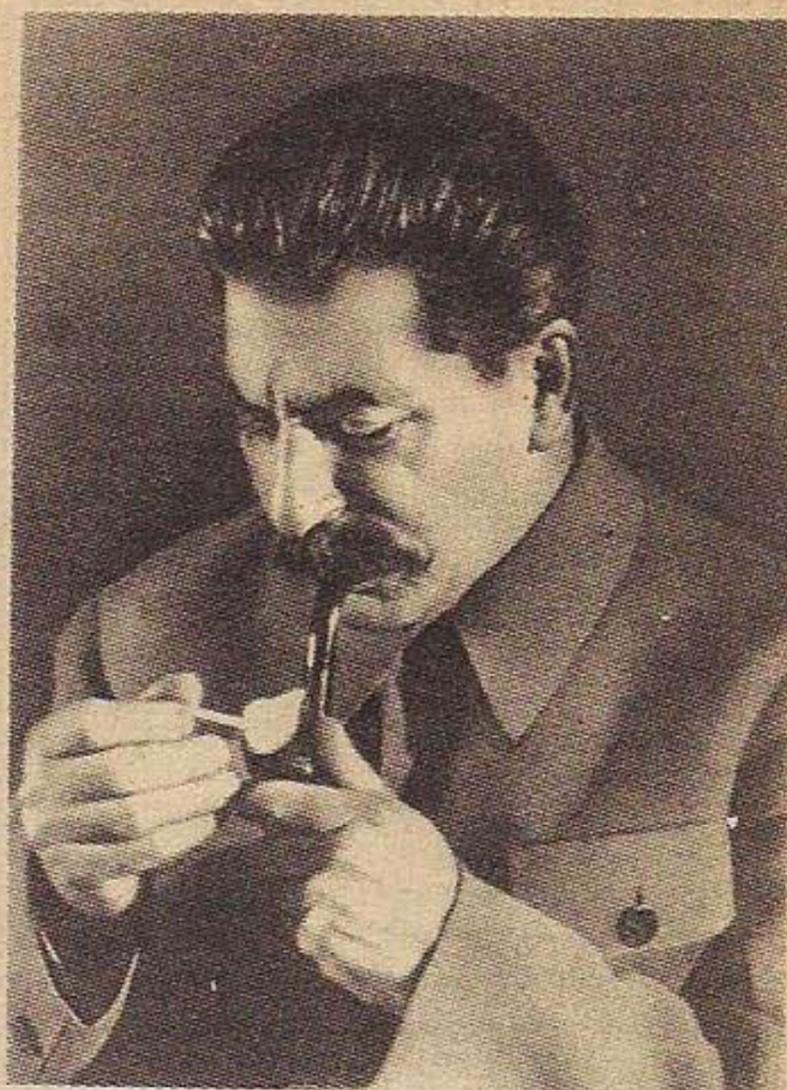
Para sair da posição pouco invejável na qual os dirigentes iugoslavos se meteram, eles recorreram a um método "novo", o de negar simplesmente todos os erros, a despeito da sua evidência. Eles não admitem os fatos e os documentos conhecidos de todos, que foram expostos na carta do Comitê Central do Partido Comunista (bolchevique) de 27 de março de 1948. É evidente que os camaradas Tito e Kardelj não compreendem que este método infantil de negar simplesmente os fatos e os documentos não convence ninguém, não pode senão provocar o riso.

(...)

SOBRE A LINHA POLÍTICA ERRÔNEA DO BIRÔ POLÍTICO DO CC DO PCI NA QUESTÃO DA LUTA DE CLASSES NA IUGOSLÁVIA

Em nossa carta, escrevemos que no partido comunista iugoslavo não se observa o espírito duma política de luta de classes, que no campo, assim como também nas cidades, os elementos capitalistas crescem e que a direção do partido não toma nenhuma medida para limitar os elementos capitalistas.

Os camaradas Tito e Kardelj negam tudo isto, mas somente em palavras, e consideram nossas afirmações, que têm caráter de princípio, como ofensa dirigida ao partido comunista iugoslavo, evitando uma resposta substancial. Suas provas reduzem-se a declarações sobre a solidez dos



fundamentos e a constância das reformas sociais realizadas na Iugoslávia. Mas isto é insuficiente. O fato de negar o reforçamento dos elementos capitalistas e, portanto, o agravamento da luta de classes no campo das condições da Iugoslávia atual, resulta da atitude oportunista segundo a qual a luta de classes, no período de transição do capitalismo ao socialismo, não se agrava, como ensina o marxismo-leninismo, mas supostamente tende a amainar-se, tal como afirmam os oportunistas do tipo Bukharine, que pregam a teoria apodrecida da integração pacífica dos elementos capitalistas no socialismo.

Ninguém pode negar a profundidade e a solidez das transformações sociais efetuadas na URSS como resultado da Revolução Socialista de Outubro. Entretanto, o PC (bolchevique) jamais tirou disto a conclusão de que se enfraquecia a luta de classes em nosso país, ou de que inexistia o perigo de um reforçamento dos elementos capitalistas. Em 1920-1921, Lênin assinalou que "enquanto vivermos num país de pequena produção camponesa, o capitalismo possui na Rússia uma base econômica mais firme que o comunismo" uma vez que "a pequena produção engendra o capitalismo e a burguesia, incessantemente, cada dia, cada hora, e em massa." Sabe-se que no decurso dos quinze anos que se seguiram à Revolução de Outubro, a questão das medidas de limitação dos elementos capitalistas no campo, em primeiro lugar, e, depois, a liquidação dos **kulaks** como última classe capitalista, não deixou de estar na ordem do dia de nosso Partido. A subestimação da experiência do PC (bolchevique) quando se trata de assegurar as condições básicas para a edifi-

cação do socialismo na Iugoslávia, encerra grandes perigos políticos e é inadmissível para os marxistas, pois o socialismo não pode ser construído somente nas cidades, somente na indústria, é preciso edificá-lo também no campo, na economia rural.

Não é acidental que os dirigentes do Partido Comunista Iugoslavo esquivem a questão da luta de classes e da limitação dos elementos capitalistas no campo. E o que é mais: nas declarações dos dirigentes iugoslavos guarda-se quase sempre o silêncio sobre a questão das diferenças de classe no campo, o campesinato é tratado como um todo único, e não se mobiliza o partido para superar as dificuldades que provêm do crescimento dos elementos exploradores no campo. Todavia, a situação política no campo iugoslavo não dá qualquer motivo para satisfação e bom humor. Nas condições existentes na Iugoslávia, onde a nacionalização da terra não foi efetuada, onde subsiste a propriedade privada da terra, com a liberdade de vendê-la ou comprá-la, onde existe o trabalho assalariado, etc., não se pode educar o partido num espírito de desconhecimento da luta de classes e de apaziguamento dos antagonismos de classe, pois esse fato desarma o partido face às dificuldades fundamentais da edificação do socialismo. Isto significa que se entorpece o partido comunista iugoslavo com a teoria oportunista, podre, da integração pacífica dos elementos capitalistas, teoria tomada por empréstimo a Bernstein, Folmar, Bukharine.

Tampouco não é por acaso que certos dirigentes do Partido Comunista iugoslavo se desviem do caminho marxista-leninista no que concerne à questão do papel dirigente da classe operária. Enquanto que o marxismo-leninismo sustenta o papel dirigente da classe operária na liquidação do capitalismo e na edificação da sociedade socialista, os dirigentes do Partido Comunista Iugoslavo desenvolvem pontos de vistas completamente diferentes. É suficiente citar a seguinte declaração do camarada Tito em Zagreb, em novembro de 1946 (*Borba*, 2/11/46):

“Nós não dizemos aos camponeses que eles são a mais forte pilastra de nosso Estado para ganhar eventualmente seus votos, mas dizemos isto porque eles o são na realidade”.

Esta posição está em absoluta contradição com o marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo considera que na Europa, e por consequência também nos Estados de democracia popular, a classe progressista e revolucionária é a classe operária e não o campesinato. No que respeita ao campesinato, sua maioria, ou seja, o campesinato pobre e médio, pode se tornar ou já é aliado da classe operária, mas o papel dirigente nesta aliança pertence à classe operária. Ora, a posição tomada pelo camarada Tito, não somente nega o papel dirigente da classe operária, como ainda proclama todo o campesinato — incluindo os *kulaks* — como a base mais sólida da nova Iugoslávia. Esta atitude exprime concepções que são caras aos políticos pequenoburgueses, mas não aos marxistas-leninistas.

A FALSA POLÍTICA DO BIRÔ POLÍTICO DO CC DO PCI NA QUESTÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O PARTIDO E A FRENTE POPULAR

Em nossa última carta escrevemos que na Iugoslávia se considera como poder dirigente fundamental não o partido comunista mas a Frente Popular, que os dirigentes iugoslavos diminuem o papel do partido, dissolvem-no, de fato, na Frente Popular sem-partido, cometendo assim o mesmo erro de princípio dos mencheviques na Rússia há quarenta anos.

Os camaradas Tito e Kardelj negam isto, afirmando que todas as decisões da Frente Popular são decisões do partido, mas dizem que eles não acham necessário assinalar como essas decisões foram tomadas e em que conferências do partido.

O erro dos camaradas iugoslavos consiste justamente em que eles têm medo de mostrar abertamente o partido e suas decisões diante de todo o povo, a fim de que ele saiba que o partido é a força dirigente, que o partido conduz, guia, a Frente Popular e não ao contrário.

Segundo a teoria marxista-leninista, o partido comunista é a mais alta forma de organização do povo trabalhador, acima de todas as outras organizações, acima dos Soviets na URSS, acima da Frente Popular na Iugoslávia. O partido está acima de todas estas organizações de trabalhadores não somente porque reúne em suas fileiras os melhores elementos entre os trabalhadores, mas também porque tem o seu próprio programa, a sua política própria, à base da qual ele dirige todas as outras organizações de trabalhadores. Contudo, o Birô Político do CC do PCI teme falar disto à classe operária e a todo o povo iugoslavo aberta e diretamente, em voz alta. O Birô Político do CC do PCI pensa que, se ele não assinala isto no momento atual, então os outros partidos não terão motivo de mostrar suas forças e sua luta. Evidentemente, os camaradas Tito e Kardelj pensam que por meio desse artifício barato eles conseguirão eliminar uma lei do desenvolvimento histórico, embair a classe, enganar a história. Mas isto é uma ilusão, é enganar-se a si mesmo. Se existem classes antagônicas, existirá também a luta entre elas, e se a luta existe, refletir-se-á na atividade dos diversos grupos e partidos, legal ou ilegalmente.

Lênin disse que o partido é a mais importante arma nas mãos da classe operária. A tarefa dos dirigentes é manter esta arma pronta para o combate. Visto que os camaradas iugoslavos escondem a bandeira do partido e evitam falar do papel dirigente do partido ante o povo, eles embotam essa arma da classe operária, apoucam o papel do partido, desarmam a classe operária. É ridículo pensar que devido a uma astúcia vulgar dos camaradas iugoslavos, o inimigo

renunciará à luta. Justamente por isso impõe-se conservar o partido pronto para a ação contra o inimigo e não o entorpecer, não esconder sua bandeira, não o iludir com a esperança de que o inimigo, se não se lhe der motivo, cessará a luta, deixará de organizar suas forças sob uma forma legal ou ilegal.

Nós consideramos que o enfraquecimento do papel do partido comunista na iugoslávia foi levado muito longe. Trata-se de relações incorretas, quanto aos princípios, entre o partido comunista e a Frente Popular na Iugoslávia. É preciso não perder de vista que a Frente Popular na Iugoslávia é composta de elementos extremamente diversos do ponto de vista de classe, de **kulaks**, comerciantes, pequenos fabricantes, intelectuais burgueses, assim como de grupos políticos de diferentes cores, inclusive de certos partidos burgueses. O fato de que, na arena política na Iugoslávia, não apareça senão a Frente Popular e que o partido e suas organizações não atuem abertamente com seu próprio nome diante do povo, não apenas diminui o papel do partido na vida política do país, como também mina o partido enquanto força política independente, que deve ganhar a confiança crescente do povo e estender sua influência entre as massas de trabalhadores cada vez mais amplas, através de uma ação política pública, duma propaganda pública de suas concepções e de seu programa. Os camaradas Tito e Kardelj esquecem que o partido somente pode crescer na luta aberta contra os inimigos; a astúcia banal e as maquinações do Birô Político do CC do PCI não podem substituir esta luta como escola de educação dos quadros do partido. A teimosia em não reconhecer o erro praticado ao declarar-se que o Partido Comunista da Iugoslávia não tem outro programa que não o da Frente Popular, mostra que os dirigentes iugoslavos se afastaram das concepções marxistas-leninistas sobre o partido. Nós vemos nisto um prenúncio de desenvolvimento das tendências liquidacionistas no que concerne ao Partido Comunista da Iugoslávia, o que representa uma ameaça à existência mesma do partido e esconde em si, decisivamente, o perigo de degenerescência da República Popular iugoslava.

Os camaradas Tito e Kardelj afirmam que os erros dos mencheviques, acerca da dissolução do partido marxista numa organização de massas sem-partido, teve lugar há quarenta anos atrás e que por esta razão não pode haver relação alguma entre tais erros e as faltas atuais do Birô Político do CC do PCI. Os camaradas Tito e Kardelj cometem um profundo erro. A analogia política e teórica entre esses dois casos não deixa lugar a dúvida, pois, tal como os mencheviques em 1907, os camaradas Tito e Kardelj, quarenta anos mais tarde, degradam o partido marxista, negam o papel do partido enquanto forma suprema de organização, acima de todas as outras organizações de massa dos trabalhadores, e, como os mencheviques, dissolvem o partido marxista em uma organização de massas sem-partido. A única diferença é que os mencheviques cometeram estes erros em 1906-1907 e,

depois que o partido marxista da Rússia os condenou em seu congresso de Londres, eles não insistiram mais em sua proposição, enquanto que o Birô Político do CC do PCI, a despeito desta evidente lição, retira da sua tumba, após quarenta anos, os erros mencheviques e os proclama como sua própria teoria sobre o partido. Esta circunstância não reduz mas, ao contrário, agrava os erros dos camaradas iugoslavos.

A SITUAÇÃO INQUIETANTE NO PARTIDO COMUNISTA IUGOSLAVO

Dissemos em nossa primeira carta que o Partido Comunista da Iugoslávia mantém-se numa posição semi-legal, apesar de ter tomado o poder há três anos e meio, que nele não ha democracia interna, eleições, crítica e autocritica e que, em sua maioria, o CC do PCI é composta de camaradas cooptados e não eleitos.

Os camaradas Tito e Kardelj negam tudo isto, mas somente em palavras. Eles escrevem que no CC do PCI "a maioria dos membros não são cooptados", que "o CC do PCI, de 31 membros e 10 candidatos, foram eleitos na 5ª Conferência realizada em dezembro de 1940 em plena clandestinidade ... e que, segundo decisão do Komintern, essa conferência tinha todos os direitos de um congresso"; que "desse número, 10 membros do Comitê Central e 6 candidatos tinha sido mortos na guerra e dois outros foram excluídos do CC", dizem ainda que "há hoje 19 membros do CC do PCI eleitos na conferência e 7 membros cooptados", de sorte que presenteemente "o CC do PCI se compõe de 26 membros".

Isto, porém, não é inteiramente certo. Como se vê nos arquivos do Komintern, na 5ª conferência realizada em outubro, e não em dezembro de 1940, foram eleitos não 31 membros e 10 candidatos do CC, mas 22 membros do CC e 16 candidatos. Eis o que a esse respeito comunicou de Belgrado o camarada Walter (Tito em pessoa) em fins de outubro de 1940: "Ao camarada Dimitrov. De 19 a 23 de outubro teve lugar a 5ª Conferência do PCI. 101 delegados eleitos dela participaram, vindos de todas as regiões do país. Foi eleito um CC de 22 pessoas, sendo 2 mulheres, e 16 candidatos. Houve unidade completa. Walter".

Se, de 22 membros do CC, 10 foram mortos, sobraram 12 membros eleitos, e se, destes 12, dois foram excluídos, ficaram apenas 10 membros eleitos do CC. Os camaradas Tito e Kardelj dizem que existe atualmente 26 membros do CC, por conseguinte, se desse total se subtrai os 10 membros eleitos, na presente composição do CC, há 16 membros cooptados.

Ressalta, pois, que a maioria do CC atual do PCI é cooptada.

Tal se verifica não apenas no CC. Também os dirigentes locais são designados e não eleitos pela base.

Julgamos que esta maneira de formar os órgãos dirigentes do partido, nas condições em que o partido está no poder e desfruta uma completa legalidade, somente pode ser qualificada como uma situação semi-clandestina, e o tipo mesmo da organização como sectária e burocrática.

É inadmissível que não se realizem reuniões do partido ou então que se efetuem secretamente. O fato que a admissão no partido seja escondida dos operários contribui para solapar a influência do partido nas massas, uma vez que o ingresso ao partido deve jogar um grande papel educativo, ligando o partido à classe operária e a todos os trabalhadores.

Se o Birô Político do CC do PCI dedicasse bastante importância ao seu partido, não permitiria nele uma tal situação, e, imediatamente após a tomada do poder, isto é, há três anos passados, teria convocado o partido para o congresso, para se reorganizar à base do centralismo democrático e para trabalhar numa situação inteiramente legal.

É perfeitamente compreensível que, com uma tal situação no partido, quando não há eleições dos órgãos dirigentes, mas apenas designações vindas de cima, a questão da democracia interna inexistente no partido, e menos ainda a crítica e a autocritica. Sabemos que os membros do partido têm medo de dar a sua opinião, temem pronunciar uma palavra de crítica sobre a situação no partido e que preferem calar-se para evitar as represálias. Não se pode considerar como fortuito o fato de que o ministro da Segurança do Estado seja, ao mesmo tempo, secretário administrativo do Partido Comunista da Iugoslávia. É evidente que os membros e os quadros do partido estão colocados sob a vigilância do ministro da Segurança do Estado, o que é inadmissível e inaceitável. Basta que, por exemplo, o camarada Juyovitch exprima numa reunião do CC do PCI seu desacordo com o projeto de resposta do CC do PCI à carta do CC do PC (bolchevique) para ser imediatamente excluído do CC. Como se vê, o Birô Político do CC do PCI considera o partido não como um organismo independente que tem o direito de dar a sua opinião, mas como um destacamento guerrilheiro cujos membros não têm o direito de discutir, mas de executar sem objeção tudo que o "chefe" ordena. Isto se chama, entre nós, estimular os métodos militares no partido, o que não se coaduna com os princípios de democracia interna num partido marxista.

Como é sabido, Trotsky ensaiou igualmente, em seu tempo, introduzir no PC (bolchevisque) métodos militares de direção, mas o partido, dirigido por Lênin, as condenou. Os métodos militares foram rejeitados e a democracia interna instaurada, enquanto princípio extremamente importante de construção do partido.

Consideramos que esta situação anômala no partido comunista iugoslavo constitui um sério perigo para a vida e o desenvolvimento do partido. Quanto mais rapidamente se ponha fim a este regime sectário-burocrático no partido,

melhor será, tanto para o partido como para a República popular democrática da Iugoslávia.

(...)

MÉRITOS INJUSTIFICADOS

Os dirigentes iugoslavos, com a sua falta de modéstia, vão até o ponto de se atribuir méritos que não lhes podem, em absoluto, ser reconhecidos. Tomemos por exemplo a questão da ciência militar. Os dirigentes iugoslavos afirmam que eles completaram a ciência marxista da guerra com uma nova teoria, segundo a qual a guerra é concebida como ação combinada do exército regular, dos destacamentos guerrilheiros e das insurreições populares. Entretanto, esta teoria é velha como o mundo e, em consequência, não traz nada de novo à ciência marxista da guerra. Sabe-se que os bolcheviques praticaram essas ações combinadas do exército regular, dos destacamentos de guerrilheiros e das insurreições populares durante toda a duração da guerra civil na Rússia (1917-1921) e praticaram-nas em proporções muito maiores do que as realizadas na Iugoslávia. E no entanto, os bolcheviques jamais disseram que, aplicando estes métodos de ações militares, eles tenham introduzido algo de novo na ciência militar. E eles nada disseram de semelhante, porque este mesmo método já tinha sido aplicado com sucesso, antes dos bolcheviques, na guerra contra as tropas napoleônicas na Rússia, em 1812, pelo marechal Kutúzov. Este, tampouco pretendia ter inovado aplicando esse método, porque os espanhóis tinham, antes dele, desde 1808, começado a empregá-lo na guerra contra as tropas de Napoleão. Assim, isto que os dirigentes iugoslavos julgam novo na ciência militar é velho, conta de fato, 140 anos de idade. Os méritos que eles se atribuem pertencem sem dúvida aos espanhóis.

Além disso, é preciso ter em conta que os méritos de tais ou quais dirigentes no passado não excluem a possibilidade de seus erros no presente. O próprio Trotsky teve, em seu tempo, méritos revolucionários, o que não significa de nenhum modo que o PC (bolchevique) devesse fechar os olhos face aos erros oportunistas, extremamente graves, que, mais tarde, o empurraram para o campo dos inimigos da União Soviética.

Os camaradas Tito e Kardelj propõem em sua carta que um representante do CC do PC (bolchevique) seja enviado à Iugoslávia para examinar lá a questão do desacordo soviético-iugoslavo. Consideramos que essa via não é boa, visto que não se trata da verificação de certos fatos, mas de divergências de princípios.

Os Comitês Centrais dos nove partidos comunistas que possuem seu Birô de Informação, já tomaram conhecimento do problema do desacordo soviético-iugoslavo. Seria injusto excluir os outros partidos dessa questão. Propomos por isso que este assunto seja debatido na próxima reunião do Birô de Informação.

Moscou, 4 de maio de 1948.

Somente o Caminho Revolucionário Poderá Trazer a Vitória à Classe Operária Polonesa

Artigo publicado no jornal ZERI I POPULLIT
(A Voz do Povo), órgão do
Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia

Há dez anos atrás, uma grande onda de greves, manifestações e choques nas ruas dos trabalhadores poloneses, e em particular dos trabalhadores do Báltico, derrubou a equipe de Gomulka. Gierek ocupou seu lugar. Ele chegou à cabeça do Partido e do Estado como salvador da situação, como o homem que corrigiria as deformações "burocráticas", "o estilo e o método" dos dominantes anteriores, que defenderia os interesses dos trabalhadores, etc., etc. A demagogia da equipe de Gierek teve êxito temporariamente. Os operários de Gdansk, Lodzi, Varsóvia, Gdanie, Sopot, Shtchetchin, etc., deixaram as barricadas erguidas nas ruas e regressaram às usinas com grandes esperanças de que teriam mais direitos e de que seus filhos teriam mais pão. Em Moscou, alegraram-se muito com o fato de que as turbulências polonesas tenham sido tranquilizadas sozinhas, sem ser necessário utilizar os tanques soviéticos, e com o fato de que a Polônia permaneceu em seu curral. Também o Ocidente não ficou descontente, abriram-se-lhe as portas para a penetração de seu capital e para a ampliação de sua influência nesse país. Os sinos do Vaticano badalaram ainda mais fortemente pela vitória da Igreja Católica de Varsóvia, que se tornou a força que decidiu qual o clã revisionista que deveria ser derrubado e qual permaneceria no poder.

Mas, passaram apenas dez anos e a Polônia foi abalada por um amplo movimento de greves dos estivadores, dos trabalhadores das minas, da indústria e de outros setores, que assumiu grandes proporções durante o mês passado. O desenrolar dos recentes acontecimentos na Polônia apresenta-se bastante complexo. De início, deve-se dizer que as greves do Báltico, da Silésia, etc., mesmo que tenham sido realizadas pelos operários contra as dificuldades econômicas com as quais se defrontam, foram inspiradas e manipuladas de fora, pela burguesia capitalista do Ocidente, pela toda-poderosa Igreja Católica polonesa e pela reação interna. Em sua essência, essas greves não foram revolucionárias. Elas foram dirigidas em oposição a um regime contra-revolucionário, com um espírito contra-revolucionário. Os organizadores e os inspiradores das greves procuravam separar a Polónia das garras dos socialimperialistas soviéticos e colocá-la sob a dominação do capitalismo ocidental. A análise dos acontecimentos da Polónia à luz do marxismo-leninismo leva-nos a esta conclusão.

É natural que a eclosão das greves, dos protestos e das manifestações dos operários na Polónia seja conseqüência da própria linha revisionista do chamado Partido Operário Unificado da Polónia e da submissão multilateral da Polónia à URSS revisionista. Sob o domínio do grupo de Gierek, o caminho revisionista de restauração do capitalismo aprofundou-se, a dependência à URSS fortaleceu-se ainda mais, as chagas do capitalismo tornaram-se ainda mais graves. Abarcada pelas correntes da integração econômica da "comunidade socialista", a economia polonesa permaneceu um apêndice da economia soviética, uma economia que produzia para o mercado soviético e se apoiava na tecnologia de fora e na quantidade de matérias primas definidas por Moscou. Os grandes créditos que recebeu do Ocidente, mesmo tendo chegado à colossal cifra de 20 bilhões de dólares, foram gastos, não para o desenvolvimento do país, mas para atender às necessidades urgentes do dia a dia, para manter um nível de consumo aumentado artificialmente e para criar lucros para os credores, com a exploração do povo polonês.

A crise econômica, financeira e energética que atingiu o mundo capitalista e revisionista nestes últimos anos golpeou a Polónia gravemente. A URSS duplicou e triplicou os preços do petróleo e a Polónia foi obrigada a pagar grandes somas para sua importação. O mesmo ocorreu com os preços dos cereais e da forragem que recebiam do Ocidente.

Nessas condições, o governo polonês, encontrando-se sob a pressão das dívidas ao Leste e ao Oeste, foi obrigado a aumentar as exportações, inclusive de mercadorias deficitárias de primeira necessidade, a elevar os preços da energia elétrica, dos combustíveis, da carne e de outros produtos de amplo consumo. Todas essas medidas extremas pesaram exclusivamente sobre as massas trabalhadoras e se tornaram uma das razões básicas da eclosão das turbulências ocorridas nos últimos tempos.

Em um artigo publicado nas páginas de nosso jornal, em 19 de fevereiro de 1971, dedicado à derrocada de Gomulka e à chegada de Gierek ao poder, escrevemos que "o campo de manobras dos novos chefes poloneses é muito estreito, tanto no setor econômico, como no setor político. A situação econômica permanece a mesma deixada por Gomulka e nenhum milagre

poderá acontecer, nem dentro de alguns meses, nem dentro de alguns anos. As ajudas que eles podem receber tanto do Leste, como do Oeste não poderão melhorar a situação. Elas poderão servir no máximo como injeções para enfrentar a aguda crise do momento atual. Mas as dívidas e os créditos externos intensificarão ainda mais a opressão e a exploração dos trabalhadores. O que se torna evidente com os recentes acontecimentos da Polônia é que o sistema capitalista restaurado passou a fase transitória e chegou a um tal ponto crítico, que os conflitos de classes abertos são inevitáveis. Agora, o regime polonês não é capaz de assegurar o desenvolvimento da produção, senão reduzindo até o último grau o nível de vida, assim como, para manter o poder político, é obrigado a recorrer à repressão e à violência armada". O tempo comprovou totalmente nossa análise.

A política anti-marxista seguida pelos revisionistas poloneses, o ditame e a arbitrariedade que os chefes do Krêmlin lhes impuseram de há muito, os laços de domínio e de submissão existentes na chamada "comunidade socialista", levaram a Polônia à atual situação catastrófica. A Polônia, como membro do Pacto de Varsóvia e do Comecon, está militarmente ocupada, economicamente explorada e politicamente dependente da URSS. A Polônia, desde a chegada de Kruschov ao poder até hoje, seguiu passo a passo o exemplo da URSS na restauração do capitalismo. A direção revisionista polonesa aplicou sucessivamente as reformas econômicas, políticas e sociais capitalistas, levadas a cabo na URSS. Na política externa, ela se submeteu aos ditames e às ordens que vinham do Krêmlin. Por isso, o fracasso da política dos dirigentes poloneses é, ao mesmo tempo, o fracasso de toda a linha revisionista kruschovista. A putrefação do atual sistema social da Polônia é a expressão de uma maior putrefação que abarcou todos os países revisionistas, a URSS, a China, todos os países do Comecon e a Iugoslávia autogestionária. Elevação de preços, desemprego, graves condições de trabalho, grandes dívidas externas, existem em todos esses países. E se nesses países não ocorreram explosões como na Polônia, é por diferentes motivos. O que não acontece hoje, poderá muito bem acontecer amanhã.

Mas, as greves nas cidades do Báltico e em geral a questão polonesa, devem ser vistas também no quadro da estratégia global imperialista-revisionista, do desenvolvimento da atual política das duas superpotências imperialistas. Já é conhecido que entre os EUA e os Estados da Europa Ocidental, e em particular a França e a Alemanha Federal, têm havido profundas contradições em torno de algumas questões, como a do Irã, a das sanções à URSS relacionadas com a ocupação do Afeganistão, a da instalação dos mísseis Pershing 2 e Kruiz no território dos Estados membros da OTAN e dos mísseis SS-20, por parte da URSS no território dos países membros do Pacto de Varsóvia, a do acordo de Camp David, entre Israel e o Egito, e de outras questões.

Nesses desentendimentos, o presidente norte-americano, J. Carter, manteve uma atitude quase arrogante e de imposição contra a França e a Alemanha Federal. Por sua vez, não só a França, mas também a Alemanha Federal, não se submeteram às ameaças e às chantagens americanas. Pelo contrário, elas prosseguiram sua política de *détente* com o Leste. Giscard D'Estaing foi a Varsóvia, e lá, tendo Gierek como tradutor, encontrou-se *tête-à-tête* com Brejnev.

Por seu turno, Schmidt foi a Moscou e pediu a Brejnev uma moratória de 3 anos para discutir a questão da instalação de novos mísseis na Europa. Para o mês de agosto, Schmidt havia planejado um encontro e conversações na Polônia com Gierek e na Alemanha Oriental com Honeker.

Giscard D'Staing e Schmidt, em seus recentes encontros, concordaram em que os governos dos dois países, em oposição aos desejos dos EUA, continuariam a política de *détente* e de colaboração com a URSS e com outros países da Europa Oriental.

A França e a Alemanha Federal, estes dois países capitalistas bastante desenvolvidos, investiram bilhões de dólares e concederam grandes créditos aos países do Leste. Através desses créditos e investimentos, e da política de *détente*, elas, por um lado, tentam afastar da Europa o perigo de uma guerra e empurrá-la para a Ásia, e, por outro lado, visam a aumentar sua influência sobre os países satélites da URSS, debilitar seus multilaterais laços com Moscou. Este é o grande objetivo desses dois Estados da Europa Ocidental.

Nesse sentido, os EUA também têm interesse, inclusive pretendem ser os promotores dessa política, enquanto a França e a Alemanha, por seus interesses, desejam atuar como independentes.

A URSS, que se encontra em dificuldades políticas e econômicas e inclusive militares, após a invasão *manu militari* do Afeganistão, está interessada em manter a *détente* e a colaboração com os EUA. Caso a América continue ameaçando, então interessa à URSS romper a frente da OTAN, realizando uma política de *détente* com a França e a Alemanha Federal. Esta política da URSS também é seguida por seus satélites, os demais países da Europa Oriental. De jeito nenhum a URSS deseja que esses países satélites escapem de suas mãos, mas não pode impedi-los de contrair dívidas com a Alemanha Federal, com a França, com os EUA e com os demais países.

Precisamente nessa situação e nessas complicações políticas internacionais, paralelamente às dificuldades internas da Polônia, iniciaram-se as greves nas cidades costeiras do Báltico. Essas greves eclodiram sob a influência das forças reacionárias internas e externas, mas, como se vê, em um momento tão adequado para atingir os resultados desejados. Através dessas greves, o Ocidente queria alcançar uma mudança a seu

favor na Polônia, exercer pressão sobre a URSS, mas não ir tão longe, ao ponto de colocar as posições de Gierek em risco, pois toda a política de *détente* rumo ao Leste ficaria comprometida. O Ocidente sabia que se fosse muito longe seria provocada a intervenção armada da URSS.

Isto ficou claro em toda a atitude mantida pela imprensa ocidental, que apoiou grandemente as greves dos operários dos portos poloneses do Báltico, enquanto, por sua vez, os governos francês, alemão, inglês e inclusive o norte-americano, se mostraram muito reservados.

Aos grevistas de Gdnie, Gdansk e Shtetchin, aconselharam reivindicações ponderadas. Até o Vaticano e a Igreja Católica Polonesa, com Vishinski à frente, diziam aos operários que estavam de acordo com suas reivindicações, mas abertamente os conclamavam a que tudo se desenvolvesse na ordem, na tranquilidade, levando em conta as condições da Polônia, do Estado Polonês, etc., etc.

Em outras palavras, o Ocidente teve medo de uma intervenção militar da URSS, o que levou à suspensão das greves e à subscrição do acordo entre os representantes do governo e dos grevistas em Gdansk. Momentaneamente, uma intervenção armada da URSS na Polônia não é proveitosa, nem para a Alemanha Ocidental, nem para a França, nem para a Inglaterra e nem para os EUA. Eles apregoaram a prudência para que não acontecesse o que aconteceu com a Tchecoslováquia e com Dubček, o qual pensava que poderia ir até os limites que o Ocidente sonhava, sem ser colocado em risco pela URSS.

No que se refere aos revisionistas soviéticos, estes, com certeza, mantinham laços com Gierek, e seguramente se opunham ao que estava ocorrendo na Polônia. Eles não estavam de acordo nem com a sua autocrítica, nem com as decisões que estavam sendo preparadas para serem assumidas. Durante todas as turbulências da Polônia, a URSS social-imperialista silenciou, mas mantinha as antenas ligadas, atenta, como o gato em relação ao rato, e sem mobilizar nenhum regimento, porque estes estavam dentro da Polônia, com as armas em alerta. Somente quando foi assinado o acordo em Gdansk, Moscou relatou em sua imprensa, resumidamente, os acontecimentos e mencionou algo do discurso de Gierek. Essa posição da URSS fez com que os EUA, a França, a Alemanha Federal, inclusive o próprio Gierek e a Igreja Católica polonesa, tivessem medo.

Nessa situação, todos se apressaram e fizeram pressões para que se chegasse a um acordo, o qual foi assinado em Gdansk entre os representantes do Comitê dos grevistas e os representantes do governo. Para preparar o terreno para esse acordo, Gierek teve de demitir anteriormente, uma grande parte dos dirigentes do Partido e do Estado, dos postos que eles ocupavam, entre eles o primeiro-ministro Babiuch. Gierek jogou toda

a culpa no primeiro-ministro, o qual não tinha senão poucos meses de chegada ao poder, após a queda de Iaroshevich. Assim, Babiuch e outros foram convertidos em bodes expiatórios, enquanto a culpa não estava neles.

Mas, o compromisso de Gdansk representa uma vergonhosa derrota para os revisionistas poloneses, para o sistema pseudo-socialista da Polônia. Ao mesmo tempo, representa uma grave derrota para a URSS e os demais países revisionistas.

O acordo de 21 pontos representa uma certa plataforma ideológica e política do programa mínimo das novas forças reacionárias da Polônia, que o Comitê dos grevistas apresentou ao governo polonês como condição para o início do trabalho. A questão fundamental neste acordo, além das exigências relacionadas com a melhoria da legislação trabalhista, é o reconhecimento da criação de sindicatos independentes e autogestionários, fora e em oposição aos sindicatos existentes na Polônia. O acordo também reconhece aos grevistas "o direito de greve", "a liberdade de expressão e de imprensa", "a cessação das perseguições aos que editam publicações independentes" e assegura a possibilidade a que todas as seitas religiosas escrevam artigos na imprensa, etc.

Todas essas concessões mostram a situação putrefata do atual regime revisionista polonês, a transformação mais profunda, mais radical da Polônia num país capitalista. A reação conseguiu essa transformação de um país chamado socialista que não é socialista, enganando e utilizando a classe operária para seus objetivos. Precisamente por isso, a burguesia e os estados capitalistas, seus chefes, de Carter a Reagan, o Vaticano e a Igreja Católica Polonesa, consideram isso uma vitória histórica, uma nova fase da construção de um socialismo real, que na verdade significa a transformação de um país de revisionismo e do pseudo-socialismo, num país totalmente capitalista.

Mas, o que essa vitória trará à classe operária? A quem ela servirá? A criação dos sindicatos independentes autogestionários na Polônia servirá como um trampolim para passar do sistema atual da centralização burocrática revisionista, a um sistema completamente capitalista, anarcosindicalista. O que está acontecendo na Polônia se assemelha ao que aconteceu anteriormente na Iugoslávia. Logo após a guerra, a Iugoslávia rompeu definitivamente com o campo do socialismo e depois de algumas peripécias passou ao sistema de autogestão. Na Iugoslávia, foi eliminado o papel do Partido. Foi eliminado também o papel das Uniões Profissionais, o centralismo democrático deu lugar ao descentralismo econômico, preservando supostamente um centralismo político e uma administração federativa comum.

Na Polônia, o revisionismo polonês, assim como na URSS e nos demais países membros do Pacto de Varsóvia, mantêm-se as velhas formas da estrutura e da superestrutura, ou seja,

mantêm-se ainda o centralismo na economia e no poder. O Partido Operário Unificado da Polônia está na direção, as Uniões Profissionais jogam o papel de "correias de transmissão" da política do partido revisionista, etc. Por isso, a burguesia capitalista ocidental deveria encontrar uma saída para debilitar ainda mais este sistema estatal, que ela sabe ser pseudo-socialista e sob a completa influência da URSS. O capitalismo ocidental e o imperialismo norte-americano, para debilitar o sistema capitalista-revisionista nos países aliados da URSS, se esforçam não somente para investir seus capitais, que lhes proporcionam elevados lucros, e ao mesmo tempo corroem o potencial político, econômico e militar da URSS nesses países, como também trabalham para degenerar o próprio sistema. É o melhor meio para atingir esse objetivo é a autogestão que foi levada a cabo na Iugoslávia, que está sendo aplicada na China, que os euro-comunistas apregoam.

A burguesia capitalista mundial pensa que atualmente um tal esforço para introduzir a autogestão não poderia ser feito em relação à Hungria, à República Democrática da Alemanha, ou à Romênia, por isso encontrou a Polônia. Por que? Porque na Polônia o atual sistema revisionista no poder está debilitado, a Igreja Católica se tornou uma força dominante. Gomulka e Gierek deram à Igreja essa importante força e papel que ela desempenha na vida do país. Querendo ou não, também os revisionistas soviéticos toleraram.

A burguesia mundial apóia-se também no grande anti-sovietismo dos poloneses, bem como no fato de que o grupo de Gierek, independentemente de que do ponto de vista formal mantenha laços com os revisionistas soviéticos, não lhes obedece completamente. O anti-sovietismo de Gierek e dos outros reside nos estímulos às reivindicações secretas pela independência em relação aos revisionistas soviéticos.

Nessas condições, as greves nos portos do Báltico foram exploradas pela reação polonesa, pela Igreja e a burguesia ocidental para a criação de uma oposição ao Partido Operário Unificado da Polônia e depois para aplicar, gradualmente, na economia, o sistema autogestionário, assim como aconteceu na Iugoslávia. Mas, deve-se pensar que a burguesia revisionista polonesa subirá gradualmente a passos ponderados e uns após outros, os degraus do sistema de autogestão. Ela sabe que os tanques de Ustinov se encontram de há muito em Varsóvia e que os militares soviéticos conhecem bem as ruas da capital polonesa. Os Kadar e Husak poloneses não deixam de marchar atrás deles e para se instalarem à frente do poder. A intervenção soviética permanece sempre como uma espada erguida e pronta para cortar, não uma ou duas cabeças, mas milhares e dezenas de milhares.

"Os sindicatos livres", compreende-se, tentarão no início exercer funções autogestionárias nas empresas, usinas, fábricas, numa palavra, assumir o poder econômico. Eles não hesitarão

em estender sua atividade também ao campo, onde tentarão agrupar sob sua direção todas as pequenas empresas, ou os artesãos que lá existem para autogestioná-las. Eles utilizarão também as greves legais para exercer pressões sobre o poder centralista burocrático e para ter em suas mãos também o poder político.

As potências ocidentais, por enquanto, pretendem que sejam consolidadas e aprofundadas as concessões feitas à reação, que o acordo se estenda e seja difundido em todos os centros operários da Polônia. Ao mesmo tempo, Carter, Schmidt e Tactcher fizeram apelos e promessas de concessão de novos créditos à Polônia. Com isso, eles querem fortalecer as posições do grupo dominante e dos dirigentes reacionários das greves. Seguramente, isso será realizado, se Brejnev lhes der tempo.

Este é o plano estratégico da burguesia capitalista ocidental e dos que dirigiram as greves dos operários dos portos do Báltico, com os quais indiretamente está implicado também o grupo de Gierek, que joga a pedra e esconde a mão para ganhar terreno no caminho reformista, para evitar a intervenção da URSS. Eles conseguirão este objetivo? Isto é uma interrogação. É difícil que os revisionistas soviéticos e seus parceiros do Pacto de Varsóvia permitam a realização completa dos objetivos da burguesia ocidental e da reação polonesa. A URSS está decidida a manter seu poder em todos os países do Comecon e do Pacto de Varsóvia, isto é, preservar intacto tanto o poder político, as formas estatais, as estruturas e superestruturas pseudo-socialistas, como também o atual sistema econômico e militar. Não foi em vão que os revisionistas soviéticos criaram a teoria da chamada soberania limitada.

A situação turbulenta na Polônia não acabou. Ela está se desenvolvendo e se desenvolverá ainda mais. A URSS não fica de braços cruzados, trabalha para criar uma nova equipe de dirigentes na Polônia, que seja pró-soviética e mais segura para eles. Caso Gierek e seu grupo, que assinaram a capitulação de Gdansk permaneçam no poder, então devemos chegar à conclusão de que a influência da URSS na Polónia e a submissão a ela atingiu um grau bastante reduzido. Caso Gierek e seu grupo sejam derrubados, e uma direção pró-soviética venha ao poder, isto mostrará que o tacão soviético continua dominando fortemente na Polónia.

Nas complexas situações criadas na Polónia, o proletariado polonês, que se caracteriza por um elevado espírito de revolta e decisão, tem necessidade, mais do que nunca, de ver claramente as especulações que os revisionistas, os social-imperialistas e a burguesia internacional fazem em torno de sua luta e os proveitos que pretendem tirar. Por isso, ele não deve enganar-se nem com a "auto-crítica" de Gierek, nem com os conselhos dos socialimperialistas soviéticos, nem com a falsa solidariedade dos imperialistas Norteamericanos e dos militaristas alemães ocidentais, nem com as bênçãos do Vaticano.

A classe operária polonesa deve compreender que o verdadeiro caminho da salvação exige que ela, sob a direção de um partido verdadeiramente marxista-leninista, que não existe atualmente, levante o povo polonês e o dirija no campo de batalha para derrubar a camarilha capitalista-revisionista interna, para acabar com o jugo da URSS revisionista, para sacudir o jugo do capitalismo mundial e para liquidar a influência danosa da Igreja Católica. A classe operária e o povo poloneses devem compreender que seu anti-sovietismo atual não se baseia na ideologia marxista-leninista, mas é um anti-sovietismo inspirado pelas idéias chovinistas da burguesia polonesa.

O desenvolvimento das greves dos operários dos portos do Báltico colocou mais uma vez em evidência a grande necessidade que tem a classe operária de possuir em sua direção um partido comunista marxista — leninista. Quando um partido desse tipo não existe, então a classe operária é facilmente manipulada pelos revisionistas contemporâneos, pela burguesia capitalista, interna e externa, como ocorreu na Polônia. Uma tal manipulação conduz a classe operária a uma verdadeira derrota, a caminhos que estão contra seus vitais interesses e a favor dos interesses da burguesia capitalista, enganando-a com a suposta conquista de alguns direitos fictícios. Mas estas "vitórias" não abalam de nenhuma maneira o poder do capital, dos capitalistas e dos revisionistas, assim como as greves econômicas, a chamada liberdade de expressão, as pretensas discussões democráticas, etc, etc, não podem abalar o poder da burguesia nos países capitalistas.

Uma classe operária revolucionária que é dirigida por um partido comunista verdadeiramente marxista-leninista deve lutar seriamente por seus próprios direitos políticos e econômicos. Ela não pode conquistar estes direitos no caminho reformista.

Quais são os verdadeiros direitos pelos quais luta a classe operária? Em primeiro lugar, e acima de tudo, está a questão da tomada do poder em suas mãos. Somente quando tenha em suas mãos o poder e tiver desenraizado o aparato ditatorial do poder da burguesia, portanto, quando tiver instaurado a ditadura do proletariado, a classe operária poderá assegurar verda-

deiramente os direitos que lhe correspondem para a administração multilateral, política, econômica e cultural do país, em seu próprio interesse e no interesse das massas trabalhadoras.

A classe operária polonesa tinha o direito de golpear a direção revisionista polonesa e de se levantar contra ela, mas o fez a partir de posições de direita e dessas posições, chegou a compromissos com ela. A classe operária polonesa não foi à revolução e não podia ir, porque rumo à revolução não a podem conduzir nem os Waleśa, nem a Igreja. Somente a luta decidida, conseqüente, no caminho que o marxismo-leninismo indica, poderá devolver à classe operária polonesa as vitórias socialistas perdidas e devolver ao país a liberdade, a independência e a verdadeira dignidade nacional.

Os acontecimentos da Polônia comprovam que o regime pseudo-socialista, o sistema revisionista-capitalista, seja ele de forma soviética, da atual forma polonesa, ou sistema de autogestão iugoslava, está numa grande crise, que o revisionismo contemporâneo marcha rumo à completa falência. Estes acontecimentos demonstram que este sistema é putrefato e que sua derrocada foi colocada na ordem do dia. Esta elevada missão histórica deve caber à classe operária e ser por ela realizada.

"A classe operária dos países revisionistas, acentuou o camarada Enver Hoxha, no seu conhecido artigo intitulado *A classe operária nos países revisionistas deve descer ao campo de batalha e restabelecer a ditadura no proletariado*, se encontra atualmente diante da indispensabilidade histórica de voltar ao campo de batalha, de se lançar numa luta sem tréguas e até o fim, conseqüente, pela derrocada e o desmantelamento das camarilhas traidoras para realizar mais uma vez a revolução proletária, para reestabelecer a ditadura do proletariado. Isto exige seguramente decisão, coragem, sacrifícios, reanimação do espírito e das tradições revolucionárias dos tempos de Lênin e Stálin. Isto exige, em primeiro lugar e acima de tudo, a organização dos verdadeiros revolucionários em novos partidos marxistas-leninistas, que os mobilizem, os organizem e os dirijam na vitória da insurreição geral do proletariado e das demais massas trabalhadoras".



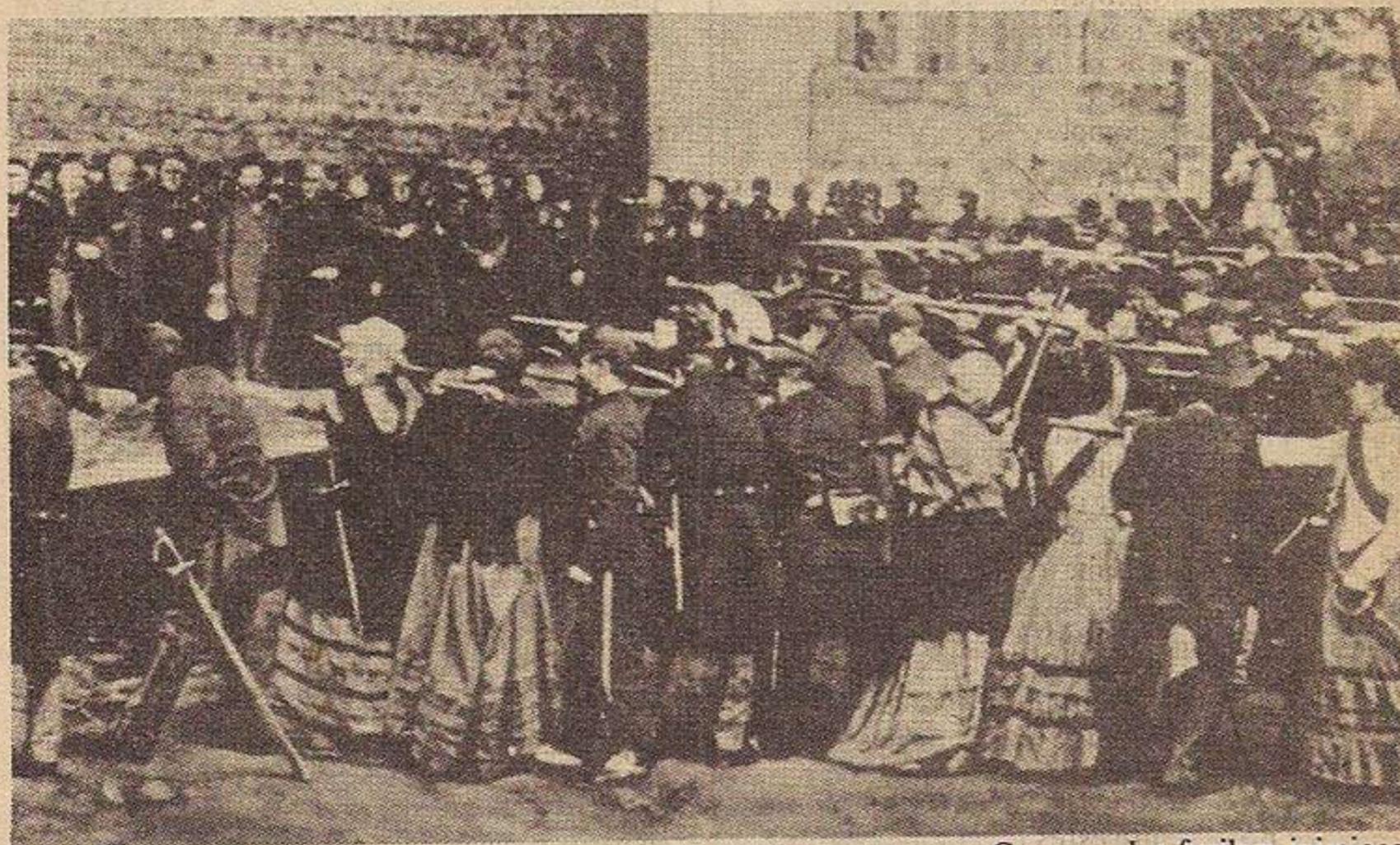
Glória Eterna à Comuna de Paris!

1871 — 1981

18 de Março



Comunardos em barricadas



Comunardos fuzilam inimigos

HOMENAGEM À MAIOR REVOLUÇÃO DO SÉCULO PASSADO

“Paris operário, com sua Comuna, será celebrado sempre com o glorioso precursor de uma sociedade nova.” (Karl Marx)

As Contradições, as Classes e a Luta de Classes no Socialismo

Foto Çami

Membro do Comitê Central do PTA

A revolução e o socialismo na Albânia se desenvolveram com êxito e avançaram sempre porque o Partido do Trabalho ateve-se conseqüentemente à linha da luta de classes e aplicou-se com determinação, abordando e resolvendo corretamente as diversas contradições de nossa sociedade socialista.

Todo o período da construção do socialismo tem sido um período de dura luta de classes em todos os terrenos: político, econômico, ideológico e militar, contra os inimigos internos e externos, bem como no próprio seio do Partido e do povo. Os inimigos nos combateram com todas as armas e por todos os meios, através de seus agentes de subversão e dos bandos armados, com sabotagens e complôs, com chantagens e provocações, intervenções e pressões, bloqueios e cercos, a fim de frear e solapar a construção do socialismo e destruí-lo. Todas as tentativas dos inimigos internos e externos que atuaram em conluio e coordenação, sofreram completo fracasso, graças à elevada vigilância do Partido e à indissolúvel unidade Partido-povo. Derrota semelhante, também no futuro, estará reservada aos inimigos e à sua atividade, porque na Albânia trabalha e luta um povo valoroso e invencível, dirigido por um partido clarividente, aguda ponta de lança da classe operária, que aplica conseqüentemente os ensinamentos do marxismo-leninismo. Desta rica experiência e dos acontecimentos contra-revolucionários verificados na União Soviética, na China e em outros países, nosso Partido tirou importantes conclusões de princípio, que constituem um ulterior desenvolvimento da teoria marxista-leninista sobre a luta de classes. É necessário abordar novamente estes problemas não só porque se deve aprofundá-los continuamente, como também para desfazer mal-entendidos e rechaçar as deformações dos revisionistas contemporâneos, e, sobretudo agora, dos revisionistas chineses.

Os revisionistas da China apresentaram-se com grandes pretensões também no campo da teoria, buscando impingir o chamado pensamento Mao Tsetung como etapa nova e superior

de desenvolvimento do marxismo-leninismo, como o marxismo-leninismo de nossa época. Em sua eminente obra **O Imperialismo e a Revolução** e no seu diário político **Reflexões sobre a China**, Enver Hoxha submeteu a uma crítica de princípios completa e multilateral o revisionismo chinês, a teoria e a prática do "pensamento Mao Tsetung".

Na propaganda chinesa afirma-se que "a contribuição mais importante feita por Mao Tsetung ao marxismo-leninismo é a teoria da continuação da revolução sob a ditadura do proletariado". Cabe assinalar, antes de mais nada, que se Mao Tsetung tem algum "mérito" nesta questão, este é o de ter enredado e deformado extremamente o referido problema, trazendo assim, não uma contribuição à teoria marxista, mas sim uma grande confusão, tergiversando esta teoria de maneira flagrante.

É verdade elementar, e todos os marxistas o sabem muito bem, que uma peculiaridade da revolução socialista, uma das questões essenciais que a distinguem de todas as outras revoluções conhecidas na história, é que ela não termina com a tomada do poder, prossegue ininterruptamente durante todo o período da ditadura do proletariado até o comunismo. Portanto, Mao Tsetung não descobriu nada novo.

Segundo os teóricos chineses, "a teoria sobre a continuação da revolução nas condições da ditadura do proletariado tem por fundamento a aceitação da existência de classes antagônicas no socialismo", classes que existiriam objetivamente até a chegada ao comunismo. Qual a verdade a esse respeito e o que demonstra a nossa experiência?

É sabido que as classes exploradoras surgiram na história juntamente com o aparecimento da propriedade privada sobre os meios de produção, e continuarão existindo enquanto houver este tipo de propriedade. No socialismo, com o desaparecimento da propriedade privada e o estabelecimento das relações socialistas de produção na cidade e no campo, desaparecem também as classes exploradoras, enquanto classes, e, junto com elas, também a exploração

do homem pelo homem. Por certo tempo ainda perduram seus remanescentes; determinados indivíduos, porém, não constituem uma classe, já não têm o poder político nem os meios de produção.

No socialismo existem algumas condições e fatores objetivos que permitem o surgimento de uma nova classe burguesa. Além dos fatores ideológicos, da pressão burguesa tanto do exterior como do interior, há o denominado direito burguês, o princípio da remuneração segundo o trabalho, que mantém uma certa desigualdade entre os indivíduos; conservam-se ainda as diferenças entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, etc. Sobre tal base nascem também no socialismo novos elementos burgueses, mas não é em todos os casos que eles se transformam numa nova classe burguesa. Transformam-se nessa nova classe — como demonstra a experiência dos países revisionistas onde a nova burguesia usurpou o poder — somente quando o princípio da remuneração segundo o trabalho é violado, permitindo-se grandes diferenças nas rendas, ou quando não se combatem as diversas deformações nas relações socialistas de produção, as sobrevivências e as manifestações estranhas à ideologia e à política proletárias do Partido. Trata-se, portanto, de uma possibilidade, não de uma fatalidade. É um perigo que pode ser evitado com múltiplas medidas de caráter ideológico e político, organizativo e econômico. Isto se confirma pela experiência do socialismo na Albânia, onde não só desapareceram, faz tempo, as velhas classes exploradoras, como também fecharam-se todos os acessos ao surgimento dessas classes.

Os defensores do “pensamento Mao Tsetung” dizem que “se no socialismo não existissem as classes antagônicas, então não seria necessária a ditadura do proletariado até a fase do comunismo”. Todavia, a existência da ditadura do proletariado até o comunismo não está relacionada necessariamente com a existência das classes antagônicas. Mesclando estas questões, os revisionistas kruschovistas declararam liquidada a ditadura do proletariado na União Soviética sob a alegação de que já haviam sido liquidadas as classes exploradoras.

A necessidade da ditadura do proletariado, inclusive depois do desaparecimento das velhas classes exploradoras, tem que ver com a continuação da luta de classes até o comunismo. A continuação desta luta está vinculada com uma série de outros fatores e não necessariamente com a existência das classes antagônicas. Estes fatores, no interior do país, são as sobrevivências do capitalismo que não podem ser eliminadas imediatamente, conservam-se por um tempo relativamente largo e manifestam-se em muitas esferas da vida, sobretudo nas da ideologia e do chamado direito burguês, como também nas diferenças entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, etc; no que se refere ao exterior, os fatores negativos refletem-se na grande pressão ideológica, políti-

ca, econômica e militar do mundo capitalista e revisionista, a qual não deixa de exercer sua influência sobre o povo. A ditadura do proletariado é indispensável precisamente para reprimir os inimigos do socialismo, que surgem em consequência de todos esses fatores, a fim de evitar o perigo de um retrocesso ao capitalismo, e de assegurar o desenvolvimento ininterrupto da revolução socialista até a vitória do comunismo à escala mundial.

A “teoria da continuação da revolução sob a ditadura do proletariado”, tal como é apresentada por Mao Tsetung e seus sucessores, é, na realidade, uma legalização da linha errônea e oportunista adotada na China, linha que impediu o desaparecimento das velhas classes exploradoras, e permitiu, além disso, o nascimento de uma nova classe burguesa. Estas classes têm em suas mãos o poder.

Tal problema é tratado erroneamente na vida social como na vida do partido na China. Segundo o “pensamento de Mao Tsetung”, o partido da classe operária está dividido em classes antagônicas, com seus quartéis gerais burgueses e proletários, existindo nele, por conseguinte, de modo objetivo e inevitável, duas linhas que exprimem os interesses dessas duas classes. Aqui se observa também um flagrante distanciamento do marxismo-leninismo.

A divisão da sociedade em classes não se expressa fatalmente na divisão do partido em classes. É verdade que nele entram elementos provenientes de diversas classes, mas ditos elementos não vêm às suas fileiras como representantes das mesmas. “O partido não é arena das diversas classes e da luta das classes antagônicas, disse Enver Hoxda, não é uma reunião de pessoas com objetivos opostos” (*O Imperialismo e a Revolução*). O partido marxista-leninista é uma união de militantes que se inspiram nos mesmos ideais e que lutam por idênticos objetivos, ideais e objetivos da classe operária.

Naturalmente, as pessoas que militam no Partido, não só as que provêm das camadas não-proletárias como também da própria classe operária, não estão ainda livres das influências de ideologias estranhas burguesas e pequeno-burguesas, feudais e patriarcais. Os comunistas vivem, trabalham e lutam numa sociedade onde prossegue a luta de classes, não estando imunes a influências e manifestações estranhas. Tanto sobre o conjunto da sociedade, como sobre os militantes do Partido, atua a pressão externa do mundo capitalista e revisionista. Tais fatores constituem a base sobre a qual se desenrola a luta de classes no partido.

Reflexo da luta de classes em desenvolvimento na sociedade, a luta de classes no Partido é objetiva e inevitável. Porém, esta luta no seio do Partido não se expressa em todos os casos como luta inevitável entre duas linhas. Se a luta de classes dentro do Partido não pode ser esquivada, a existência de duas linhas não é uma fatalidade.

A linha do Partido é um conjunto de diretivas e de orientações para todo um período histórico, definindo os fins partidários e as vias para alcançá-los. O partido da classe operária não pode ter mais de uma linha — a linha da revolução, da ditadura do proletariado, da edificação do socialismo e do comunismo. Vista sob este ângulo, nem toda manifestação estranha no Partido, nem toda oposição ou divergência representa em si mesma outra linha. O importante é saber distinguir a quem servem, a que moinho levam água, se ao Partido ou ao anti-partido. Tais coisas não podem nem devem ser baralhadas. Caso contrário, as conseqüências seriam extremamente graves: conduziria a assumir atitudes sectárias, a sufocar a democracia no Partido, a confundir camaradas com inimigos.

Se se aceita que a linha burguesa no partido existe objetivamente, independente dos desejos dos indivíduos, isto significaria ter uma concepção fatalista e anti-dialética que confunde a possibilidade com a realidade. Dado que o surgimento da linha burguesa é unicamente uma possibilidade, apresentá-la como algo que deve existir fatalmente representaria abrir, com plena consciência, o caminho para essa linha no Partido, o que terminaria por miná-lo e por solapar a ditadura do proletariado, o socialismo. Os acontecimentos atuais na China são resultado direto da orientação de Mao Tsetung, que permitia a existência de linhas opostas no Partido.

Segundo os chineses, um exemplo vivo de aplicação concreta, na prática da "teoria da continuação da revolução sob a ditadura do proletariado", seria a grande revolução cultural proletária, desencadeada e dirigida por Mao Tsetung, supostamente com o objetivo de evitar o acontecido na União Soviética e em outros países. Porém, como explicou e fundamentou amplamente Enver Hoxha na obra *O Imperialismo e a Revolução* e no diário político *Reflexões sobre a China*, a revolução cultural não foi nem revolução, nem cultural, nem grande, e muito menos proletária. Tratava-se de uma encarniçada disputa pelo poder à escala nacional entre as diversas camarilhas e grupos anti-marxistas. A revolução cultural foi na realidade um produto da linha oportunista de Mao Tsetung, produto da luta entre as diferentes linhas, nenhuma das quais era marxista. Mao, não só permitiu esta grave situação, a criação de um grande caos na China, como também apresentou a revolução cultural como lei universal para os países socialistas, algo indispensável e inevitável que deveria repetir-se cada sete ou oito anos. Isto é pregar o fatalismo, paralisar os esforços do Partido e das massas para barrar o revisionismo, legalizar de fato a existência dos elementos burgueses e abrir-lhes, inclusive, o caminho para que usurpem o poder.

Ao considerar o problema da luta de classes no socialismo, sobretudo depois do desaparecimento das classes exploradoras, é necessário ter

sempre presente as novas condições em que se desenrola esta luta. A luta de classes é uma lei geral do desenvolvimento da sociedade humana dividida em classes antagônicas e que atua, por razões bem conhecidas, também no socialismo. Como todas as demais leis gerais, também a lei da luta de classes tem suas manifestações concretas em toda formação sócio-econômica determinada, tem suas particularidades e sofre as mudanças correspondentes de conformidade com as condições sócio-econômicas nas quais atua.

Aceitar ou não aceitar, na teoria e na prática, a luta de classes no socialismo, inclusive depois do desaparecimento das classes antagônicas, é uma questão de princípios, de grande e vital importância, uma linha demarcatória entre os marxistas-leninistas e os revisionistas. A luta de classes também no socialismo — assinalou o último Congresso do PTA — é um fenômeno objetivo e a principal força motriz que impulsiona o desenvolvimento da sociedade. O mais importante, porém, é pôr em evidência algumas particularidades fundamentais da luta de classes no socialismo, de cuja compreensão depende o justo desenvolvimento desta luta por parte do partido e das massas. Quais são algumas destas particularidades?

A luta de classes no socialismo, após o desaparecimento das classes exploradoras, a despeito de não ter o caráter de uma luta entre classes antagônicas, continua e continuará durante todo o período do socialismo até o comunismo. Esta luta, por um lado, é dirigida contra os diversos elementos burgueses, traidores e inimigos do socialismo que saem também de nossas fileiras devido à pressão burguesa interna e externa, e, por outro lado, se desenrola também no próprio seio do Partido e do povo, onde o novo luta contra o velho, a concepção materialista do mundo contra a concepção idealista, a ideologia proletária contra a ideologia burguesa e revisionista, os interesses pessoais contra os interesses gerais, a moral comunista contra a moral burguesa, etc.

Nas condições do socialismo, a luta de classes se desenvolve simultaneamente em todas as frentes: política, econômica e ideológica. O VII Congresso do PTA assinalou que somente é conseqüente e completa a luta de classes que se desenvolve simultaneamente em todas as direções principais. Hoje, porém, quando afirmamos haver conquistado a vitória da revolução socialista, nos terrenos políticos e econômicos, e apresentamos como tarefa principal a consecução da completa vitória da revolução também no terreno da ideologia — sem a qual tampouco pode-se garantir as vitórias políticas e econômicas — é claro que a luta de classes na frente ideológica não pode deixar de assumir uma particular importância. "Esta é a mais vasta frente da nossa luta — disse o camarada Enver Hoxha —, a mais complexa, a mais nociva e perigosa, uma frente que exige a máxima atenção do Partido, do poder e das massas e um extremo rigor combativo".

O partido sublinhou que a luta de classes em qualquer terreno que se desenrole, ou seja, no ideológico, político, econômico, cultural ou militar, está relacionada com a questão do poder político — problema fundamental da revolução, inclusive nas condições do socialismo. Está vinculada também com a questão de se conservar e reforçar a ditadura do proletariado e de se garantir o desenvolvimento do país pela via socialista. Ou então a ditadura do proletariado será minada e abrir-se-á o caminho à restauração do capitalismo. Este é o conteúdo objetivo da luta de classes que se verifica em nosso país. Contudo, para um correto desenvolvimento da luta de classes, é importante distinguir claramente e não confundir, tanto as razões subjetivas de nossa gente quanto as consequências objetivas de suas concepções e atitudes errôneas. Uma coisa é quando se tratam de inimigos, de traidores, que perseguem objetivos contra-revolucionários, declarados ou dissimulados, e outra coisa é quando se tratam de pessoas que estão ligadas ao partido e ao poder popular, que trabalham e lutam pela revolução e o socialismo, portadores algumas vezes de concepções erradas e que manifestam posições e atitudes estranhas à nossa ideologia e ao nosso regime socialista. Com os primeiros, as contradições são antagônicas, enquanto que, com os segundos, elas não são antagônicas.

Nas condições do capitalismo, a classe operária e os trabalhadores desenvolvem a luta de classes somente a partir de baixo, enquanto que no socialismo o fazem tanto de cima como de baixo, pelo Partido e o Estado de ditadura do proletariado, como também de baixo pela classe operária e as massas trabalhadoras. A experiência da União Soviética, da China e de outros países que adotaram o revisionismo e retornaram ao capitalismo, demonstra que toda atitude unilateral nesta questão acarreta funestas consequências para a causa do socialismo. O Partido e o Estado da ditadura do proletariado constituem as armas mais poderosas para levar até o fim a luta de classe do proletariado, a revolução socialista. Por isso, deve-se defendê-los e reforçá-los continuamente, assim como é preciso aplicar, numa ampla escala, a linha de massas na luta de classes, mobilizando a classe operária e as massas trabalhadoras e criando tais condições que lhes permitam participar ativamente nesta luta. É a única via segura para conjurar o perigo da degenerescência burguesa revisionista e para dar às massas uma educação e uma têmpera revolucionárias. Esta é a linha seguida por nosso Partido que faz com que a causa do socialismo na Albânia avance sempre vitoriosa.

Na sociedade dividida em classes antagônicas, a luta de classes, não obstante seus fluxos e refluxos, vem-se aguçando continuamente e chega ao seu ponto culminante com a revolução política. Nas condições da ditadura do proletariado a luta de classes se desenvolve em ondas e em zigue-zagues, às vezes está em ascenso, outras vezes em descenso, mas jamais se interrompe nem se extingue. Esta correta conclusão é

o fiel reflexo da dialética objetiva do desenvolvimento da luta de classes, dirigida tanto contra o oportunismo como contra o sectarismo, contribuindo a manter sempre uma atitude correta, vigilante e inteligente na luta de classes.

Uma das características mais importantes da luta de classes em nosso país socialista, é que ela se desenvolve nas condições de feroz cerco burguês-revisionista, que dá a essa luta importância e agudeza particulares. O cerco capitalista-revisionista, como disse o camarada Enver Hoxha, não é uma noção meramente geográfica nem um cerco passivo, mas um cerco hostil, ativo e ameaçador, do qual se derivam graves perigos para o nosso país, o perigo da agressão militar, das pressões e bloqueios econômicos, bem como da subversão e da agressão ideológica. Entre a frente interna e a frente externa da luta de classes existe uma ligação, coordenação e cooperação estreitas. Sem desatender outros planos e designios, os inimigos externos dão atualmente importância particular à desagregação de nossa frente interna, incitando para isso o liberalismo e alentando os elementos anti-socialistas e contra-revolucionários. Daí por que o VII Congresso do PTA enfatizou: "... devemos contrapor-nos à frente unida dos inimigos, fortalecendo a nossa frente interna em todos os sentidos, nos terrenos da defesa e da economia, da política e da ideologia, desenvolvendo a luta de classes sempre de maneira consequente".

Do mesmo modo que a lei objetiva da luta de classes tem suas próprias particularidades, no socialismo, também a lei dialética da unidade e da luta dos contrários, do desenvolvimento através das contradições, tem seus traços próprios, sua expressão concreta. Operam-se mudanças tanto no caráter das contradições como no caráter da unidade, surgem novas relações entre elas e novas maneiras de superar as contradições.

À base de uma correta compreensão e aplicação desta lei dialética, o Partido forjou a unidade de aço do nosso povo, que passou por grandes provas históricas e se converteu numa nova força motriz. Esta unidade, que tem como fundamento a aliança da classe operária com o campesinato cooperativista, veio se fortalecendo e temperando à base das profundas transformações sociais, econômicas, políticas e ideológicas que se operaram na vida do país e no processo de uma dura luta de classes contra os inimigos, do interior e do exterior, bem como no seio do povo. O Partido seguiu sempre uma sábia e justa política no que concerne às relações entre as classes e às camadas amigas de nossa sociedade, entre os quadros e as massas, realizou um trabalho ideológico e político perseverante e diferenciado entre as massas a fim de reforçar a unidade do povo. Neste sentido tem sido também de grande importância a luta realizada pelo Partido, juntamente com as massas, contra o burocratismo e o liberalismo, contra as sobrevivências e as manifestações estranhas ao proletariado, contra a religião e os costumes retrógrados que pesavam particularmente sobre a mulher, e

a mantinha oprimida e escravizada, crescendo, assim, à unidade do povo uma força extraordinária.

A unidade de nosso povo é uma das maiores conquistas do socialismo e da justa linha do nosso Partido. É fator de vital importância para a construção do socialismo e a defesa da pátria e, como tal, deve ser defendida e reforçada continuamente, desenvolvendo-se de maneira correta a luta de classes, sem liberalismo nem sectarismo, e solucionando oportunamente as diversas contradições que surgem em seu seio.

No que respeita à correlação entre a unidade e a luta dos contrários, destacam-se duas concepções errôneas. Uma, é aquela que nega as contradições e as considera como algo nocivo, que embeleza e dá um falso brilho à realidade, considerando todos os fatos, os processos e os fenômenos verificados na sociedade socialista, superestimando a unidade ou atribuindo-lhe um valor absoluto. Este é o ponto de vista ao qual se atêm, de fato, os revisionistas kruchovistas e, em geral, todos os oportunistas. A essência da política oportunista tem sido sempre a da conciliação dos contrários, o apregoamento de sua unidade. Esta é a base teórica de sua renúncia à luta de classes e da sua conciliação entre as classes tanto no país como na arena internacional.

Outra, é aquela que nega a unidade e aceita somente as contradições, que em tudo se esforça por encontrar e criar contradições, considerando a unidade como algo negativo, algo que representa aspecto conservador e obstaculiza o desenvolvimento.

A esta errônea opinião agarram-se os revisionistas chineses. Mao Tsetung elevou a negação da unidade à categoria de princípio absoluto. Com isto pretendeu dar uma certa base teórica à sua linha tendente a legalizar e a permitir a existência das classes antagônicas no socialismo e das duas linhas no partido, bem como à existência de outros partidos burgueses e reacionários nas condições da ditadura do proletariado, a linha da revolução cultural que deveria repetir-se a cada sete ou oito anos.

Do ponto de vista teórico, a origem dessas concepções e posicionamentos é a deformação da lei dialética sobre a unidade e a luta dos contrários e do caráter específico da ação desta lei no socialismo. A unidade do Partido, do povo, da sociedade socialista, como demonstra a experiência em nosso país, foi estabelecida, cresce e se reforça constantemente sobre a base da solução das contradições de caráter distinto, antagônicas e não-antagônicas, através do desenvolvimento correto e conseqüente da luta de classes. O progresso, o novo, também no socialismo avança sempre através da luta dos contrários. E, neste sentido, importante papel progressista representa a unidade do Partido, do povo, da sociedade, que se transforma numa nova força motriz que impulsiona o desenvolvimento do país. Isto está relacionado com o

caráter das contradições existentes nesta unidade, como contradições essencialmente não-antagônicas, na qual os contrários não estão em luta irreconciliável entre si, como acontece no capitalismo com a burguesia e o proletariado, senão que nos encontramos em presença de uma tal unidade de contrários que tem como denominador comum os mesmos interesses. Uma unidade deste gênero leva a sociedade para frente porque contribui, cria condições favoráveis, para solucionar as diversas contradições no interior desta unidade, elevando-a a um nível superior.

Outro importante problema diz respeito ao lugar que ocupam em nossa sociedade as contradições antagônicas e não-antagônicas. A aceitação destes dois tipos de contradições, também no socialismo, é uma questão de princípio. Aceitar unicamente as contradições não-antagônicas e negar as contradições antagônicas depois do desaparecimento das classes exploradoras, à semelhança do que fazem os revisionistas contemporâneos, está em contraste com a realidade objetiva e serve para negar a luta de classes no socialismo e encobrir a contra-revolução revisionista que se levou a cabo em seus países. É errôneo e está pejado de graves conseqüências não observar as mudanças que se produzem no socialismo depois da liquidação das classes exploradoras e pôr num mesmo plano as contradições antagônicas e não-antagônicas. As contradições antagônicas são típicas, características para as sociedades divididas em classes antagônicas. Na sociedade socialista, onde tais classes desapareceram, as contradições antagônicas não derivam da própria natureza do regime socialista. Nasceram e existem como produto das sobrevivências da velha sociedade burguesa no interior do país e da pressão do cerco capitalista-revisionista do exterior, fatores que existem objetivamente, mas que são estranhos ao regime socialista e à sua ideologia. Por conseguinte, valorizando com a devida seriedade as contradições antagônicas, é preciso enfatizar que o característico para a sociedade socialista, sem classes antagônicas, são as contradições não-antagônicas.

Não se deve esquecer que as contradições não-antagônicas podem transformar-se em antagônicas. É o que intentam alcançar nossos inimigos propagando sua ideologia, sua cultura e seu modo de vida decadente, estimulando o liberalismo e o burocratismo, as quizilas e os descontentamentos, o roubo e a malversação, etc. Isto ocorre quando, frente ao inimigo de classe, à sua ideologia e à sua atividade, assumem-se atitudes oportunistas e liberais, quando falta a vigilância e a luta decidida contra o inimigo, quando se segue uma política errada nas relações entre as diversas classes e camadas da população, entre os quadros e as massas, etc. Se na Albânia não se produziu o processo regressivo que teve lugar na União Soviética e em outros países, isto se explica pelo fato de que nosso Partido soube tratar corretamente os dois tipos de contradições e não permitiu que as contradições não-antagônicas se transformassem em antagônicas.

A África se Levanta e Luta

Traduzido do documento "Declaração Sobre a Situação Internacional", editado pelo Partido Comunista do Daomé

No concerto geral das rivalidades entre as super-potências visando o hegemonismo, a África constitui uma peça mestre. É objeto da sua cupidez desenfreada. As razões são econômicas, estratégicas e políticas.

A África é um reservatório de matérias-primas para os países imperialistas. Produz 97% do cromo mundial, 85% da platina, 64% do ouro, 50% do manganês, 25% do urânio, 13% do cobre. Produz também diamantes, bauxita, fosfatos, ferro, carvão, petróleo, etc. No plano agrícola, a África contribui com 2/3 da produção mundial de cacau; alimenta 60% dos mercados internacionais de amendoim; produz 1/3 do consumo mundial de café e 1/5 da madeira consumida no planeta.

Do ponto de vista estratégico, a África projeta-se sobre o Atlântico, sobre o Oceano Índico e sobre o Mar Mediterrâneo. O petróleo que abastece a Europa transita ao largo da África.

Todas estas riquezas, e a situação estratégica do continente africano, contribuíram desde cedo para atrair o apetite das potências imperialistas. O ato mais cínico, face à África, foi aquele que consistiu na escravização de seus filhos, os mais valorosos como consta dos tratados escravocratas dos séculos XVII e XVIII, tratados que representaram um papel saliente no advento do capitalismo. Marx escreveu: "A descoberta das regiões de ouro e de prata da América, a transformação dos indígenas em escravos e seu enfileiramento nas minas ou a sua exterminação, o início das conquistas e da pilhagem nas Índias Orientais, a conversão da África numa espécie de entreposto comercial para a caça aos peles negras, eis aí os procedimentos idílicos da acumulação primitiva que assinalam a aurora da era capitalista". Após haver esvaziado a África da parte mais valiosa de seus filhos, os imperia-



listas procederam ao seu desmembramento, a partir de 26 de fevereiro de 1885, em Berlim. O primeiro ministro britânico, Lord Salisbury declarou: "Nós tratamos de dividir sobre os mapas regiões onde o homem branco não tinha jamais posto os pés. Distribuimos, entre nós, montanhas, rios, lagos, apenas constrangidos

pela pequena dificuldade de não saber exatamente onde se encontravam estas montanhas, estes rios e estes lagos". As conseqüências deste desmembramento são ainda vivazes no continente e constituem uma arma em mãos das super-potências e das potências imperialistas para suscitar o ódio entre povos, fomentar confrontações artificiais entre distintos países, criar e atizar contradições entre as nacionalidades no seio de um mesmo país, encorajar o tribalismo, isto com o fim sórdido de satisfazer seus objetivos rapaces. Em 20 anos de independência jurídica, os conflitos fronteiriços, os enfrentamentos étnicos, tribais e nacionalistas no interior de cada país, não têm conta. O exemplo do Chade onde, apoiando-se sobre diversas camarilhas pequeno-burguesas e burguesas chovinistas, o imperialismo e o social-imperialismo se prepararam para desmembrá-lo, é o mais ilustrativo da atualidade. Pode-se ver, assim, a importância que reveste para os marxistas-leninistas africanos a necessidade de um tratamento correto do problema nacional, tanto dos pontos de vista da questão antiimperialista como do livre desenvolvimento e da igualdade das nacionalidades no interior de nossas sociedades. Certamente, cabe à vanguarda de cada povo determinar, sobre a base de uma análise minuciosa, as realidades históricas, econômicas e sociais de seu país, a importância e a amplitude deste problema no processo revolucionário.

Hoje, a África é cobiçada pelas potências imperialistas e um centro de interesse em suas rivalidades hegemônicas. O imperialismo norte-americano, o social-imperialismo soviético e o social-imperialismo chinês fazem tudo para estabelecer sua hegemonia na África. Carter declarou em julho de 1977: "Pessoalmente, eu me inclino em lançar um desafio decisivo à URSS na África". Por sua parte, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha do Leste, Klaus Willerding, declarou em 15 de agosto de 1979: "Estamos decididos a reforçar nosso engajamento na África, no quadro da expansão territorial do sistema socialista". O expansionismo territorial do sistema socialista de que fala esse descarado revisionista germânico, agente do social-imperialismo soviético, outra coisa não é senão o reforçamento das posições soviéticas na África. Com efeito, cada uma das duas super-potências pretende pôr a mão sobre a África às expensas de sua rival e servir-se disto na luta contra a concorrente.

O IMPERIALISMO AMERICANO E SUA ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO NA ÁFRICA

O imperialismo norte-americano, como agressor que é dos povos, jamais poupou esforços para dominar a África. Este é o sentido da declaração de Carter. Ele arma e sustenta os regimes ditatoriais, tais como os de Mobutu, Hassan II, Numeiry, Anuar Sadat e o bastião racista da África do Sul. Mantém na África bases militares, como as das Ilhas Canárias e de Diego Garcia. Goza de facilidades militares na Monróvia, em Mombassa, etc. Seus navios de guerra, que patrulham os mares ao largo da

África, constituem ameaça permanente para os povos deste continente. Além da África do Sul e do Egito, o imperialismo estadunidense tenta fazer da Nigéria um peão de sua política na África e um gendarme na África Ocidental, em especial. Neste quadro situa-se o papel da Nigéria nos acontecimentos do Chade, notadamente suas repetidas ameaças de intervenção militar, bem como as ameaças de intervenção e as medidas de desforço em Gana (corte no abastecimento de petróleo) em conseqüência do golpe militar do capitão J.J. Rawlings. Também neste quadro situa-se o acordo secreto entre o poder de Kerekou e as autoridades da Nigéria, visando permitir-lhes uma intervenção militar no Daomé para proteger o poder de Kerekou, caso este se veja em sérios apuros com as oposições populares, podendo o pretexto oficial dessa intervenção ser a proteção de importantes interesses nigerianos no país. Atualmente, o imperialismo norte-americano esforça-se para ocupar a base militar de Berbera, na Somália. Ele é um grande traficante de canhões e um fator de guerra no continente. Apóia e encoraja os atos agressivos e a pilhagem de seus parceiros alemães, japoneses e, sobretudo, franceses na África.

O imperialismo francês desempenha, presentemente, o papel de destacamento de choque de todo o bloco ocidental imperialista na África, seu braço armado, para o reforçamento de sua influência. A França mantém numerosas bases agressivas no continente africano em Djibuti, Mayotte, Reunião, Senegal, Costa do Marfim, Gabão, Chade, Mauritânia e, ultimamente, na República Centro-Africana, após sua intervenção de tipo colonialista que levou novamente ao poder o tiranete Dacko. Note-se que nessa ocasião, a França contou com os aplausos entusiásticos do imperialismo americano. Em 1977, a França interveio no Zaire, onde predominam os interesses americanos, para proteger o poder de Mobutu. No Saara Ocidental e no Chade ela empregou seus aviões jaguar contra populações pacíficas. Em quase todas estas intervenções, a França se beneficiou do apoio logístico norte-americano. Para salvaguardar suas conquistas na África, o imperialismo francês baseia-se nos chamados acordos de cooperação, que são, nem mais nem menos, acordos leoninos de pilhagem e agressão. Um exemplo disto, observa-se na parte do orçamento para 1980 do ministério da Cooperação, reservada à guerra: é de 14,4%, enquanto que a parte consagrada à cooperação social e cultural não passa de 3,6%. Por sua política agressiva e de pilhagem, a França atrai o ódio legítimo dos povos que lutam, e justamente bradam: "fora da África o imperialismo francês!". Seguramente, esta política agressiva na África encontrará um fim vergonhoso. É o que reconhece o ultra-colonialista Pierre Messmer quando declara: "Um dia, uma intervenção de mais, mesmo justificada, desencadeará o furor geral. Se nós formos o alvo dele, toda a política francesa na África será varrida como num vendaval".

O imperialismo francês e todo o bloco ocidental tem contado com o apoio e a ajuda do social-

imperialismo chinês nesta política ignominiosa na África.

A POLÍTICA CHINESA NA ÁFRICA

A política chinesa com relação a África é a imagem dos vaivéns e da falta total de espírito de princípio da política dos dirigentes chineses. Quando das conquistas das independências formais de 1960, os governos reacionários dos países africanos, por pressão do imperialismo americano, do imperialismo francês e também pelo anticomunismo primário daqueles governos, recusaram-se a estabelecer relações diplomáticas com a China. Esta recusa decorria do fato de que eles temiam que a China introduzisse a subversão em seus países. Raros foram os governantes que mantiveram relações diplomáticas com Pequim. Esta situação durou até a entrada da China na ONU.

A partir desse momento houve uma corrida para o estabelecimento de relações diplomáticas com o poder de Mao Tsetung. Foi também por este período que a China, aplicando a teoria dos três mundos, recebia Nixon em Pequim. Desde então, a China fez uma entrada "triumfal" no Continente. Começaram os incessantes desfiles dos chefes de Estado africanos em Pequim, onde eram agraciados com os títulos de "grandes combatentes antiimperialistas", "grandes revolucionários", etc; todos fizeram essa viagem, de Mobutu a Kerekou, passando por Bongo, Numeiry, e outros.

Esta política nada tinha de revolucionária, foi uma oportunidade para a China lançar as bases de sua penetração imperialista. Ela começou a fornecer armas aos governos para reprimir os povos. Isto aconteceu no Sudão, em 1970, após o golpe fracassado dos oficiais ligados ao partido revisionista sudanês. Isto sucedeu também em relação a Mobutu, do Zaire. Desde 1975, quando da aliança com o imperialismo norte-americano, com a África do Sul e ela própria, em plena guerra de libertação de Angola, a China tornou-se uma aliada fiel dos imperialistas ocidentais, defensora zelosa das causas mais reacionárias no continente africano.

A China apóia a aliança entre o Mercado Comum Europeu e os países da África, das Caraíbas e do Pacífico, notadamente Lome I e II. Apóia a *soit-disant* nova ordem econômica mundial que não passa de um instrumento de mistificação em mãos das potências imperialistas. Ela defende as instituições neocolonialistas, a exemplo das conferências franco-africanas, bem como todas as iniciativas agressivas do imperialismo francês na África. Por sua política mecanicista e vulgar, ela dá apoio a qualquer poder reacionário que tenha alguma contradição com o social-imperialismo soviético. Já em 1967, a China apoiava a Biafra de Ojukwu, porque a URSS sustentava o governo federal da Nigéria. Ela se apressa, em toda a parte, em aliança com o imperialismo americano, a preencher todo vazio deixado pela União Soviética. É o caso da Somália, onde a China se

tornou um grande fornecedor de armamentos ao governo de Siad Barré. É igualmente o caso do Egito, com o qual, a China coopera no grande complô urdido em Camp David contra os povos árabes e o povo palestino, e fornece armas a Anuar Sadat, de comum acordo com o imperialismo dos Estados Unidos. Sendo economicamente fraco, o social-imperialismo chinês põe em ação seus agentes dos grupúsculos maoístas para reforçar sua influência na África. Sua tática atual é de recomendar aos seus agentes a integrarem os governos reacionários a fim de fazer pender a balança em favor do social-imperialismo chinês e do grupo dos países imperialistas ocidentais, no quadro das lutas entre frações pró-imperialistas no seio dos poderes fantoches, como se verifica no Daomé. É neste contexto que se observa a integração recente do PDG, de Bongo e seus êmulos, tendo em vista reforçar a influência do social-imperialismo chinês no Gabão. O Partido Comunista da China mantém relações de partido para partido com o PDG, de Bongo, o PRPB, de Kerekou, o RPT, de Eyadema e muitos outros partidos pró-imperialistas no continente. Quando dum recente visita ao Senegal, uma delegação do PCCh. declarou: "Os países africanos têm necessidade de capitais para se desenvolver. Antes de chegar ao socialismo científico é preciso passar por etapas. Segundo nossa compreensão — disse ele —, o socialismo científico deve se basear na grande produção. Nos países africanos, as forças produtivas não são ainda bastante desenvolvidas. Por conseguinte, na medida em que isto não comprometa a soberania dos Estados, estes podem utilizar a tecnologia e os capitais ocidentais para elevar o nível de vida das populações". É o complemento lógico da aplicação do pensamento Mao Tsetung, uma teoria anti-marxista, eclética e sem princípios. Esta política da China desperta mais e mais a indignação e o ódio dos povos africanos, sendo certo que o social-imperialismo chinês conhecerá o mesmo destino que as outras potências imperialistas no continente africano.

A ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO DO SOCIAL-IMPERIALISMO SOVIÉTICO NA ÁFRICA

A União Soviética, da mesma forma que o imperialismo norte-americano, considera a África como um peão importante em sua rivalidade pela conquista da hegemonia mundial. A declaração citada do ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha do Leste, é reveladora do interesse do social-imperialismo russo pela África.

Uma das táticas favoritas da URSS para penetrar na África tem sido, nestes últimos tempos, a infiltração no movimento de libertação nacional, visando desorientá-lo e transformá-lo em instrumento de sua política social-imperialista. Os acordos de "amizade e defesa", com a duração de 25 anos, assinados entre a URSS e os diferentes movimentos de libertação nacional, atualmente no poder, o apoio desses movimentos na ONU à agressão soviética ao Afeganistão,

confirmam a veracidade desta tática. Outra, é a que consiste em apoiar seus agentes no seio dos exércitos neocoloniais e realizar *putschs*, após os quais ela se instala no país sob a cobertura dos acordos de cooperação e defesa, diligentemente assinados com os novos dirigentes. Recomenda, ainda, aos seus agentes nas organizações pró-soviéticas a se aliarem aos oficiais pretensamente patriotas para efetuar golpes ou apoiar os governos ditos progressistas saídos desses golpes, tal como sucedeu na Etiópia (com o poder de Mengistu), na Líbia, no Daomé, na Somália, no Congo (B), etc.

Como ponta de lança de sua penetração na África, o social-imperialismo russo se serve cada vez mais dos cubanos e dos alemães do Leste, como carne de canhão. Os cubanos mantêm um corpo expedicionário de mais de 40.000 soldados na África, dos quais mais de 20.000 no chifre da África e um pouco menos em Angola. Cuba procura obter soldados com Sekou Touré, Kerekou e, anteriormente, com Macias Nguema para servirem de corpos de guarda em outros países. O fato de que estes corpos de guarda são negros, não os permite distinguir dos nativos. A URSS tornou-se um grande negociante de canhões na África e equipa os exércitos de numerosos governos reacionários. Soviéticos, alemães do Leste e cubanos apoiaram o governo de Mengistu (Etiópia) na sua luta chovinista contra o povo da Eritréa. A União Soviética saqueia as riquezas naturais da África e ameaça sua segurança com seus vasos de guerra que rondam o continente africano.

Todos estes atos revoltam a consciência dos povos da África, destróem a máscara soviética de "amiga" das nações africanas. Cresce cada vez mais o ódio à política da URSS, tanto quanto às outras potências imperialistas.

A LUTA DOS POVOS AFRICANOS CONTRA OS OBJETIVOS IMPERIALISTAS NESTE CONTINENTE

Os povos africanos humilhados, espoliados e explorados durante séculos, jamais aceitaram passivamente a dominação e a exploração dos imperialistas e de seus agentes. Não têm conta as lutas, as sublevações que registra a história gloriosa de sua resistência. A história de dominação colonial está marcada por grandes façanhas armadas dos africanos. Os povos da África deram uma grande contribuição ao esmagamento do nazismo, durante a II Grande Guerra. Estas lutas, combinadas com as lutas dos outros povos da Ásia, da América Latina e da classe operária das metrópoles imperialistas, forçaram o imperialismo a se retirar formalmente da África, com a liquidação do sistema colonial.

A abolição desse sistema constitui, do ponto de vista histórico, um progresso. Deu nascimento a uma série de Estados, juridicamente independentes, mas inteiramente submetidos às potências imperialistas, através de numerosos acordos de "defesa, amizade e cooperação",

impostos pelos imperialistas. A situação desses novos países que alcançaram a soberania nacional se parece com aquela descrita por Stálin a respeito da Alemanha e do Japão, vencidos na Grande Guerra: "Estes países levam hoje uma existência lamentável — disse ele — sob a bota do imperialismo norte-americano. Sua indústria e sua agricultura, seu comércio, sua política exterior e interior, toda a sua existência está encadeada ao 'regime de ocupação americana' ". A pretendida independência dos países africanos não é senão uma aparência enganosa, mascarando a dependência completa destes Estados com relação a tal ou qual grupo imperialista. Robert Galley, ministro francês da Cooperação, numa entrevista à revista *Jeune Afrique*, declarou, em janeiro do ano passado: "Após a deposição de Mokassa e a subida de David Dacko, é preciso que a situação econômica se levante de novo. Cabe a mim, reerguê-la". Ele, que não é ministro centroafricano, nem presidente da República Centro-Africana, julga-se com direito a restaurar a situação econômica desse país! O governador do tempo colonial de Oubangui não usaria linguagem diferente. Explorados pelo imperialismo, oprimidos por seus agentes africanos, os povos africanos não gozam das mais elementares liberdades democráticas. O direito de greve é desconhecido no continente. As greves, as mais pacíficas, são afogadas em sangue, como ocorreu no Senegal e no Mali, onde os governos de Senghor e de Moussa Traore mandaram atirar sobre os estudantes que não pediam mais do que o melhoramento das suas condições de vida e de estudo. Sistemáticamente, os camponeses são massacrados ante a indiferença geral dos órgãos de imprensa imperialistas, burgueses e revisionistas. Em fins de 1979, Ahidjo, que a imprensa imperialista se compraz em chamar de sábio da África, ele, que tem as mãos vermelhas de sangue de milhares e milhares de patriotas camerunenses, fez massacrar centenas de camponeses no norte do Camerun. Em 1975, Kerekou mandou atirar sobre a multidão em Cotonou, fazendo numerosos mortos. São inúmeras as prisões de pessoas simples do povo, suspeitas de apoiar o Partido Comunista do Daomé ou que se recusam a fazer trabalhos forçados. Em 1976-77, o governo de Kerekou lançou o que denominou de luta contra os vestígios das forças feudais. Os camponeses pobres foram encerrados nas prisões ou nos comissariados de polícia sob a alegação de pertencerem a seitas de feitiçaria. Em quase todos os países da África, milhares e milhares de pobres apodrecem nas prisões dos fantoches africanos, sob a vigilância dos conselheiros imperialistas da repressão.

Os revisionistas da Alemanha do leste e os oportunistas da Coréia do Norte fornecem armas sofisticadas às forças da repressão da Etiópia, Angola, Guiné, Congo (B), Benin, etc. Eles dão assistência ao regime ditatorial de Mengistu nos assassinatos coletivos na Etiópia. A Guiné, de Sekou Touré, por exemplo, é um vasto campo de concentração, onde há mais de vinte anos as massas populares são vítimas do

terror policial do PDG. A África é o continente cujo número de refugiados atinge a mais alta cifra do mundo: 4 milhões de pessoas deslocadas de seus países em consequência da repressão, dos conflitos suscitados artificialmente pelos países imperialistas, bem como dos enfrentamentos étnicos e tribais no interior dos diversos países.

É sabido que todos os crimes dos fantoches, todos os atentados às liberdades democráticas são feitos sob a proteção das potências imperialistas e revisionistas. Sabe-se que o assassino e torturador Mobutu, do Zaire, é protegido pelos imperialistas norte-americanos, pelos jaguars franceses e pelos social-imperialistas chineses; que a ditadura de Bokassa foi instalada e mantida durante muitos anos pelo imperialismo francês. É notório que Idi Amin Dada foi instalado pelos imperialistas anglo-saxões, com a ajuda dos sionistas de Israel; seu exército era equipado pelos social-imperialistas de Moscou. O poder sanguinário de Macias Nguema, na Guiné Equatorial, tinha o apoio dos cubanos, dos soviéticos, dos chineses; o palácio do ditador foi construído pelo imperialismo francês.

Todos esses ditadores são rejeitados pelo imperialismo como limão espremido, quando já estão bastante desgastados, ou quando as sublevações populares aproximam-se do ponto de os varrerem definitivamente. Por isso, o grande ruído feito pela imprensa imperialista após a queda de Amin Dada, Macias Nguema e de Bokassa não são mais do que manifestações da mais grosseira hipocrisia. Para nós não há bons e maus ditadores: não há diferenças entre um Ahidjo, um Mobutu, um Mengistu, um Eyadema, um Sekou Touré, um Idi Amin, um Kerekou (que declarou, em 17 de agosto de 1979, diante dos estudantes: "Em 26 de outubro de 1972 dissemos que marcharíamos sobre cadáveres... é preciso acrescentar hoje que esses cadáveres serão de estudantes... isto não nos faz medo; podem me comparar com Bokassa... há motivos para matar crianças se elas são crápulas..."). É por essa razão que nós desaprovamos o papel jogado pelas tropas tanzanianas nos acontecimentos sobrevindos em Uganda e reafirmamos nossa firme adesão ao princípio da não-ingerência nos negócios internos de outros países.

A experiência concreta da África mostrou que o imperialismo é a fonte das guerras injustas. O imperialismo e as burguesias nacionais reacionárias a seu serviço representam o amordaçamento das liberdades democráticas, as deportações maciças, o leiloamento das riquezas nacionais. Daí porque, nós, os marxistas-leninistas da África, devemos manter bem alta, como indicou Stálin, a bandeira das liberdades e da verdadeira independência. Ninguém melhor que nós pode lutar de maneira conseqüente pelas liberdades democráticas. Precisamos indicar às massas, na prática, que a democracia e a liberdade se conquistam na luta. A ausência total das mais elementares liberdades democráticas, a degradação das condições de vida e de trabalho suscitam na

África, com muita força, a aspiração à democracia e ao socialismo. Todo democrata, todo patriota, todo revolucionário na África se diz socialista. Quase todos os movimentos de libertação nacional na África reivindicam o socialismo e mesmo o marxismo-leninismo. O socialismo, desde logo, não é considerado como um modo de produção social, com as suas leis próprias, mas como um sistema de democracia onde não há fome nem injustiças. Atolados no espontaneísmo e na subestimação do papel do partido marxista-leninista, os pretensos marxistas-leninistas africanos não souberam, durante largo tempo, pôr em prática este precioso ensinamento de Lênin: "É absolutamente preciso traçar os limites em relação a todos os outros, separar única e exclusivamente o proletariado, e em seguida declarar que o proletariado libertará a todos, aos quais ele apela e convida para a ação". Não tendo podido seguir essas indicações de Lênin, eles se meteram nos **fronts** antiimperialistas, animados por correntes ideológicas espontaneístas e pequeno-burguesas, afundaram-se no oportunismo. Influenciados longo tempo pelo pensamento Mao Tsetung e pelas experiências das correntes nacionalistas asiáticas, não deram o seu justo valor ao partido marxista-leninista na revolução. O proletariado, assinala Lênin, não tem outra arma em sua luta senão a organização. A adesão, da boca para fora, à necessidade da criação do partido marxista, tal a prática das seitas primitivistas que aderiram formalmente ao marxismo-leninismo, e com firmeza ao pensamento Mao Tsetung, após sua ruptura organizacional com o Partido Africano da Independência (P.A.I.), revisionista, sobretudo nas antigas colônias francesas. Jamais pensaram em estudar e difundir a teoria marxista-leninista. Em lugar da adesão a uma linha e a princípios teóricos e ideológicos tais como: o reconhecimento da luta de classe como a força motriz da história; o reconhecimento do Estado como instrumento de dominação de classe; a necessidade da violência revolucionária para a substituição do regime burguês e, em consequência, a necessidade da instauração e conservação da ditadura do proletariado até ao advento do comunismo; a aceitação do internacionalismo proletário — ao invés disso, as seitas recrutavam à base do "devotamento", da "honestidade", da "simplicidade" e de outros preceitos morais, acima das classes. Recomendava-se um comportamento ascético, plebeu, revelando, assim, a ideologia pequeno-burguesa dessas seitas e a origem camponesa de seus adeptos.

A fim de distinguir o revolucionário do não-revolucionário, tinha-se à mão esta citação de Mao Tsetung: "Para determinar se um intelectual é revolucionário, não-revolucionário ou contra-revolucionário, há um critério decisivo: é o de saber se ele quer se ligar e se ele se liga efetivamente às massas operárias e camponesas. somente isto constitui a linha de demarcação, e não de tagarelice, dos três princípios do povo e do marxismo". Sobre a base dessa máxima espontaneísta, as seitas maoístas lançaram a pequena-burguesia intelectual ao assalto das

massas operárias e camponesas, principalmente destas últimas, a fim de nelas apoiar-se para conseguir uma base política.

O movimento estudantil tornou-se de fato a vanguarda do movimento revolucionário africano, tendo à sua frente uma inter-africana pretensiosa e pequeno-burguesa. Os estudantes determinavam, não somente ao nível de cada país a etapa da revolução, após uma análise superficial e subjetiva, mas ainda estendiam essa análise para determinar a etapa da revolução em todo o continente africano, como uma etapa de igual conteúdo e sob a mesma denominação. Não tendo percebido como condição necessária e indispensável para o triunfo da revolução a criação do partido da classe operária, todo o acento era posto na formação de um certo **front** antiimperialista. Este **front** não era compreendido como forma tática possível da unidade política do povo, mas como o agrupamento necessário de um mosaico de organizações de massas e de partidos, todos em pé de igualdade, e considerados vanguarda (!) da luta. Isto tudo revela bem a natureza profundamente pequeno-burguesa das seitas primitivistas pelas quais se orientavam os estudantes. A luta armada, como meio para a conquista do poder, era tida de maneira militarista e putschista, "o poder estava na ponta do fuzil".

Sustentando tais opiniões, estas seitas não concebiam a revolução na África como integrada no processo geral da revolução proletária mundial mas sim de maneira estreita e chovinista. Em *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, Lênin afirmou: "Meu dever, dever de representante do proletariado revolucionário, é preparar a revolução proletária mundial. Não é do ponto de vista do meu país que eu devo raciocinar mas da minha participação na preparação, na propaganda, nos trabalhos de aproximação da revolução proletária mundial".

Todas estas seitas, moldadas no pensamento Mao Tsetung, influenciaram negativamente muitos dos jovens intelectuais que procuravam abraçar a ideologia do proletariado. Sem lhes oferecer uma perspectiva, elas contribuíram para jogar muitos deles nos braços do imperialismo ou a precipitá-los na apatia e na confusão. Tudo isto impõe travar uma luta de princípio contra eles para liquidar sua influência no movimento revolucionário. Compreender estas coisas e se engajar efetivamente nesta via é já uma grande contribuição no aceleração do processo revolucionário na África, e na luta contra o oportunismo.

Conscientes dessas insuficiências do movimento marxista-leninista na África e para semear a confusão e a desesperança, os governos antipopulares, reforçados pelas diversas correntes espontaneístas e socialistas pequeno-burguesas, se apresentam como socialistas e mesmo como marxistas-leninistas. Pouquíssimos são os governantes africanos que não reivindicam alguma afinidade com o socialismo. Desde o

socialismo africano de Senghor, o socialismo *destourien* de Bourguiba, até o socialismo "científico" de Kerekou, Sassou N'Gusso, passando pelo socialismo islâmico de Khadafi, etc. No VI Congresso do PTA, Enver Hoxha assinalou: "Fala-se também hoje de socialismo em certos países que se libertaram da velha dominação colonial do imperialismo. De um país a outro, se atribui às noções de "socialismo", de "sociedade socialista" um conteúdo diferente. Nessas teorias há coisas obscuras, confusas, ecléticas, há uma mescla de princípios socialistas com princípios capitalistas, uma mescla de ideologia socialista com a ideologia burguesa nacionalista e religiosa. A compreensão correta do socialismo é uma importante questão de princípio, pois ajuda as lutas dos povos pelo socialismo a orientar-se corretamente, a ter um objetivo claro. Eis porque é de particular importância que os revolucionários fixem um limite e uma clara demarcação entre os verdadeiros países socialistas e os que, de socialistas, só têm o nome, como igualmente é importante que se faça uma distinção entre os partidos e as forças marxistas-leninistas autênticas que lutam pelo socialismo e os partidos que de comunistas só têm o nome na tabuleta de sua sede". O socialismo existe como teoria e prática, realizada por Lênin e Stalin na URSS, antes de sua liquidação pela camarilha revisionista de Kruschov-Brejnev. O socialismo existe e se constrói hoje na Albânia sob a direção do PTA, com Enver Hoxha à frente. O socialismo permitiu à Albânia, outrora o país dos **beys** e dos **gendarmes**, ser hoje um bastião da revolução mundial e o farol dos povos do mundo na luta contra o imperialismo, a burguesia, a reação, pela vitória da causa revolucionária.

Se, durante muito tempo, o movimento revolucionário africano foi dominado pelo espontaneísmo, se os comunistas africanos não puderam, neste imbróglio pequeno-burguês, desfraldar sua própria bandeira, a bandeira vermelha, vermelha do sangue dos mártires do proletariado internacional, se eles não puderam até então delimitar as fileiras dos revolucionários para marchar à frente dos democratas sinceros, dos patriotas, o desenvolvimento destes últimos anos mostraram que novas perspectivas começam a se abrir diante do proletariado africano. Com efeito, o nascimento do Partido Comunista do Daomé (PCD), do Partido Comunista Revolucionário Voltaico (PCR-V), do Partido Comunista da Etiópia (PCE) e a criação da Organização Comunista de Angola (OCA), o reagrupamento de autênticos marxistas-leninistas em outros países que se propõem, prioritariamente, criar partidos proletários — é uma garantia para o reforçamento do movimento marxista-leninista na África. E, quando estes jovens partidos tiverem se reforçado e lançado à luta à cabeça do proletariado e das massas laboriosas da África, eles livrarão este continente da exploração do homem pelo homem, limparão o opróbrio e desterrarão as desgraças que os imperialistas e a burguesia nacional reacionária fazem recair sobre os povos, com o seu escravizador sistema capitalista. Eles darão assim sua contribuição ao triunfo da revolução proletária mundial.

Acerca da Atual Situação Política da Espanha

Trechos de um documento editado pelos marxistas-leninistas da Espanha

— I —

A política geral do governo demonstra que a oligarquia espanhola está enfrentando grandes dificuldades e sérios obstáculos para conseguir articular sua manobra política pseudo-democratizante, com seus objetivos econômicos, devido, de um lado, ao conjunto da situação de crise à escala internacional e, do outro, à situação política e econômica existente no próprio país.

As medidas antipopulares, jurídicas e legislativas, que o governo adotou e continua adotando para intentar pôr em dia seus mecanismos econômicos, financeiros e sociais, em particular os que se referem às relações sociais, como o Pacto de Moncloa (que submete a classe operária aos interesses dos patrões e do governo), o Estatuto do Trabalhador, a Lei de Regulação do Emprego, a Lei de Greve e o Acordo-Marco, concluído entre o patronato e a UGT, juntamente com a crescente inflação e o encarecimento brutal do custo de vida, fizeram a classe operária e o conjunto do povo trabalhador compreender o verdadeiro sentido das precaríssimas reformas políticas realizadas após a morte de Franco.

A atual crise política da monarquia, e não só do governo, tem sua causa fundamental no fato de que a classe operária já está vendo claro e dando-se conta do verdadeiro sentido e objetivo da transição sem ruptura.

Presentemente, o que Carrillo e Gonzalez chamam cinicamente *direitização* do governo não é mais do que a evolução lógica da manobra da oligarquia que, desde o princípio, tenta obter fins ultra-reacionários e antipopulares como os fatos estão confirmando.

É sabido que, depois de 40 anos de ditadura fascista, a chamada "Reforma Política" que a oligarquia teve necessidade de realizar, acelerou e agudizou toda uma série de problemas políticos e sociais na Espanha e intensificou a luta de classes, levando a que o país se encontrasse atualmente ante uma situação na qual os partidos e sindicatos colaboracionistas — o Partido Socialista Operário Espanhol/UGT e o Partido "Comunista" Espanhol/CC.OO. —, que haviam sido preparados e adaptados para controlar e apaziguar o movimento operário e popular durante a manobra continuista, estejam perdendo grande parte de sua capacidade para desempenhar o seu papel. As brutais exigências da oligarquia e das multinacionais para o aumento da produtividade e dos ritmos de trabalho,

paralelamente com a redução do quadro de pessoal para obter uma maior competitividade e maiores taxas de lucro, nos marcos da crise mundial, está tropeçando com a crescente combatividade e consciência de classe das massas trabalhadoras.

Nestas circunstâncias, o rápido desgaste político do governo Suarez, assim como dos partidos colaboracionistas, fazem necessário toda uma série de montagens, enganos e manobras. Tal é o caso do recente debate parlamentar e a moção de censura apresentada pelo PSOE, com o fim de indicar à opinião pública "desencantada", uma suposta alternativa de poder, propondo no fundo um programa similar ao que o governo está aplicando. Ao mesmo tempo, os revisionistas de Carrillo mostram-se dispostos a apoiar qualquer mudança de fachada (governo de concentração, ou seja, governo da União do Centro Democrático, da AP, do PSOE e do P"CE), que permita à monarquia continuar no poder e ajude a oligarquia a enfrentar a crise da melhor maneira possível para ela.

Quanto ao perigo de uma *direitização* do governo e à atividade cada vez mais aberta e criminosa dos setores mais duros da oligarquia, bem como dos grupos fascistas para-policiais, estas ameaças e atividades cumprem também seu papel como eventual alternativa, em caso de necessidade, e também para manter levantada a espada de Dâmoques face à radicalização das lutas populares. Propaga-se que, por muito ruim que seja o atual governo ou outro semelhante, sempre é melhor do que algo pior... como por exemplo um retorno ao fascismo sem máscara.

Entretanto, se o governo Suarez se desgastou até ao ponto em que alguns setores oligárquicos estão preparando a sua substituição, não menos se desgastaram os partidos colaboracionistas e seus apêndices. Este é um fator político novo e importante na atual conjuntura. O PSOE e o P"CE vão de crise em crise, de frações e expulsões em novas divisões e demissões, até a entrada de setores inteiros de suas bases em contradição com suas próprias direções, tal como sucede recentemente na Catalunha, donde o conjunto da organização das CC.OO., dirigida por membros da direção carrillista opõe-se aberta e publicamente à direção central do partido de Carrillo.

Em que pese todos esses conflitos internos e contradições externas, longe de retificar sua política de colaboração e de apoio, tanto o PSOE como o grupo carrillista estreitam o aprofundam seus vínculos, no fundamental,

com o governo e o patronato, prosseguem apoiando as medidas antioperárias e antipopulares da monarquia. O Acordo-Marco, entre a UGT e o patronato, e as recentes declarações de Carrillo ante militantes sindicais de seu grupo, aconselhando a classe operária a "dar um passo atrás" e a "adaptar suas reivindicações à situação da crise econômica", vão acentuar, logicamente, as contradições entre as massas trabalhadoras, de uma parte, e a política e direções destes dois partidos e organizações sindicais colaboracionistas e antioperárias, de outra parte, apesar de que eles continuem escondendo-se atrás da máscara, da fraseologia e da demagogia "socialistas" e "comunistas".

Em outro terreno, a demagogia sobre as autonomias concedidas pelo governo, como parte de sua manobra pseudodemocratizante, esgotou-se e ficou completamente desmascarada em todos os lugares interessados na autonomia como uma questão totalmente manipulada pelo governo com o apoio dos oligarcas das distintas regiões e nacionalidades, e com a cumplicidade e o apoio dos "socialistas" e revisionistas. Os dois governos "autônomos", formados recentemente na Catalunha e em Euskadi, são encabeçados por um poderoso banqueiro e um grande industrial, respectivamente, isto é, por personagens próximas das esferas oligárquicas do poder central.

Isto tornou evidente que o governo, as forças reacionárias e colaboracionistas manipulam as chamadas autonomias a fim de dividir e desviar os povos de sua luta por seus direitos democráticos, inclusive os direitos das minorias nacionais. Concretamente na Andaluzia, onde existe uma situação angustiosa de desemprego e miséria, o governo e os colaboracionistas elevaram artificialmente à categoria de problema central a questão da autonomia andaluza, mas à base do Artigo 143 ou do Artigo 151 da Constituição, como se com uma ou outra dessas fórmulas se resolvessem os problemas do povo trabalhador da Andaluzia.

As sujas manobras sobre tal questão e o não cumprimento das promessas feitas pelo governo, é também outra causa do desprestígio e perda de credibilidade não só do governo Suarez como igualmente do poder monárquico.

Esta perda de autoridade e influência do governo e dos partidos colaboracionistas da oposição, bem como dos grupúsculos oportunistas e das forças burguesas autonomistas, fizeram com que os setores mais lúcidos da oligarquia e da oposição já estejam movendo seus peões, direta ou indiretamente, para criar um novo partido de fachada liberal, um partido radical, dizem eles, destinado a preencher o vazio político que se está formando rapidamente entre o governo e os partidos colaboracionistas, de um lado, e os amplos setores intermediários, incluindo setores da antiga militância do PSOD, do P"CE, bem como de antifascistas não organizados, de outro lado. Juan Luiz Cebrian, diretor de "O País", Gonzalez Seara, atual ministro das

Universidades do governo Suarez, Garcia Trevijano, conhecido oligarca e *gangster* da política e dos negócios sujos, e Raul Morodo, social-democrata e embaixador de sua Majestade, são algumas das pessoas que, convergindo com elementos aventureiros procedentes do PTE e de outros grupos oportunistas, estão tratando de colocar as primeiras pedras desse novo Partido Radical.

— II —

Os objetivos e as conseqüências da política econômica da oligarquia e do Plano Econômico do governo são os seguintes:

1.º — **Incrementar a Produtividade do Trabalho** à custa da intensificação dos ritmos, da disciplina e do controle capitalista sobre a mão-de-obra. Atualmente, nas linhas de produção da Ford, em Almusafes, foram impostos os ritmos de trabalho mais altos do mundo, excluindo o Japão. Na Ford não se produzem somente automóveis, é uma fábrica de acidentes, de fadiga patológica, de enfermidades físicas e mentais, de embrutecimento. E a Ford não é um caso isolado, embora seja uma fábrica mais avançada do ponto de vista patronal. Atrás das empresas como a Ford seguem as demais, no que diz respeito ao incremento dos ritmos, o controle das ausências ao trabalho, a utilização de polícias internas ou de médicos de empresa que não reconhecem como enfermidade profissional as seqüelas deixadas pelos acidentes ou negam licença para o tratamento, obrigando os doentes a trabalharem sob ameaça de sanções e dispensas.

2.º — **Desvalorizar a Força do Trabalho** mediante a redução dos salários reais, através do aumento dos preços dos gêneros e utensílios de primeira necessidade, do estabelecimento de pisos salariais por decreto do governo ou por meio de pactos sociais, do aumento dos impostos que pesam sobre os trabalhadores e da manutenção de uma alta taxa de desemprego que atue como freio às reivindicações operárias. Daí a insistência patronal por introduzir a dispensa sem indenização e os contratos trabalhistas por tempo limitado ou eventuais. O número de trabalhadores desempregados na Espanha beira a cifra dos dois milhões e meio. Mas esta cifra, que por si só constitui uma denúncia arrasadora contra o regime continuísta, aumenta em cerca de mil e quinhentos trabalhadores dispensados por dia, sem que ninguém apresente outra solução nos grandes ramos industriais tais como o da siderurgia, o do setor têxtil, o dos estaleiros e outros que continuam reduzindo o número de pessoal, sem diminuir a produção, uma das chaves da chamada reestruturação industrial.

3.º — **Conceder aos Monopólios Privados os Fundos Acumulados dos Impostos e da Poupança Popular**, que deveriam servir para cobrir os gastos do ensino, do serviço de saúde, das pensões, do seguro-desemprego, da conservação de bairros populares, pequenas cidades e povoados. Essa concessão se realiza através de diversos mecanismos: créditos, isenções fiscais, encomen-

das de material militar, liberalização de preços, etc., bem como mediante a tendência à privatização do ensino e da previdência social.

4º — **Arruinar as Empresas não-Monopolistas**, seja provocando o fechamento e o desaparecimento físico das mesmas, seja colocando-as sob o controle dos bancos por meio dos mecanismos de crédito. Este processo de concentração capitalista alcançou um ritmo infernal nos últimos tempos, simultaneamente com os passos dados pela oligarquia para o ingresso no Mercado Comum Europeu. O número de empresas em situação de insolvência passou de 2.064, em 1973, a 10.200, em 1978, e a 18.000, em 1979. O número de trabalhadores afetados por esta situação (dispensas, suspensão do emprego ou redução de pessoal) passou de 44.000, em 1973 a 276.000, em 1978, e a 450.000, em 1979.

5º — **Entrada no Mercado Comum Europeu.** As negociações para o ingresso da Espanha nesse Mercado são levadas a cabo secretamente entre os responsáveis do MCE e o governo UCD, às escondidas de nosso povo, o que impede conhecer as condições leoninas que tanto o próprio MCE como o governo francês e outros estão impondo. É certo que, para os monopólios como a Ford, a General Motors, a ITT — Standard, os Pascual Hermanos e outros, o ingresso da Espanha no MCE redundará em facilidades à exportação de sua produção. Para o resto dos setores econômicos significará — se o governo continuar com a sua atual política — a vinda das grandes empresas européias ao mercado espanhol, capazes de realizar uma concorrência tal que arrasaria milhares de empresas não-monopolistas espanholas, obrigando outras a cair nas garras dos monopólios estrangeiros, a reestruturar-se, a produzir mais com menos pessoal e a despedir trabalhadores. No que concerne à agricultura, o MCE propõe-se acelerar o incremento da produtividade no campo mediante a diminuição drástica da população ativa agrária, reduzindo-a à metade da atual, e a concentrar a propriedade da terra em umas poucas sociedades capitalistas. E isto quando, nem nas cidades nem no estrangeiro, existem possibilidades de absorver este “excedente” da população rural.

6º — **Outros Objetivos da Oligarquia e de seu Governo no Plano Econômico** são (resumidamente):

— O aumento acelerado das inversões estrangeiras na Espanha;

— A procura de países que possam receber inversões espanholas e a busca de espaços vazios onde encontrar negócios no mais puro estilo neocolonialista, cujo exemplo mais claro é a Guiné Equatorial;

— A aceleração do plano nuclear, que absorve grande volume de capital sem gerar maior número de emprego. O plano nuclear provoca brutal dependência tecnológica e estratégica diante do imperialismo norte-americano e serve, à custa de inegáveis perigos para a população e da elevação das tarifas elétricas, para que o povo

espanhol financie as investigações militares e a produção de armas nucleares dos grandes monopólios dos Estados- Unidos.

— III —

O papel do PSOD e do P“C”E neste período de crise é dos mais infames. Em fins de maio do ano passado, num debate parlamentar, Felipe Gonzalez, líder do PSOE, expôs um programa de governo idêntico, por seu conteúdo econômico, ao que recomendam os grandes monopolistas e que a União do Centro Democrático procura aplicar. De sua parte, os revisionistas de Carrillo viram-se obrigados a expor, mais abertamente que antes, sua política econômica, política que induz os trabalhadores a aceitar a austeridade, o desemprego, os aumentos dos ritmos de trabalho, em nome dos interesses da “economia nacional” (que é a economia dos banqueiros e das multinacionais), em nome também da necessidade de “consolidar a democracia” (que na realidade é consolidar o continuísmo).

Mundo Obrero, órgão semanal do P“C”E, de meados de junho, escreveu: “CC.OO. é uma organização sindical (controlada pelos revisionistas) que vem atuando com grande sentido da responsabilidade nacional ao propugnar medidas de luta contra a crise econômica que comportam **notáveis sacrifícios** para a própria classe trabalhadora”. Na mesma publicação se diz: “Congelar os salários para evitar que os preços disparem pode ser conjunturalmente e por um certo período uma medida positiva”. Aqui se tem uma comprovação clamorosa da colaboração de classes com a burguesia, ajudando-a a aliviar sua situação, descarregando o peso das dificuldades sobre os ombros dos trabalhadores.

Mas não é tudo. Num discurso ante o pleno do CC revisionista, Carrillo insistiu em apoiar os aumentos da produtividade e a luta contra as faltas ao trabalho, que são dois cavalos de batalha do patronato neste momento, em troca de algumas medidas relacionadas com a outorgação de maior peso econômico à chamada empresa pública, isto é, as empresas monopolistas de propriedade estatal, por ele apresentadas como saída milagrosa. Por trás dessa proposta esconde-se o verdadeiro núcleo de sua política: o governo de “concentração”. Por isso ele declarou textualmente: “Uma estratégia comum da esquerda pode tender à criação de uma maioria de progresso que enfrente a crise com critério de solidariedade nacional”, inspirada “nos interesses das camadas populares e nacionais, desde a classe operária até o empresariado sem o enfrentamento com os bancos”. A verdade, acrescentamos nós, é que ele também não quer enfrentamento com o imperialismo, pois, noutro trecho de seu discurso, Carrillo propõe recorrer ao crédito exterior para sair da crise, isto num país cuja dívida externa supera já os 15 bilhões de dólares!

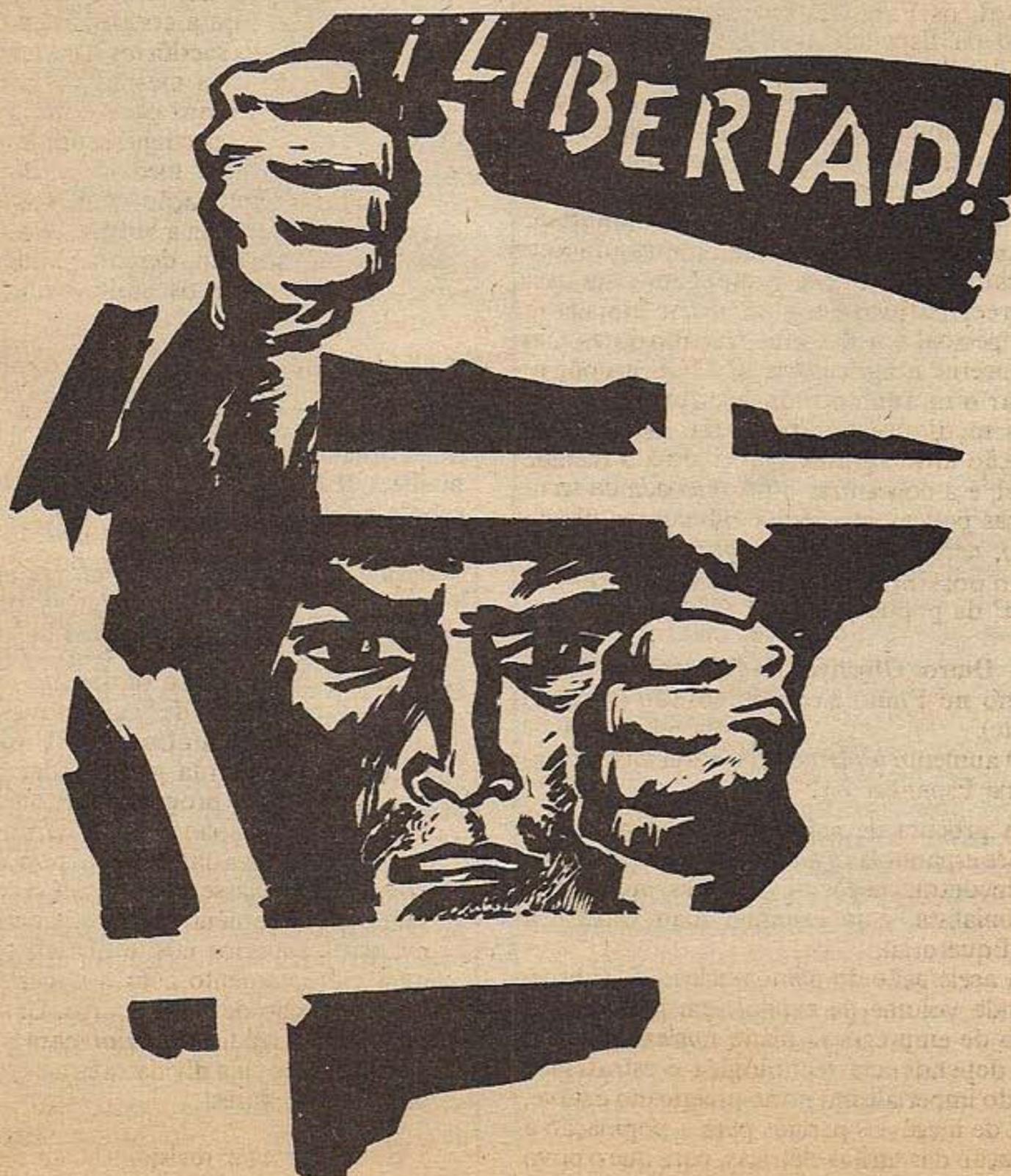
Esta estratégia revisionista de buscar a uni-

dade de ação com os grandes empresários, de nem sequer enfrentar-se com os bancos, expressa claramente o papel dos eurocomunistas como correia de transmissão do grande capital no mundo do trabalho. Expressa igualmente sua ambição de participar num governo da oligarquia para melhor impedir e frear as lutas dos operários em defesa do emprego e do poder aquisitivo dos salários, acusando-os de levar a economia ao caos, de "radicalismo estéril", de incapacidade para negociar, ou de "desestabilizar a democracia". Tudo isso acompanhado de uma chantagem tão vil como falsa: a de que as propostas eurocomunistas são a única via para sair da crise capitalista. Contudo, a verdade comprovada pela experiência histórica, é que os mecanismos para a superação da crise que o capitalismo tem ao seu alcance são as falências em cadeia de grande número de empresas, o aumento do desemprego, as guerras imperialistas e a miséria física e espiritual das grandes massas.

Face a esta situação e ao papel que desempenham cada vez mais cinicamente os chefes social-democratas e revisionistas, e sua política, as forças de vanguarda defendem uma linha de unidade proletária e de resistência ao grande capital; de firmeza diante de cada dispensa ou

intento de intensificar a exploração capitalista; de resistência em defesa do poder aquisitivo dos salários; de oposição a qualquer forma de pacto social; de luta contra as leis oriundas do governo e do Parlamento monárquico para restringir os direitos econômicos, sociais e políticos dos trabalhadores e para enquadrá-los no terreno da legalidade continuísta monárquica, que é a legalidade do lucro, dos dividendos bancários, da especulação e da fome para os trabalhadores.

As forças de vanguarda pregam a unidade e a resistência para ajudar o movimento operário a recuperar a confiança em suas próprias forças e a compreender que a oligarquia não pode nem está interessada em oferecer uma saída progressista nem democrática à sua crise. A aceitação por parte da classe operária de sacrifícios, dos pisos salariais, do desemprego, etc, não conduz de modo algum à "saída da crise", nem melhora a expectativa de mais emprego. Pelo contrário, leva ao debilitamento do movimento operário e ao reforçamento das tendências mais agressivas do imperialismo e da oligarquia, vale dizer, dos principais inimigos de classe, dos que buscam aumentar a exploração e converter o povo em carne de canhão para suas ambições imperialistas.



O Novo Livro de Enver Hoxha — Mais Um Golpe Demolidor no Revisionismo Contemporâneo

Ferreira da Silva

Acaba de ser publicado em albanês, inglês, francês, alemão, espanhol e italiano o novo livro de Enver Hoxha, *O Eurocomunismo é Anticomunismo*.

Em seus quatro capítulos, esse livro apresenta um rico balanço histórico do período do pós-guerra; restabelece a verdade dos fatos, muitos dos quais distorcidos pela propaganda burguesa e revisionista; analisa a fundo as circunstâncias históricas e as condições objetivas e subjetivas que favoreceram e determinaram o surgimento do revisionismo contemporâneo e sua transformação em corrente internacional, atada por mil e um fios ao sistema de dominação imperialista e socialimperialista; demole, um por um, os argumentos e teses dos partidos que representam o eurocomunismo — o Partido Comunista Italiano, o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Espanhol; e, após chegar a importantes conclusões, discorre sobre uma série de questões estratégicas e táticas de grande valor para a luta que o proletariado mundial e os povos desenvolvem presentemente pela sua emancipação. Enver Hoxha não perde a oportunidade para discorrer em torno das demais correntes do revisionismo contemporâneo, que de uma ou de outra forma estão ligados ideologicamente ao eurocomunismo, tendo com ele traços comuns, apesar das diferenças táticas, nos métodos e nas formas. Assim, não escapam da implacável crítica de Enver Hoxha, o browderismo, o titismo, o kruschovismo e o maoísmo.

O livro do dirigente albanês vem a público num momento mais que oportuno. Surge quando são ameaçadores e perigosos os preparativos guerreiros das duas superpotências imperialistas, os EUA e a URSS; quando a crise geral do capitalismo entra numa fase em que já não é possível escamotear a difícil situação das massas trabalhadoras e populares em todos os continentes; quando estas, não tendo mais o que perder, a não ser os grilhões que as escravizam, se levantam em luta dispostas a romper esses grilhões e a construir um novo mundo, de liberdade e justiça. Enfim, se comprova cada vez mais a conhecida tese defendida por Enver Hoxha no informe ao VII Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, reunido em novembro de 1976, e desenvolvida em sua célebre obra *O Imperialismo e a Revolução*, de que “o mundo se encontra numa fase em que a causa da revolução e da libertação dos povos é um problema candente que exige solução”. (*O Imperialismo e a Revolução*, trad. Português, pg. 125/126, public. 1979).



Desde que as coisas se colocam nesses termos, já não bastam à burguesia as armas convencionais na guerra que sustenta contra o proletariado. Torna-se necessário a ela uma “5ª Coluna”, no dizer de Enver Hoxha, que a partir de dentro, sabote a revolução.

Para a luta que travam no Brasil os marxistas-leninistas frente aos multilaterais ataques de concepções políticas e ideológicas hostis, provenientes de todos os lados, a obra de Enver Hoxha reveste-se de grande importância. Precisamente agora, tem lugar no seio do Partido revisionista brasileiro, o chamado PCB, uma luta sem princípios entre duas correntes igualmente contra-revolucionárias e oportunistas — a prestista (pró-soviética) e a auto-proclamada pró-eurocomunista que disputam entre si a hegemonia na defesa dos interesses da burguesia e no oferecimento de favores ao regime ditatorial brasileiro para sua institucionalização. Por outro lado, as mudanças superficiais levadas a cabo por Figueiredo e seus consortes na fachada da ditadura têm dado margem ao ressurgimento de novas ilusões no caminho pacífico. Setores da pequena-burguesia, que se pretendem fazer passar por inovadores, numa atitude

de franca capitulação, fazem auto-crítica por terem um dia empunhado armas, ou defendido a luta armada, e lançam anátemas às forças políticas que, mantendo a coerência revolucionária e marxista-leninista, valorizam, na devida altura, significativas experiências de lutas armadas desenvolvidas no Brasil. É um velho tipo de renegação, que ressurgue sempre, nos momentos de viragem da história como o atual.

— I — O REVISIONISMO — PEÇA INSEPARÁVEL DA ESTRATÉGIA DO IMPERIALISMO

O fim da Segunda Grande Guerra encontrou o mundo mudado. À derrocada política e militar da brigada de choque do capital financeiro internacional — o nazi-fascismo — seguiu-se o desmoronamento do velho sistema colonial e a formação do campo socialista. Em vários países, passou a ondear triunfante a bandeira da revolução, da democracia popular e do socialismo. A URSS, principal fator da vitória dos povos sobre o fascismo, baluarte seguro da revolução e representante máxima do sistema social mais avançado conhecido até então pela humanidade, elevava seu prestígio na arena internacional e enchia de esperanças o coração dos povos. Na velha Europa, os Partidos Comunistas, que tinham tido destacada participação na resistência anti-fascista, transformaram-se em importante força política e mobilizavam massas de milhões. A humanidade se preparava para ultrapassar a fase de sua pré-história e ingressar em uma nova era de seu desenvolvimento.

O imperialismo pressentira o perigo e se dispôs a enfrentá-lo. Coube ao imperialismo norteamericano, como potência imperialista vencedora na guerra, a tarefa de elaborar a estratégia que possibilitasse esse enfrentamento. Concebe e põe em prática um plano de recuperação econômica de seus aliados europeus — o plano Marshall — coloca em funcionamento sua indústria de guerra e desenvolve de maneira sem precedentes seu potencial militar. Para mostrar que tem força, e sobretudo para ameaçar a URSS, inicia a chantagem nuclear, cometendo os bárbaros crimes de Hiroshima e Nagasaki. E não fica nessas medidas. Dá início a uma furibunda campanha anti-comunista baseada em calúnias e difamações. Ao mesmo tempo, mobiliza seu arsenal de “filósofos”, “sociólogos”, “economistas” e politiquinhos e lhes encomenda as mais estapafúrdias e reacionárias “teorias”, que a todo custo tentam demonstrar a “superioridade do capitalismo sobre o socialismo”. É por essa época que surgem as “teorias” sobre o “capitalismo popular”, sobre o “estado de bem-estar geral”, sobre o “florescimento do capitalismo”, e assim por diante. Enver Hoxha, apoiando-se num método de análise materialista e dialético e nos fatos, que ele demonstra conhecer a fundo, argumenta de maneira clara, concisa e precisa sobre todas essas emocionantes e decisivas circunstâncias históricas, chegando a uma importante conclusão: “O surgimento do revi-

sionismo contemporâneo, diz ele, assim como do velho revisionismo é um fenômeno social condicionado por muitas e diferentes causas históricas, econômicas, políticas, etc. *Tomado em seu conjunto, ele é produto da pressão da burguesia sobre a classe operária e sua luta*”. (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*, trad. em espanhol, pg. 14, public. 1980) (Nota: grifo meu).

Durante a Segunda Guerra Mundial, e principalmente no final, quando já era clara a derrota do fascismo, surgiram, sobretudo nos partidos italiano e francês, dirigidos respectivamente por Palmiro Togliatti e Maurice Thorez, pontos de vista e práticas errôneas, que de forma embrionária eram o revisionismo. Cunfundindo o objetivo tático com o estratégico, esses partidos se contentaram com a vitória sobre o fascismo e se recusaram a levar adiante a luta revolucionária. Depuseram as armas e se contentaram em apoiar, de fora ou de dentro, os governos burgueses formados então. Sem dúvida, a democracia burguesa, por um curto período foi amplamente reimplantada. Na França e Itália, os Partidos Comunistas conquistaram a legalidade. Estes partidos chegaram mesmo a ter representantes seus no governo, por um certo lapso de tempo. As Constituições asseguravam no plano formal amplos direitos democráticos. Tudo isso haviam sido conquistas importantes, em primeiro lugar das massas trabalhadoras desses países, que, com heroísmo e abnegação, deram o melhor de si, o sangue de seus filhos mais diletos e honrados nos embates contra o fascismo. Essas conquistas eram também a confirmação da força do movimento comunista internacional, que, sob a direção de Stálin, elaborara uma tática ampla, combativa e flexível para conduzir a luta contra o fascismo.

Outro, porém, era o ponto de vista em voga nas direções de alguns Partidos. Apareceram as ilusões reformistas, o sonho do caminho pacífico, na vitória do socialismo pela via eleitoral, do parlamento e da ocupação de postos importantes nos governos burgueses.

Por outro lado, o Plano Marshall entrava em franca aplicação. A Europa destruída pela guerra se recuperava intensamente. A economia passava por um período de pleno crescimento. Reconstruíram-se fábricas e setores inteiros, antes ociosos. Surgiu o fenômeno da “fome de mão-de-obra”, como diz Enver Hoxha, e o desemprego, por um dado momento, parecia coisa do passado. Tudo isso criou ilusões. Estaria o capitalismo mudando de natureza?

Enquanto isso ocorria, a URSS empreendia sua recuperação econômica e a reconstrução do país. Era uma tarefa ciclópica, se se leva em conta que tudo tinha de ser feito no rumo da completa construção do socialismo no país, quando se exigia atenção especial à solução de contradições próprias do estágio de desenvolvimento que a URSS estava atravessando. Entre essas contradições, sobressaíam a existente entre os salários mais altos e os mais baixos, entre o

trabalho físico e o intelectual, entre o campo e a cidade, etc. Paralelamente, era necessário reforçar a unidade interna do Partido e seus laços com as massas, combater o liberalismo e o burocratismo. Enfim, era preciso desenvolver, a favor do proletariado e num caminho justo, a luta de classes, nos campos político, econômico e ideológico. Dadas essas condições objetivas, o decisivo passava a ser o fator subjetivo. É nesse marco que, após a morte de Stálin, ocorre o criminoso golpe de estado, a vil traição krushovista, que se apóia numa casta de burocratas incrustados no Partido e no aparelho estatal. Essa traição se dá também devido à pressão da burguesia e do imperialismo.

Em relação aos Partidos Comunistas da Europa Ocidental, a traição krushovista da URSS foi uma espécie de abertura de comportas, a partir do que se iniciou a enxurrada de renegação ao marxismo-leninismo e à revolução.

— II — QUEM É QUEM NO REVISIONISMO CONTEMPORÂNEO

Armado dessa compreensão e conhecendo o prejuízo que o revisionismo contemporâneo acarretou à causa do proletariado e dos povos, Enver Hoxha se lança corajosamente a uma ardente polêmica com as suas diversas correntes e afirma que, apesar das diferenças de formas e de táticas existentes entre elas, todas encontram seus pontos comuns na negação da revolução e dos princípios gerais do marxismo-leninismo, e têm como fonte ideológica os desgastados conceitos das velhas comadres da II Internacional, como dizia Lênin.

“A primeira corrente que antecedeu o revisionismo contemporâneo no poder foi o browderismo”, afirma Enver Hoxha (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*, trad. em espanhol, pg. 26 public. 1980). Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, Earl Browder, ex-secretário-geral do PC dos EUA sai em cena com o slogan de que “o comunismo é o americanismo do século XX”. Para ele, o capitalismo norte-americano, possuidor de um grande potencial econômico e militar deixara de ser reacionário, e adquirira condições de curar as chagas sociais e ajudar o progresso dos países e povos atrasados. Browder proclamou o fim das diferenças de classe nos EUA e preconizou a “unidade nacional”, ou seja, a união entre burgueses e proletários. A “democracia americana” era tida, segundo seu ponto de vista, como um modelo. Toda a luta política, para Browder, poderia desenvolver-se no marco do sistema bipartidário norte-americano, por isso o PC já não era necessário, a revolução seria coisa do passado. Tudo se resumia em consolidar e aperfeiçoar a “democracia americana”. Por isso, Browder dissolveu o PC dos EUA e o transformou numa associação de tipo iluminista, para lutar pela paz social e pela defesa da constituição dos EUA. “Browder, afirma Enver Hoxha, foi o primeiro pregador daquela linha ideológica e política capitulacionista que o imperialismo norte-americano tentaria impor aos

partidos comunistas e aos movimentos revolucionários” (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*, trad. em espanhol, pg. 26, public. 1980). E mais adiante: “Com seus conceitos revisionistas sobre a revolução e o socialismo, Browder deu uma ajuda direta ao capitalismo mundial”. (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*). E não seria cansativo citar mais um texto sobre o browderismo, de particular importância para nossa realidade: “O browderismo acarretou um grande dano ao movimento operário e comunista nos EUA e em alguns países da América Latina. No seio de alguns velhos partidos comunistas da América Latina ocorreram abalos e divisões que tiveram sua origem na atividade dos elementos oportunistas, que, cansados da luta revolucionária, se agarraram aos galhos que o imperialismo norte-americano lhes estendia para sufocar as revoltas populares, a revolução e para deteriorar os partidos que trabalhavam pela educação e a preparação dos povos para a revolução”. (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*). Com efeito, foi com base nas concepções de Browder que se manifestaram os pontos de vista liquidacionistas de Fernando Lacerda, Carlos Marighela, José Maria Crispim e outros, que, no início dos anos 40, apregoavam abertamente a dissolução do Partido Comunista do Brasil, sob o falso argumento de que a existência do Partido constituiria um entrave à unidade nacional.

Mas, Enver Hoxha demonstra que naquela época não era só Browder que flertava com o imperialismo norteamericano e tecia loas ao sistema de governo dos EUA. Em seu livro, informa que num encontro com John Service, conselheiro político do comandante das forças chinesas, o próprio Mao Tsetung disse a esse emissário do imperialismo yanque: “Acima de tudo, nós, os chineses, consideramos vocês, os americanos, como o ideal da democracia” (Citado por Enver Hoxha em *O Eurocomunismo é Anticomunismo*, trad. em espanhol, pg. 42, public. 1980). Aprofundando sua crítica ao maoísmo, Enver Hoxha analisa o conceito apregoado por Mao Tsetung de instaurar um estado de “nova democracia”, após a vitória da revolução chinesa. Esta “nova democracia”, que segundo o próprio Mao afirmou no VII Congresso do PCCh realizado em 1945, “assegurarão condições para o desenvolvimento livre da economia capitalista privada”, não passa de um eufemismo para camuflar o fato de que, desgrazadamente, a revolução chinesa, democrática e antiimperialista, resultou na instauração de uma democracia burguesa, porque à frente daquela revolução estava um partido que de comunista só tinha o nome e a fachada. Segundo Enver Hoxha, nesta questão de fundamental importância para os destinos da revolução chinesa, Mao se apoiou, ao formular sua “teoria” sobre a “nova democracia”, na surrada tese de Kautsky de que um país atrasado só pode chegar ao socialismo se passa antes por um longo período de desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, Enver Hoxha aporta mais uma importante contribuição ao entendimento do chamado “pensamento Mao Tsetung” e ao seu desmas-

caramento como mais uma variante do revisionismo contemporâneo.

Em 1948, estimulado pelo imperialismo anglo-americano, com quem tinha estreitas ligações políticas e materiais desde durante a guerra, e abraçando as concepções de Browder, também Tito aparece em cena com uma série de concepções oportunistas e funda a primeira corrente revisionista no poder, o revisionismo titista, ou iugoslavo. Muito rapidamente, a Iugoslávia se converteu num fator de cisão do campo socialista, de ataques desmedidos à URSS e de investidas e ameaças de anexação a países socialistas vizinhos, principalmente a Albânia, numa flagrante violação da soberania nacional desse país balcânico.

Para tornar o revisionismo um fenômeno internacional, foi preciso primeiro tomar por dentro a fortaleza mais poderosa do socialismo, liquidar a magnífica obra de milhões de trabalhadores, que durante mais de 30 anos, sob a direção primeiro de Lênin, e depois de Stálin, construíram com suas próprias forças e em meio a imensas dificuldades, o sistema social mais avançado que a humanidade já conheceu até hoje.

— III — EUROCOMUNISMO — ANTICOMUNISMO DECLARADO

Nos últimos tempos, particularmente a partir da segunda metade da década de 70, a imprensa burguesa ocidental tem feito uma ruidosa propaganda em torno do chamado eurocomunismo e das figuras de seus principais teóricos — Enrico Berlinguer, George Marchais e Santiago Carrillo. Faz-se grande agitação de suas consignas, às quais se procura dar um caráter de originalidade e exequibilidade, nas condições do mundo atual. Fala-se também indefinidamente da suposta independência face a Moscou.

É natural que nessas circunstâncias, se manifeste, no seio das massas trabalhadoras e das forças de esquerda, interrogações a respeito do eurocomunismo. Afinal, perguntam-se, “o que se esconde por trás de lemas tais como ‘compromisso histórico’, ‘socialismo com as cores francesas’ e ‘reconciliação nacional’, freneticamente propagandeados pelos partidos de Berlinguer, Marchais e Carrillo?” O que vem a ser, em essência, o badalado e mal-afamado eurocomunismo? A essa questão, Enver Hoxha responde de maneira clara e taxativa, a partir do título e da introdução de seu livro, bastante ilustrativos: “Os compadres capitalistas, diz ele, batizaram esta corrente do revisionismo contemporâneo de eurocomunismo, enquanto que para nós, os marxistas-leninistas é *anticomunismo*”. Como afirma Enver Hoxha: “O eurocomunismo é uma variante do revisionismo contemporâneo, um conglomerado de pseudo-teorias que se opõem ao marxismo-leninismo. Seu objetivo é impedir que a teoria científica de Marx, Engels, Lênin e Stálin continue sendo uma arma poderosa e infalível em mãos da classe operária e dos autênticos marxistas-leninistas para destruir desde as

suas bases o capitalismo, sua estrutura e superestrutura, para instaurar a ditadura do proletariado e construir a nova sociedade socialista” (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*; trad. em espanhol, pg. 109, public. 1980).

Os eurocomunistas atacam em seu todo a doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin, mas concentram o fogo de sua verborrêia e atividade política oportunista naquilo que ela tem de essencial — a estratégia e a tática da revolução e da construção do socialismo.

Os cabecilhas do eurocomunismo renegaram por completo a luta de classes, renunciando abertamente ao ensinamento de Marx de que esta é o motor da história.

Colocando o caminho pacífico, as reformas estruturais, a via eleitoral e parlamentar como ponte de passagem para o socialismo, os eurocomunistas sabotam a luta emancipadora do proletariado e dos povos e passam a desenvolver a mais desavergonhada colaboração de classes.

Os comunistas e demais forças revolucionárias, que se batem em todos os países para conduzir a revolução por um caminho conseqüente, não são adeptos do princípio da utilização da violência revolucionária por um absurdo desejo de ver derramamento de sangue. Mas, analisando cientificamente o desenrolar dos acontecimentos, o desenvolvimento histórico, e encarando de frente a realidade, sabem que jamais, em nenhuma época histórica, e muito menos agora, quando a humanidade se encontra no prelúdio de uma nova era, as classes dominantes cederam suas posições e abriram mão voluntariamente de seus interesses espoliadores.

Aplicado ao Brasil, o código eurocomunista, que em muitos de seus aspectos essenciais está contido desde há muito na linha de conciliação do chamado Partido Comunista Brasileiro, constitui um plano estratégico e tático que vem em socorro do regime militar em agonia. Esse partido, o PCB, também fala sem parar das reformas estruturais, do caminho pacífico, da reconciliação nacional e anuncia aos quatro ventos que está disposto a aliar-se até com o diabo, desde que se lhe assegure um assento, ainda que seja perto da cozinha, na mesa do banquete distensionista de Figueiredo e dos generais que o apóiam.

Combatendo o princípio da violência revolucionária para derrocar a burguesia e o imperialismo, os eurocomunistas procuram inviabilizar a própria revolução. Atacando a ditadura do proletariado, eles tentam impedir a construção do verdadeiro socialismo.

— IV — O OBJETIVO DA CRÍTICA AO REVISIONISMO

A crítica ao revisionismo, por mais justa que seja, resultaria inconseqüente e acadêmica se não estivesse voltada para o objetivo maior de

encontrar as maneiras de percorrer vitoriosamente os tortuosos caminhos da revolução. Afinal, combate-se o revisionismo com base na teoria e na prática revolucionária, que ele procura negar. Consciente disso, Enver Hoxha dedica todo o 4º e último capítulo de sua nova obra à abordagem de questões atuais de ordem tática e estratégica da luta do proletariado e dos povos de todo o mundo, mostrando, com a clareza teórica e a experiência de quem dirigiu uma revolução e há 36 anos dirige a construção do socialismo num pequeno país cercado de inimigos, que, em boa parte, o desenlace exitoso dessa luta depende da solução, na prática, dessas questões.

Retomando a tradição de Lênin e Stálin, Enver Hoxha, homem de Partido, nos faz ver que sem um destacamento organizado da classe operária, guiado pelo marxismo-leninismo, claramente demarcado de todo tipo de revisionismo, dotado de uma clara linha política consoante com a realidade nacional, contando com uma disciplina férrea e uma unidade de ação em suas fileiras, apetrechado de uma larga experiência de direção de renhidos combates contra a burguesia e seu aparato estatal, e ligado, como unha e carne, à sua classe e às amplas massas populares, sem um Partido desse tipo, a revolução está condenada ao fracasso.

Com a agudização da luta de classes em todo o mundo, tornam-se imensos os problemas e as dificuldades com que os Partidos marxistas-leninistas têm de se defrontar para seguir adiante no cumprimento de sua missão histórica. Em muitos países, a repressão policial se abate brutalmente sobre os combatentes de vanguarda da classe operária. No Brasil, na altura em que predominava o terror fascista, a ditadura militar empregou amplamente o método da repressão selvagem. Crimes cometidos na Lapa, em São Paulo, em 1976, estão bem vivos na memória do povo. Mas há também problemas de outra natureza. Sobretudo na Europa, é grande ainda a confusão existente no seio das massas, acarretada pela atividade oportunista dos partidos revisionistas. Em alguns países, até hoje se faz sentir marcadamente sobre determinados setores revolucionários pequeno-burgueses, os reflexos da influência negativa exercida durante longos anos pelo maoísmo, gerando em alguns Partidos Comunistas vacilações que impedem uma nítida e radical demarcação ideológica e orgânica. E, não raro, aqui e ali, surgem no interior dos verdadeiros partidos marxistas-leninistas grupos e frações de inimigos infiltrados, que no velho estilo trotskista, agem capciosamente para liquidá-los.

Incansável e otimista, um otimismo baseado no conhecimento da realidade objetiva e na tendência de seu desenvolvimento, Enver Hoxha conclama os comunistas e revolucionários de todo o mundo a lutarem tenazmente pela revolução, e empunharem firmemente a bandeira do marxismo-leninismo, apesar de todos os percalços que surjam. "Os partidos marxistas-

leninistas dos países capitalistas, diz Enver Hoxha, trabalham e lutam em condições difíceis e enfrentam numerosos perigos, que provêm de diversas partes. Estes perigos não são imaginários. São perigos reais, com os quais se chocam a cada dia, a cada passo, em cada ação. Não podem ser enfrentados se os comunistas não compreendem que seu programa de ação e de luta se fundamenta na necessidade de fazer sacrifícios pelos grandes ideais da causa do proletariado e do comunismo, se estes sacrifícios não são aceitos de maneira consciente e são feitos sem vacilar em qualquer momento, situação e circunstância, que exige o grande interesse do proletariado e do povo" (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*, trad. em espanhol, pg. 265, public. 1980).

Enver Hoxha também discorre amplamente sobre a importância decisiva que assume hoje para a revolução a unidade da classe operária, o desmascaramento dos dirigentes sindicais reacionários e oportunistas, o forjamento da ampla união das massas populares e dos setores progressistas da sociedade no marco de uma frente única, afirmando, entre outras coisas: "Lutando pela unidade da classe operária, os partidos marxistas-leninistas consideram isso como base da unidade de todas as massas populares, que é algo radicalmente oposto às uniões e alianças sem princípio e contra-revolucionárias que os eurocomunistas predicam" (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*, edição em espanhol, pg. 273, public. 1980). E mais adiante: "O trabalho do partido marxista-leninista entre as massas, sua união em torno de objetivos políticos concretos, é uma importante tarefa, porque a revolução não é feita unicamente pela classe operária e muito menos somente por sua vanguarda, o partido comunista. Para sua realização, a classe operária se alia com outras forças sociais, com partidos progressistas ou frações dos mesmos, com homens progressistas, com os quais tem interesses comuns sobre diversos problemas e em diversos períodos. Com essas forças cria amplas frentes populares com determinados programas políticos. O partido da classe operária não se dilui nessas frentes, mas conserva sempre sua independência organizativa e política" (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*, trad. em espanhol, pg. 278 e 279, public. 1980). Nesse contexto, o dirigente albanês também confere importância aos movimentos da juventude, dos estudantes, da intelectualidade e das mulheres, afirmando que "quando as inesgotáveis energias da juventude, das mulheres e das outras massas se unem às energias da classe operária sob a direção do partido proletário, não há força que possa impedir o triunfo da revolução e do socialismo" (*O Eurocomunismo é Anticomunismo*, trad. em espanhol, pg. 275, public. 1980).

Por tudo isso, a nova obra de Enver Hoxha merece ser lida e estudada cuidadosamente por todos aqueles que sinceramente buscam um esclarecimento sobre essa doença incurável que é o revisionismo, e encontrar o verdadeiro caminho que conduz à revolução e à libertação da classe operária e de todos os explorados e oprimidos da sociedade contemporânea.

